

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UNIEVANGÉLICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO**  
**AMBIENTE (PPSTMA)**  
**(MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS)**

ANDERSON DUTRA E SILVA

GOIÂNIA E A NATUREZA DA “METRÓPOLE”:  
OS RECURSOS NATURAIS NA CRIAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA NOVA  
CAPITAL DE GOIÁS (1930-2016)

ANÁPOLIS

2019

ANDERSON DUTRA E SILVA

GOIÂNIA E A NATUREZA DA “METRÓPOLE”:  
OS RECURSOS NATURAIS NA CRIAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA NOVA  
CAPITAL DE GOIÁS (1930-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu, em nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção de título em Mestre em Ciências Ambientais, sob orientação do professor doutor Sandro Dutra e Silva e co-orientação do professor doutor Carlos Christian Della Giustina.

ANÁPOLIS

2019

D975

Dutra e Silva, Anderson.

Goiânia e a natureza da “metrópole”: os recursos naturais na criação e no desenvolvimento da nova capital de Goiás (1930-2016) / Anderson Dutra e Silva – Anápolis: Centro Universitário de Anápolis UniEvangélica, 2019.

102 p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva.

Co-Orientador: Prof. Dr. Carlos Christian Della Giustina.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2019.

1. História ambiental 2. Recursos naturais 3. Fronteira 4. Urbanização  
I. Silva, Sandro Dutra e II. Giustina, Carlos Christian Della III. Título

CDU 504

Catálogo na Fonte

Elaborado por Rosilene Monteiro da Silva CRB1/3038

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva  
Orientador e Presidente da Banca

---

Prof. Dr. Carlos Christian Della Giustina  
Co-orientador

---

Maria da Assunção Pereira Rodrigues  
Avaliadora Externa

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giovana Galvão Tavares  
Avaliadora

---

Prof. Dr. Francisco Itami Campos  
Suplente

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha esposa Maria, minhas filhas Mariana e Clara, a meus pais Francisco e Eunice e, especialmente, a meu irmão e orientador Sandro por tanto ter contribuído nesta jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus acima de todas as coisas. Aos professores e colegas de mestrado. Aos familiares e amigos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

Goiânia foi criada na década de 1930 pela ação política de Pedro Ludovico Teixeira (interventor do estado de Goiás nomeado pelo então presidente Getúlio Vargas) e pelo projeto urbanístico de Attilio Corrêa Lima (urbanista brasileiro com formação na França). Em sua origem, a natureza local figura como instrumento da divulgação da construção de uma metrópole moderna e sanitária, apropriada para alavancar o desenvolvimento de um estado rural e isolado dos centros produtores e consumidores do Brasil. O presente trabalho baseou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da história ambiental, muito relacionada com os estudos sobre a expansão da fronteira agrícola e demográfica no Brasil Central a partir da década de 1930. Como referência, também da historiografia ambiental, foram utilizados trabalhos que relacionam as questões urbanas e rurais, bem como os espaços e áreas verdes como espaços privilegiados das cidades norte-americanas, tendo como principal referência os estudos de William Cronon e Mark Stoll. Como fonte de pesquisa, foram utilizados documentos e publicações de seus criadores, seus construtores e de figuras envolvidas no processo de formação e desenvolvimento da cidade. Também foram utilizadas fotos de diversas épocas, além de aerofotos, esboços e mapas. A pesquisa documental foi realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Hemeroteca Digital), Museu da Imagem e do Som de Goiás, Biblioteca da Secretaria de Planejamento Municipal de Goiânia (SEPLAM) e na Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia (AMMA). O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro traz uma descrição da natureza como elemento importante na promoção do empreendimento e de seus projetistas originais. O segundo capítulo apresenta os chamados *boosters*, que são personagens importantes da divulgação do sucesso da capital associada aos recursos naturais existentes. No terceiro e último capítulo é apresentado o papel dos parques ambientais e sua relação com o mercado imobiliário, destacando-se os parques Vaca Brava e Flamboyant e a ocupação de seu entorno por edifícios de habitação coletiva e suas implicações.

**Palavras-chave:** História Ambiental; Recursos Naturais; Fronteira; Urbanização.

## ABSTRACT

Goiânia was created in the 1930s by the policy action of Pedro Ludovico Teixeira (state governor appointed by the president Getúlio Vargas) and by the urban project of Attilio Corrêa Lima (Brazilian urban planner with postgraduate studies in France). In its origin, local nature was used as an instrument of dissemination of the construction of a modern and sanitary metropolis, appropriate to leverage the development of a rural region, isolated from the producing and consuming centers of Brazil. The present work was based on the theoretical-methodological assumptions of environmental history, with studies on the agricultural frontier expansion and demography in Central Brazil from the 1930s. Some works about urban and rural issues were used as an environmental historiography reference, as well as spaces and social areas considered as privileged spaces of North American cities, with the main references in the studies of William Cronon and Mark Stoll. The documents and publications of the creators, the builders, and the important characters were seen in the process of formation and development of the city as a source of research, and yet pictures in different times, air photos, sketches, and maps. The documentary research was carried out in the Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Hemeroteca Digital), Museu da Imagem e do Som of Goiás (MIS/GO), the Secretaria de Planejamento Municipal (SEPLAM) and the Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA). This work is organized into three chapters. The first brings a description of nature as an important element for the promotion of this enterprise and about its original designs. The second chapter presents the boosters, who were persons that spread the success of the capital associated with natural resources. At the third and the last chapter has presented the role of environmental city parks and their relationship with the real state market, particularly the occupation of the surroundings of the Vaca Brava Park and Flamboyant Park by vertical apartment buildings.

**Keywords:** Environmental History; Natural Resources; Frontier; Urbanization.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Pedro Ludovico Teixeira da década 1930. ....	13
Figura 2: Cidade de Goiás por volta de 1911-1915 .....	14
Figura 3: planta geral de Belo Horizonte produzida por Aarão Reis. ....	21
Figura 4: Plano de Chicago em 1909 realizado por Daniel Burnham.....	22
Figura 5: mapa de Goiás com destaque para as localidades sugeridas para sediar a capital. .....	31
Figura 6: Esboço do Projeto de Goiânia, 1933, elaborado por Attilio Corrêa Lima.....	36
Figura 7: Planta de Goiânia elaborada por Armando de Godoy para a empresa Coimbra Bueno & cia. Ltda. ....	39
Figura 8: Carro de boi na Praça Cívica. ....	40
Figura 9: O Mato Grosso de Goiás com destaque em círculo sobre a região indicada por Haas para receber a nova capital de Goiás em 1931. ....	47
Figura 10: Attilio Corrêa Lima (centro) demarcando o ponto central de Goiânia em áreas de campo cerrado. ....	54
Figura 11: Vista dos buritizais que irão compor o parque urbano dos Bosque dos Buritis, 1937. Ao fundo o Palácio das Esmeraldas .....	60
Figura 12: Planta de Goiânia elaborada pela empresa Coimbra Bueno & cia. Ltda, 1938 sob a consultoria de Armando Augusto de Godoy.....	61
Figura 13: Carros de Boi na Praça Cívica. ....	62
Figura 14: Planta de Goiânia produzida pela empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda - 1947. .....	65
Figura 15: Esboço da locação do centro urbano e do aeroporto feito por Attilio Corrêa Lima. ....	74
Figura 16: Trecho da avenida Anhanguera com parte do bosque Botafogo ao fundo em 1937.....	76
Figura 17: Traçado urbano de Goiânia feito por Attilio Corrêa Lima. ....	77
Figura 18: Vista aérea do Lago das Rosas na década de 1940.....	80
Figura 19: Mapa de Goiânia com a localização dos parques Vaca Brava e Flamboyant....	84
Figura 20: Comparação das áreas nas proximidades do parque Vaca Brava nos anos de 1992 e 2016. ....	86
Figura 21: Comparação das áreas nas proximidades do parque Flamboyant dos anos de 1992 e 2016. ....	87

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
Contextualização.....	11
Referenciais Teóricos.....	12
Materiais e Métodos.....	25
Organização do Trabalho .....	26
CAPÍTULO 1. GOIÂNIA E A URBANIZAÇÃO DO OESTE: DEMOGRAFIA, FRONTEIRA AGRÍCOLA, ÁREAS VERDES E MANANCIAS. ....	28
1.1 A Mudança da Capital: entre a política e a natureza .....	29
1.2 Goiânia: a cidade planejada.....	35
1.3 A transformação do plano urbanístico.....	37
CAPÍTULO 2. OS <i>BOOSTERS</i> DO SERTÃO: A NATUREZA E A MODERNIDADE URBANA DE GOIÂNIA NOS DISCURSOS DA CIDADE SÍMBOLO DO OESTE BRASILEIRO (1932-1942) .....	42
2.1 A caracterização dos <i>boosters</i> com os recursos naturais .....	44
2.2 Os campos cerrados e o projeto da nova capital goiana.....	51
2.3 Os Planos Urbanísticos da nova capital.....	57
CAPÍTULO 3. IMPULSIONANDO A NATUREZA: AS ÁREAS VERDES DE GOIÂNIA E O DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO (1992-2016).....	71
3.1 A natureza da nova capital de Goiás.....	73
3.2 Áreas verdes e o desenvolvimento da cidade .....	78
3.3 Parques urbanos e o mercado imobiliário.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	96
APÊNDICES .....	102

## INTRODUÇÃO

### Contextualização

Capital do estado de Goiás, Goiânia figura como um modelo de cidade planejada no Brasil do século XX. Idealizada e construída na década de 1930, representa a chegada da modernidade em região, até então, “isolada” das áreas mais desenvolvidas do país, cuja principal produção econômica se baseava na matriz agropecuária. É, também, fruto de importantes ações políticas, tanto na esfera nacional quanto na local, sob a influência do presidente Getúlio Vargas (1882-1954), o qual nomeou como interventor do estado Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), sendo este último o criador da cidade. Neste período, a cidade de Goiás, capital do estado criada pelas Bandeiras do século XVIII, era descrita como insalubre e inapropriada para promover o desenvolvimento econômico e populacional. Embora a figura do bandeirante seja, até hoje, ligada a uma ideia desenvolvimentista, a região ainda era majoritariamente rural, caracterizada por grandes propriedades agrárias, pequenos povoados e algumas cidades barrocas. O ouro, motivo da atração ao estado, já não era mais explorado e, segundo a visão imposta em primeiro momento, era preciso industrializar, modernizar.

Entre os desejos de crescimento econômico e as motivações políticas de contrariar a centralidade oligárquica da velha capital, havia a região de Campinas, área de campo cerrado à beira do Mato Grosso de Goiás. Estas duas paisagens acabam por figurar discursos eloquentes para promover a criação da metrópole imaginada. A primeira, por sua topografia pouco acidentada, mais adaptada à criação de cidades destes tempos, e a segunda, por garantir o suprimento de madeiras e terras férteis, produzindo riquezas e alimentos aos futuros cidadãos. A vocação agrária do estado necessitava de uma cidade capaz de fomentar o consumo e de distribuir a produção aos grandes centros consumidores. A natureza entra como elemento fundamental, não só de justificativa dos esforços, mas, também, de garantia de sucesso.

Esta pesquisa se fundamentou na análise de documentos, publicações de jornais, pesquisas publicadas em livros e periódicos científicos, imagens, mapas e desenhos dos autores dos projetos original e demais modificações ou ampliações. Também, adotou-se referencial teórico descrito por William Cronon (1991) em seu livro “*Nature’s Metropolis*”, onde ele faz uma análise da cidade de Chicago, no meio-oeste

americano, ao longo de seu desenvolvimento, tendo a natureza como seu elemento propulsor e divulgador. O papel da referida cidade americana em relação ao desenvolvimento do Oeste dos Estados Unidos tem certa semelhança com o papel assumido por Goiânia na Marcha para o Oeste promovida por Vargas. E, neste caso, ao ver-se a cidade se desenvolver em pleno Planalto Central do Brasil, terra de difícil acesso em relação aos principais centros consumidores do país, são feitas indagações sobre as relações campo e cidade, o desenvolvimento do *hinterland* brasileiro e os processos de urbanização do centro-oeste do Brasil. O título deste trabalho foi livremente inspirado na referida obra, utilizando o termo “metrópole”, bastante repetido pelos atores da criação da capital como um elemento relacionado a uma modernidade idealizada e de uma natureza transformada.

Atualmente, a natureza em meio urbano é descrita como elemento promotor de bem-estar e de qualidade de vida. Imóveis e empreendimentos têm seu valor de mercado aumentado quando estes se localizam próximos a parques e áreas verdes. Porém, estas áreas, geralmente, são degradadas e poluídas, mesmo que haja algum tipo de preservação ou recuperação. Isto se deve ao fato de que o processo de urbanização no Brasil, que avançou a partir da década de 1930 e intensificou-se na década de 1960 a partir do desenvolvimento da industrialização (OLIVEN, 2010), ignorar regiões de matas e cursos d’água, além de não oferecer suporte de infraestrutura (coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos) no mesmo ritmo da construção das edificações e do aumento de população. Assim, os poucos pontos de natureza existentes hoje em meio urbano adensado acabam sendo utilizados para a valorização imobiliária. Em tempos atuais, tem-se o papel dos recursos naturais nas cidades não mais na produção de riquezas agrícolas ou industriais, mas na promoção de locais de saúde e fruição.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo compreender o papel da natureza na criação e na formação de Goiânia. E mais, analisar os discursos da época de seu surgimento alinhados com novos discursos de desenvolvimento em tempo presente e de que forma a natureza representa este papel de auxílio ao desenvolvimento imobiliário urbano.

### **Referenciais Teóricos**

A antiga Vila Boa (atual cidade de Goiás), fundada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, no século XVIII, teve sua origem devido à descoberta de

depósitos de ouro. Inicialmente pertencente à capitania de São Paulo, foi elevada à capital quando da emancipação da província em meados do século XVIII. Já nos seus primórdios, teve sua condição de cidade principal questionada por figuras públicas como os presidentes provinciais Miguel Lino de Moraes (que governou de 1827 a 1831) e Couto Magalhães (que governou de 1863 a 1864), sendo sugeridas em sua substituição a região de Águas Quentes (atual Niquelândia) pelo primeiro e a cidade de Meia Ponte (atual Pirenópolis) pelo segundo. Eram apontadas como fatores negativos da cidade de Goiás as condições precárias de salubridade, as dificuldades de acesso e a transição da matriz econômica da mineração para a agropecuária, situações levantadas tanto no império quanto no início da república (GODOY, 1942; MANSO, 2001).

Nos anos de 1930, o presidente da república Getúlio Vargas (1882-1954) nomeou Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) como governador interventor do estado de Goiás. Um de seus principais atos foi retomar a ideia da mudança da capital. Havia nesta decisão uma estratégia política por parte do interventor em afastar-se da centralidade das oligarquias locais, criando uma nova cidade “moderna” e “sanitária” (CHAUL, 2009). O exemplo de sucesso estava na sua precursora Belo Horizonte, que havia sido criada há pouco mais de trinta anos e que havia conseguido, em pouco tempo, apresentar-se como metrópole de um estado demasiadamente rural. Portanto, a nova capital do estado de Goiás, mais do que uma sede do governo estadual, deveria ter a capacidade de catalisar as relações comerciais entre o campo produtor e os grandes centros consumidores (BRUAND, 1997; CHAUL, 2009; MENDONÇA, 2009).

Figura 1: Pedro Ludovico Teixeira da década 1930.



Fonte: foto feita por Eduardo Bilemjian – acervo da família Bilemjian, cedido por cortesia de Eliézer Bilemjian Ribeiro.

Figura 2: Cidade de Goiás por volta de 1911-1915



Fonte: Craveiro, 1994 (apud Manso, 2001)<sup>1</sup>

A nova capital do estado de Goiás é obra visionária dos anos 1930, mas o nome da cidade se apoia em tempos mais remotos. O nome Goiânia foi escolhido em um concurso realizado pelo jornal “O Social”, periódico da cidade de Goiás. O vencedor do concurso foi o professor Alfredo de Castro, que concorreu com o pseudônimo de Caramuru da Silva do Brasil. Sua indicação se baseava na obra “Goyania (poema épico)” escrita por Manoel Lopes de Carvalho Ramos (1864-1911) no fim do século XIX (ÁLVARES, 1942; ROCHA, 2009). Nela, Carvalho Ramos descreve de forma poética e romântica, embora utilize o poema épico e não o romance, que era mais comum no período (DE PAULA, 2007), a saga dos índios Caiapós e a bravura dos bandeirantes paulistas representados pela figura de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (RAMOS, 1896). O desejo do autor em promover orgulho goiano era tanto que este doou a autoria de seu poema ao estado de Goiás, como publicado no jornal “O Goyaz” em 17 de outubro de 1890:

---

<sup>1</sup> CRAVEIRO, Joaquim. Goyas e Serradourada, s.l.: s.e., 1994

Escritura de doação que faz o dr. Manoel Lopes de Carvalho Ramos ao estado de [Goiás], na forma abaixo (...) por este público instrumento e na melhor forma de direito, tendo em vista a muita [simpatia] e gratidão que deve ao hospitaleiro e livre povo [goiano], (...) faz doação a este mesmo estado de [Goiás] do seu Poema Épico *Goyania*, que [compôs], especialmente, para perpetuar estes sentimentos e as tradições e histórias do descobrimento do Estado.<sup>2</sup>

O poema inicia-se com a iminência de ataque e ocupação das tribos caiapós pelos bandeirantes<sup>3</sup>. Temendo a invasão, o índio Anhagaia, filho do cacique Jauru, vai ao norte tentar fazer as pazes com os tupinambás, esperando que esses o auxiliem na luta contra o invasor. Entre perseguições e lutas, alianças e traições, os índios veem seu domínio se dissolver à conquista do homem branco. Em trecho que retrata o retorno de Bartolomeu Bueno a Goiás (após ter ido a São Paulo em busca de recursos para sua empreitada), o bandeirante compara-se ao líder hebreu Moisés ao olhar para a “Terra Prometida”, predizendo que:

De cima destas montanhas  
 Vos mostro agora o solo soberano,  
 Onde o centro do estado sempre ufano  
 Vereis, com mais virtudes do que manhas;  
 Solo será por título [goiano]  
 Sobre tão verdes, [ínclitas] campanhas,  
 A ideia edificando, e toda a história,  
 Honrando sempre a porvindoura glória. (RAMOS 1896, p.249)

No poema, Carvalho Ramos retrata Bartolomeu Bueno como um herói, uma imagem bastante propagada em sua época. Exalta, no prólogo do livro, que tal virtude

---

<sup>2</sup> O GOYAZ. Governo do Estado nº 265. 17 de outubro de 1890, p.3.

<sup>3</sup> As Bandeiras foram movimentos que aconteceram entre os séculos XVIII e XIX, caracterizando-se por expedições que partiam do estado de São Paulo para o interior do Brasil, com o intuito de capturar índios como escravos e descobrir minérios preciosos. Na visão de Ricardo (1959 apud DUTRA E SILVA, 2017), o mito do bandeirante (empreendedor das Bandeiras) está presente no imaginário dos brasileiros, fortalecendo-se na visão desbravadora da terra e de sua natureza, “enquanto, no Brasil, se puder abrir uma estrada e fundar uma cidade” (RICARDO, 1959 apud DUTRA E SILVA, 2017, p.99)

heroica fora adquirida desde jovem quando este esteve em Goiás como participante da expedição de seu pai. Mas também retrata o índio Anhangáia como herói, influenciado pelas obras contemporâneas de Gonçalves Dias e de José de Alencar, apresentando-o como mártir idealizado daquele povo indígena (DE PAULA, 2007). Há um contraste entre o “desbravador virtuoso” e o “mártir filho da terra” que luta pelo amor da filha do inimigo, traíndo o próprio povo, levando-o à dizimação, justificando o “mal necessário” do desenvolvimento. O massacre dos indígenas é suavizado pela figura das conquistas e pelo sucesso de Bueno, o qual, nas palavras do autor do poema, “deixou seus amigos, [empreendeu] a longa travessia no deserto, animado de vivo patriotismo e abnegação sincera pela causa da civilização dos indígenas” (RAMOS, 1896, p.XII).

Os Caiapó do Sul eram um povo guerreiro, caçador e produtor de hortaliças. Habitavam a região sul do estado de Goiás. Por diversas vezes entraram em confronto com os colonizadores, fechando estradas e impedindo o transporte de ouro para a região sudeste do país. Representavam uma ameaça aos negócios da Corte, a qual tomou como providência eliminá-los, ou, de acordo com o termo utilizado em documentos oficiais da época, “desinfestá-los” (ATAÍDES, 2006).

Já no final do século XVIII, quando cai a produtividade da mineração, o estado adota economia baseada na produção agropecuária. Durante os anos de 1741 a 1863, foram criados os aldeamentos, que nada mais eram do que assentamentos com o intuito de treinar os índios para o trabalho no campo, devido à mudança de fonte econômica. Esta medida era bem menos dispendiosa do que utilizar escravos de origem africana. No entanto, a política de pacificação da coroa portuguesa com os indígenas começou a mudar a partir do início do século XIX, levando ao extermínio muitos de seus indivíduos até o final do mesmo século (ibidem).

A distância em relação aos centros comerciais do Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) e as dificuldades de acesso impostas pela natureza propiciaram o desenvolvimento da produção bovina no estado de Goiás. O antigo garimpeiro agora deveria optar ou por sair à procura de novas zonas de minério ou adaptar-se ao trato com o rebanho. Diferentemente do transporte de produtos agrícolas, onde os insumos são transportados por veículos, o gado transporta-se a si mesmo, sendo tocado pelos vaqueiros. Desta forma, pode-se vencer as dificuldades da falta de estradas, pontes e, inclusive, de transporte ferroviário, permitindo a criação de novas ligações com os



estados vizinhos, estabelecendo novos laços comerciais (DUTRA E SILVA, 2017).

Regiões de campo natural, características do bioma cerrado, possibilitaram a criação de gado sem muitas adaptações da natureza. Também, o relevo pouco acidentado facilitava o manejo dos animais. Pela característica do solo com poucos valores nutricionais, o tipo de criação se deu de forma extensiva, com menor densidade de reses por área de pastagem. A abundância destas gramíneas permitiu que Goiás se sustentasse mesmo com o fim do ciclo do ouro e, por se tratar de um meio econômico onde as matrizes se reproduzem, era possível ter um rendimento exponencial com poucos investimentos. Deste modo, o estado foi tornando-se “um sertão de gado, muito mais que um sertão de gente” (ibidem, 2017, p. 40)

Cronon (1991), ao analisar o papel da natureza na formação da cidade de Chicago, afirma que:

florestas supririam madeira às construções e lenha como combustíveis. As pradarias se tornariam pastagens e campos que forneceriam grãos, carne e laticínios para a cidade (CRONON, 1991, p. 36).<sup>4</sup>

Ele utiliza o termo que chamou de “primeira natureza”, a qual forneceria os recursos gratuitamente para o crescimento da cidade. Neste processo, campo e cidade se influenciariam, onde o campo produziria mantimentos e a cidade os consumiria ou faria sua distribuição a outros locais. Neste processo, a natureza local, bem com sua paisagem original, seria trocada por uma outra configuração, onde os campos seriam substituídos por plantações de grãos ou pastagens, as florestas dizimadas pela procura de madeira ou lenha e os pequenos assentamentos substituídos por construções habitacionais e indústrias. Também, os meios e as vias de transporte teriam papel importante na transformação, adaptando ao que chamou de “segunda natureza”. Estes dois termos são importantes nesta pesquisa, pois os recursos naturais desempenham papel importante no processo de ocupação do Oeste brasileiro. Tanto na promoção e na divulgação da metrópole, quanto nas transformações que ela impõe à paisagem natural. Outro termo utilizado por Cronon, *booster*, que quer dizer divulgador ou impulsionador, também é bastante utilizado neste trabalho. De acordo com ele,

---

<sup>4</sup> Livre tradução do autor.

para os *boosters*, “civilizar” a fronteira – processo de Turner – era pouco mais importante que conectar comunidades à metrópole emergente. De fato, estes processos aparentemente separados não eram meramente paralelos, mas idênticos: o crescimento do campo dá início à sua cidade central e vice versa (CRONON, 1991, p. 39).<sup>5</sup>

Na transferência da capital de Goiás para Goiânia, percebe-se um discurso muito fundamentado nos recursos naturais. Primeiramente, o relevo acidentado da velha cidade era tido como obstáculo para o desenvolvimento, além desta cidade não contar com a riqueza do ouro de outrora. Era necessário ter uma capital moderna, contemporânea, e, para tal, outro tipo de relação entre campo e cidade era desejado. O primeiro, forneceria alimentos e riquezas, enquanto o segundo seria o local das oportunidades, dos negócios rentáveis (ibidem). E, para atestar o sucesso da transição, um local cujas características fossem apropriadas aos interesses dos promotores da metrópole deveria ser escolhido.

Então, o interventor Pedro Ludovico nomeia uma comissão para a escolha do local (ou cidade) que sediaria a nova capital. Esta comissão se reúne pela primeira vez na cidade do Bonfim (atual Silvânia) no dia 03 de janeiro de 1933. Definem-se, como requisitos para escolha do sítio, a proximidade com a estrada de ferro, a abundância de água e a topografia “favorável”. Uma subcomissão formada por João Argenta, Jerônimo Curado Fleuri e Laudelino Gomes de Almeida é designada para estudar em campo os locais previamente escolhidos e apontar critérios técnicos à comissão para escolha definitiva. (MENDONÇA, 2009).

Segundo Mendonça (2009, 2012), havia muita tensão na escolha do local para sediar a nova capital. De um lado, o acerbispo dom Emanuel Gomes de Oliveira tentando trazer a cidade para Bonfim (atual Silvânia), de outro, Pedro Ludovico queria garantir o parecer da subcomissão por Campinas. Segundo o autor, o primeiro relatório havia sido favorável à primeira, porém o governador interveio, alterando a decisão dos técnicos que atestaram que

---

<sup>5</sup> Livre tradução do autor.

Campinas se acha situada no ponto [central] da parte mais povoada do Estado e a sua topografia das mais apropriadas e belas para construção de uma cidade urbanisticamente moderna, num vasto perímetro de **terras ótimas para cultura**, todas cobertas com **matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade** (SABINO JUNIOR, 1960)<sup>6</sup> grifos meus.

Outro fator importante na concepção de Goiânia é o urbanismo, ciência desenvolvida no final do século XIX para resolver os problemas gerados pela industrialização que havia produzido cidades insalubres e muito povoadas (CHOAY, 2015). Esta nova abordagem traz uma visão de modernidade, tanto em questões de preocupações humanas quanto econômicas. Neste contexto, o Brasil do início do século XX já se mostrava preocupado com o desenvolvimento das cidades. A capital federal Rio de Janeiro convida o urbanista francês Alfred Agache (1875-1959) para desenvolver a remodelação da cidade na década de 1920, no que ficou conhecido como Plano Agache. A presença deste profissional com experiência e formação europeias influenciou profissionais brasileiros, dentre eles dois que têm relação direta na criação da capital goiana: Attilio Corrêa Lima (1901-1943) e Armando Augusto de Godoy (1876-1944) (DINIZ, 2007; MANSO, 2001).

Godoy parece ter a preferência do interventor para fazer o projeto da nova cidade, porém não chega a realizar o serviço. Mas sua importância se mostra em textos divulgados no período como o parecer referendando a decisão da subcomissão na escolha de Campinas, escrevendo a Pedro Ludovico em 24 de abril de 1933:

---

<sup>6</sup> Relatório apresentado em 4 de março de 1933, que, segundo Mendonça (2009), substitui relatório inicial favorável à cidade do Bonfim, o qual foi ignorado devido ao desejo determinante de Pedro Ludovico Teixeira de situar a nova capital em local isento tanto das influências das oligarquias quanto das influências da Igreja Católica.

Antes, porém, de entrar na análise dos vários elementos de que dependem a vida e a **expansão** de um **centro urbano**, devo dizer-vos o que penso com relação à oportunidade da mudança da capital de [Goiáz], problema que sobremodo vos preocupa e é debatido por todos os que se interessam pelo **futuro** do vosso Estado, cujas **riquezas extraordinárias** ainda não puderam ser **exploradas** por vários motivos, entre os quais figura o de não ter ainda aí surgido uma cidade **moderna** (GODOY, 1942, p. 14), grifos meus.

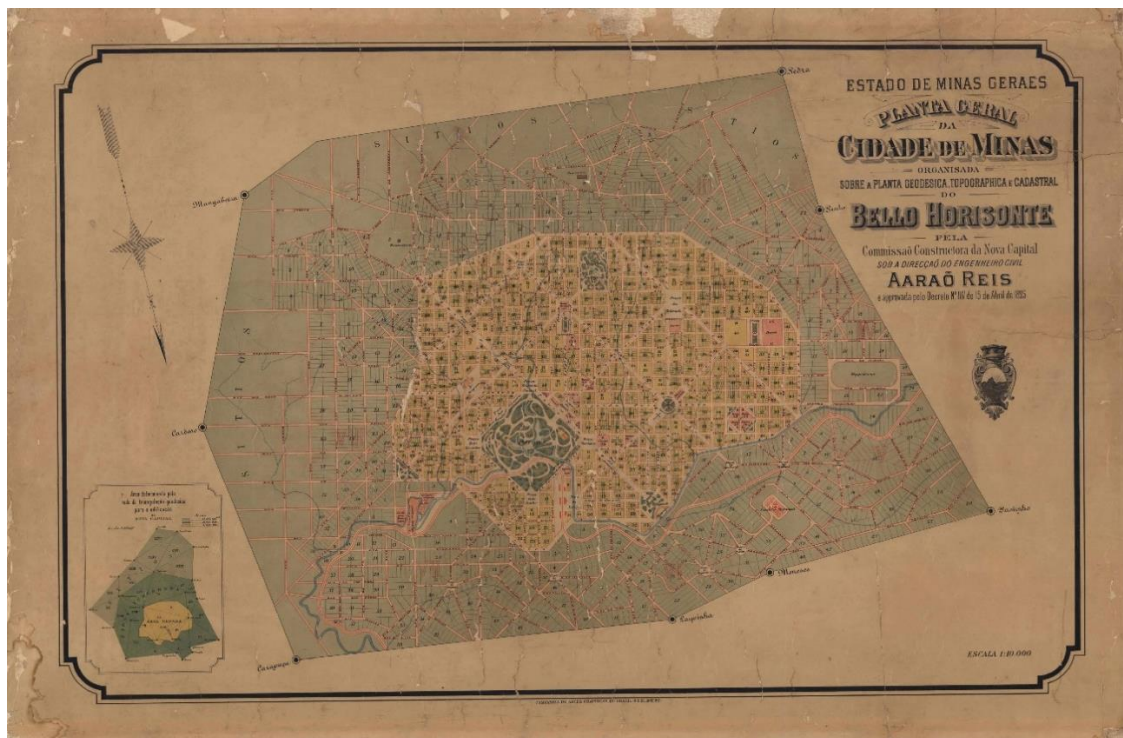
O texto acima, que precede a escolha do sítio que abrigaria a nova capital, retrata a visão de “modernidade” almejada para Goiânia (BERMAN, 1986). Armando de Godoy, engenheiro com atuação no urbanismo que se destacara no meio intelectual da então capital federal Rio de Janeiro (MANSO, 2001), descreve em seu relatório uma visão de desenvolvimento evocada pela “metrópole desejada”. Nele, ele critica as cidades do passado, as quais, segundo o próprio, eram erguidas para satisfazer a ostensão das oligarquias agrárias. Em sua oposição, então, descreve a necessidade de um território apoiado pelo trabalho, educação e economia, na busca da “cidade moderna” que emerge “graças à evolução social e à circunstância de ter a humanidade entrado francamente na fase industrial” (GODOY, 1942, p. 14). Ele continua sustentando-se nas cidades dos Estados Unidos, evocando uma urgência de crescimento e desenvolvimento e, também, cita Belo Horizonte como um possível modelo a ser alcançado.

O exemplo bem-sucedido de Belo Horizonte, cidade criada para ser capital do estado de Minas Gerais em 1897, com características semelhantes ao caso goiano, dava motivação à empreitada. A obra do engenheiro Aarão Reis (1853-1936) inaugurava um novo conceito de cidades planejadas no Brasil e o seu traçado em malhas ortogonais sobrepostas ditava a ação do homem sobre a natureza (ver figura 3), “disciplinando” o terreno ao desejo do empreendedor. Em apenas três décadas, ela alcançou um nível “exemplar” de desenvolvimento, demonstrando que um centro urbano “moderno” no centro do país era possível.

Porém, a fala de Godoy apresenta uma contradição. O urbanismo surge na Europa como tentativa de solucionar os problemas criados pela industrialização. O engenheiro, porém, aponta a industrialização em ambiente urbano como solução para os problemas de desenvolvimento. O termo “metrópole”, neste caso, jamais poderia ser

associado à cidade de Goiás, símbolo do triúnfo minerador e agrário. Era preciso, então, romper com passado.

Figura 3: planta geral de Belo Horizonte produzida por Aarão Reis.



Fonte: Arquivo Público Mineiro, disponível em:

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/photo.php?lid=92](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=92) acessado em 24/03/2019 às 13:24.

Outra relação de importância relevante é a manifestação de Godoy a respeito do desenvolvimento norte-americano, o que nos leva a William Cronon (1991) com suas observações sobre a cidade de Chicago. É evidente a valorização do crescimento populacional como elemento de desenvolvimento, onde a economia se alimenta dos recursos naturais e cresce com o consumo dos habitantes urbanos. Esta exaltação do modelo americano pode ser percebido em outro trecho de seu relatório onde Godoy afirma que

Ilustro a minha afirmativa citando o exemplo eloquente de Chicago, que graças às inúmeras vias de comunicação que dela partem, teve a sua população, cerca de poucas dezenas de milhares, há perto de oitenta anos, elevada acima de três milhões em menos de um século (GODOY, 1942, p. 18).

Ao citar Chicago, Godoy nos leva de volta à análise de William Cronon, o qual

afirma que

Os *boosters* buscaram fazer com que suas visões se tornassem realidade, transmitindo apenas esta certeza aos investidores e mercadores que poderiam adquirir o local o qual eles promoviam. Quase sempre, identificavam uma lista de supostas “vantagens naturais” que tornariam a futura metrópole uma consequência natural de sua região. Os *boosters* acreditavam que clima, solo, vegetação, rotas de transporte e outros elementos da paisagem, todos apontavam para locais-chave que a natureza havia destinado à grandeza (CRONON, 1991, p. 35)<sup>7</sup>

Figura 4: Plano de Chicago em 1909 realizado por Daniel Burnham.



Fonte: Chicago City of Big Shoulders, disponível em:

<https://chicagocityofbigshoulders1.blogspot.com/2013/04/burnham-plan-of-chicago-1909.html?m=0>,  
acessado em 24/03/2019 às 19:23.

Desta forma, encontramos um paralelo entre os *boosters* americanos e os

---

<sup>7</sup> Livre tradução do autor.

visionários<sup>8</sup> da nova capital de Goiás. Os relatos exaltados sobre os volumes dos rios capazes de abstercer a cidade moderna, a grandeza das matas para a produção de lenha e a fartura das lavouras locais apontam para um sucesso “anunciado” e “garantido” à futura “metrópole” goiana. A necessidade de um rápido crescimento populacional e da instalação de várias indústrias era a “realidade” vendida como promessa aos futuros investidores e a solução para os poucos recursos financeiros do estado. Uma segunda natureza seria criada segundo a necessidade dos interessados na criação da metrópole goiana.

Na atualidade, os recursos naturais assumiram outro papel. Se no momento da criação da capital goiana o discurso das riquezas nas produções agrícolas e industriais era um fator determinante para a divulgação da metrópole, hoje a presença da natureza valoriza imóveis, muitas vezes apontados como investimentos rentáveis. Neste contexto, regiões da cidade não só são vendidos como locais que oferecem qualidade de vida mas também como bons ativos econômicos que redem bons dividendos ao passar do tempo. Informes publicitários disponíveis na *internet*, por exemplo, apresentam locais onde parques foram criados em Goiânia tiveram papel importante na valorização de determinados imóveis e que, ao serem adquiridos em seu lançamento, podem render algumas vezes mais o valor investido. Ainda, faz-se referência ao nome de Frederick Law Olmsted (1822-1903) como sendo o pai dos parques urbanos, tomando como exemplo o *Central Park* de Nova Iorque, modelo de qualidade de vida e de padrão econômico-social<sup>9</sup>.

Com referência ao ambientalismo norte americano, Stoll (2015) encontra relação entre o calvinismo presente em universidades da Nova Inglaterra e as ações de conservação e preservações de áreas de natureza. Aponta uma relação de ambientalistas de destaque com a visão calvinista, onde a natureza teria papel “moralizador” da sociedade. Segundo o autor, este sentimento motivou a criação de leis e parques ambientais, destacando importantes personagens, tanto do preservacionismo como do

---

<sup>8</sup> Ao longo deste trabalho, serão apontados alguns visionários da criação da nova capital de Goiás, aos quais foi atribuído por este o título de “*boosters do sertão*”, assunto do capítulo 2.

<sup>9</sup> Informações obtidas em vídeo publicitário disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=iFnP4vc6\\_eQ](https://www.youtube.com/watch?v=iFnP4vc6_eQ), acessado em 02 de dezembro de 2018 às 18:49.



conservacionismo, que influenciaram outros países. Visão semelhante pode ser vista nos apontamentos de Olmsted (2015), a quem o iforme publicitário tratou de exaltar, que afirmava que até mesmo a postura de pessoas menos esclarecidas e de menor poder aquisitivo (associadas à criminalidade e à vida “promíscua” na visão da época) era modificada diante da presença de parques e áreas verdes.

No século XIX, Franco e Drummond (2009) destacam a influência das ambas correntes conservacionista e preservacionista americanas na formação de cientistas e pesquisadores brasileiros no início do século XX, os quais associaram-se ao governo Vargas, influenciando, em primeiro momento, as primeiras leis de proteção ambiental. No entanto, as preocupações ambientais foram substituídas pela visão desenvolvimentista.

No período de criação de Goiânia, em plena era Vargas (1930-1945), a influência ambiental no urbanismo francês pode ser percebido na visão de Attilio Corrêa Lima, autor do projeto da cidade. O arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro (1920-1925), com especialização em urbanismo pelo *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* (1927-1930) (DINIZ, 2017), apontava a importância das áreas verdes no traçado urbano por ele proposto. Afirmava que a natureza tinha papel importante para a qualidade do ar, clima e bem-estar dos cidadãos (CORRÊA LIMA, 1937a).

As abordagens a respeito da natureza na criação da cidade teve, em Goiânia, papéis contraditórios e conflitantes. De um lado, a preservação de recursos naturais importantes para a qualidade de vida, de outro, a abundância de fontes na produção de riquezas. Num primeiro momento, a visão romântica dos urbanistas andou lado a lado com o pragmatismo econômico dos divulgadores do sucesso econômico da venda de lotes. Discursos entusiasmados ajudaram a promover o seu crescimento, mas a visão atual com relação aos parques urbanos criou um novo tipo de divulgação, onde as áreas verdes promovem a valorização financeira. Mais uma vez, temos as paisagens naturais fazendo propaganda para os empreendimentos econômicos. Neste sentido, entende-se a necessidade de um estudo baseado na História Ambiental, analisando a natureza da “metrópole” goiana, importante cidade no contexto da interiorização do Brasil, figurando com porta de entrada para o Oeste brasileiro.



## **Materiais e Métodos**

Inicialmente, foram feitas pesquisas em livros e artigos que tratam da história de Goiânia. Neles, foi possível identificar elementos sobre urbanismo e sobre o contexto político e histórico desde a sua idealização, passando por sua construção, chegando aos dias atuais. Outras fontes procuradas tratam da Marcha para o Oeste e da interiorização do Brasil, evento de grande importância no século XX, tendo, primeiramente na capital goiana e, posteriormente, na capital federal (Brasília), o exemplo de modernização e de implantação de novos conceitos urbanos no *hinterland* brasileiro.

Como referencial teórico principal, adotou-se “*Nature’s Metropolis: Chicago and the Great West*” de William Cronon (1991), onde fez-se um paralelo das visões americanas e brasileiras como forma de se beneficiar dos recursos naturais no surgimento de cidades. A sua metodologia foi fundamental para identificar, em discursos pesquisados, a forma como a natureza foi utilizada e transformada, tanto na divulgação de empreendimentos como na mudança da paisagem. Outras importantes fontes bibliográficas são “*Inherit the Holy Mountain - Religion and the Rise of American Environmentalism*” de Mark Stoll (2015) e “*Olmsted: writings on landscape, culture, and Society*” de Frederick Law Olmsted (2015), obras que trazem a visão de ambientalistas americanos que influenciaram e que ainda influenciam o pensamento brasileiro com respeito à proteção e à preservação ambientais.

Alguns documentos foram obtidos em órgãos e repartições públicas. As fotografias antigas foram disponibilizadas pelo Museu da Imagem e do Som (MIS/GO), digitalizadas e datadas. Na biblioteca da Secretaria de Planejamento Municipal de Goiânia (SEPLAM) foram obtidos mapas e ortofotos (com espaço de dez anos a contar de 1961). Os Planos de Manejo dos parques municipais Vaca Brava e Flamboyant foi cedida pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA). Também pode-se contar com a colaboração da Biblioteca Faculdade de Arquitetura da UFRJ, a qual forneceu arquivo digital das publicações de Atílio Corrêa Lima na revista *Arquitetura e Urbanismo* no ano de 1937.

Através da Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional, foi possível ter acesso a diversas publicações de jornais da década de 1930. Nestas, foram encontrados textos relativos a formação de Goiânia, utilizando jornais sediados na cidade de Goiás e no Rio de Janeiro. Outras fontes primárias digitalizadas

utilizadas foram as revistas “Oeste” e “Informação Goyana”, importantes periódicos locais compilados pela Secretaria de Cultura do Estado de Goiás. Outros documentos impressos foram obtidos dos livros “Goiânia Documentada” de Oscar Sabino Junior (1960) e “Goiânia: coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia” editada pelo IBGE (1942).

Toda leitura dos referenciais teóricos e dos documentos foi trabalhada de forma a identificar o papel dos elementos de natureza nos discursos sobre a criação e o desenvolvimento de Goiânia ao longo do tempo. Mapas e esboços de projeto foram georreferenciados utilizando-se o *software* ArcGIS® e trabalhados para acrescentar informações necessárias para ilustrações das análises. As fotografias também serviram para exemplificação e reflexão sobre as transformações da paisagem e dos processos construtivos utilizados.

### **Organização do Trabalho**

O presente trabalho se estrutura da seguinte forma:

- O Capítulo 1 traz o artigo publicado na “Revista Inclusiones - Revista de Humanidades y Ciencias Sociales” sob o título de “Goiânia e a urbanização do Oeste: demografia, fronteira agrícola, áreas verdes e mananciais”. Este, trata do processo de urbanização, tendo em Goiânia um papel simbólico da “modernização” e do povoamento do Centro-oeste brasileiro;

- O Capítulo 2 apresenta-se artigo que foi submetido à revista “Historia Critica” sob o título de “Os boosters do sertão: a natureza e a modernidade urbana de Goiânia nos discursos da cidade símbolo do Oeste brasileiro (1932-1942)”, onde fez-se análise do papel dos divulgadores da futura metrópole goiana, baseando-se na riqueza dos recursos naturais e na força do homem como promotores do desenvolvimento;

- O Capítulo 3 se transformará em artigo que trata da relação dos parques ambientais em Goiânia com o interesse do mercado imobiliário. Nele, questiona-se a utilização desses espaços para impulsionar a venda de imóveis. Será ainda submetido após a conclusão deste trabalho;

Nos apêndices, foram incluídos a comprovação da publicação do artigo apresentado no Capítulo 2, a declaração de submissão do artigo apresentado Capítulo 3

e a declaração de aceite de artigo foi publicado pela revista “JEPonline” sob o título de “Physical Activity in Brazilian Environmental Parks: A Brief Review”, que faz uma análise sobre o papel dos parques urbanos na qualidade de vida dos cidadãos e na prática de atividades físicas, o qual não foi incluído no corpo deste trabalho.

## **CAPÍTULO 1. GOIÂNIA E A URBANIZAÇÃO DO OESTE: DEMOGRAFIA, FRONTEIRA AGRÍCOLA, ÁREAS VERDES E MANANCIAIS.**

Criada na década de 1930, a cidade de Goiânia possui papel de destaque no contexto das cidades projetadas no Brasil do século XX. Impulsionada pelo Estado Novo e pelo sucesso de sua precursora Belo Horizonte, a nova capital do estado de Goiás, mais do que um lar para sede do governo estadual, representava os anseios de desenvolvimento, com a capacidade de catalisar as relações comerciais entre o campo produtor e os grandes centros consumidores (BRUAND, 1997).

A antiga Vila Boa (atual cidade de Goiás), fundada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o bandeirante Anhanguera, no século XVIII, teve em sua origem a mineração de ouro. Inicialmente pertencente à capitania de São Paulo, foi elevada a capital quando a região foi emancipada, tornando-se a capitania de Goiás. Já nos seus primórdios, teve sua condição de cidade principal questionada, sendo sugeridas em sua substituição a cidade de Meia Ponte (atual Pirenópolis) e a região de Águas Quentes (atual Niquelândia). Havia, em seu desfavor, em ser a sede urbana da província, e posteriormente do estado de Goiás, as condições precárias de salubridade e as dificuldades de acesso, situações levantadas tanto no império quanto no início da república (MANSO, 2001).

Após o processo revolucionário de 1930, mudanças no governo federal implicariam em transformações também na gestão dos governos da federação. Para o governo do estado de Goiás, o presidente Getúlio Vargas (1882-1954) nomearia Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) como interventor. O governo de Pedro Ludovico em Goiás durou de 1930 até 1945, coincidindo com o período da administração nacional de Getúlio Vargas. Um dos principais atos políticos de Pedro Ludovico Teixeira em Goiás foi retomar a ideia da mudança da capital. Havia nesta decisão uma estratégia política por parte do interventor em afastar-se da centralidade das oligarquias locais. Mas ao mesmo tempo, o discurso dominante era direcionado para a criação de uma nova cidade “moderna” e “sanitária”(CAMPOS, 2002; CHAUL, 2009). Portanto, a nova capital do estado de Goiás, mais do que abrigar o governo estadual, deveria criar condições de crescimento econômico, sendo o principal elo com os grandes centros consumidores (BRUAND, 1997).

Em meio a controvérsias e disputas políticas, decide-se por escolher a região da

cidade Campinas, por volta de cento e trinta quilômetros da então antiga capital de Goiás, como local para construção da nova sede do governo goiano. Com o passar dos anos, sua criação serviu de exemplo como importante metrópole no centro-oeste brasileiro, fortemente influenciada por ideias do modernismo emergente na Europa e nos Estados Unidos (BRUAND, 1997; DINIZ, 2017; MANSO, 2001).

Este capítulo tem por objetivo destacar o papel da natureza como elemento de valorização da mudança da capital e da “garantia” do sucesso da criação da metrópole (CRONON, 1991). Para tanto, fundamentou-se em documentos de 1931 a 1942, livros e artigos que tratam da criação da cidade de Goiânia. Também, objetiva-se destacar que a figura das matas, rios e da fertilidade da terra foram fatores presentes nos discursos de valorização do desenvolvimento. Por fim, destaca-se a presença dos dois principais urbanistas que atuaram no projeto da cidade, Atílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy, os quais tinham, de maneiras distintas, concepções do urbanismo moderno e as aplicaram em seus trabalhos. Assim como no trabalho de Cronon sobre a cidade de Chicago e a construção da metrópole do *Great West* norte-americano, apropriou-se de elementos metodológicos e analíticos importantes do trabalho desse historiador ambiental, sobretudo o papel dos *boosters* em seus discursos sobre a natureza e as potencialidades da formação urbana.

### **1.1 A Mudança da Capital: entre a política e a natureza**

Como dito anteriormente, a cidade de Goiás, a qual surgiu sem devido planejamento urbano, havia se tornado, de acordo com algumas visões da época, “inadequada e insalubre”, conforme os discursos dos mudancistas, às necessidades da primeira metade do século XX. O traçado de suas ruas acompanhava a topografia acidentada de seu terreno, comum às diversas cidades coloniais do Brasil, e assim, contrariavam os *boosters* e os seus modelos de cidade moderna e centro urbano “propício” para o desenvolvimento econômico. No final do século XIX, em condições parecidas, foi criada a cidade de Belo Horizonte, projetada pelo engenheiro e militar Aarão Reis como dito na introdução deste trabalho, que se tornaria a capital do estado de Minas Gerais. A cidade de Ouro Preto, que tinha características semelhantes à da capital de Goiás, fora substituída por uma cidade mais “moderna”, cujas grandes ruas se estendiam em malhas ortogonais. Em pouco tempo, a capital mineira se desenvolveu, tornando-se um exemplo próximo e concreto do sucesso de uma metrópole em um estado majoritariamente agropastoril (BRUAND, 1997).

Mais do que o exemplo de Belo Horizonte, a gênese de Goiânia tem como importante impulso o contexto político. Como dito anteriormente, em 1930 Getúlio Vargas escolhe Pedro Ludovico Teixeira para governar o estado de Goiás, o qual torna-se interventor, ao desgosto das oligarquias locais. Não conseguindo ter domínio sobre a elite de Goiás, o interventor reaviva o desejo antigo de transferir a capital para outro local. Este ato desperta disputa entre os apoiadores da mudança e os opositoristas do governo. (BRUAND, 1997; CHAUL, 2009).

Então, no ano de 1933, o governador nomeia essa comissão no chamado encontro do Bonfim, dando início aos trabalhos técnicos necessários para a escolha do local onde seria construída Goiânia. Dela surge uma subcomissão formada por João Argenta, Jerônimo Curado Fleuri e Laudelino Gomes de Almeida que tem como incumbência estudar em campo os locais previamente escolhidos, apontar critérios técnicos e tecer um parecer à comissão. Envolta em manobras políticas e jogos de cena, escolhe-se Campinas (preferida por Pedro Ludovico) ao invés de Bonfim (preferida pelo arcebispo Dom Emanuel) (MENDONÇA, 2009; SABINO JUNIOR, 1960).

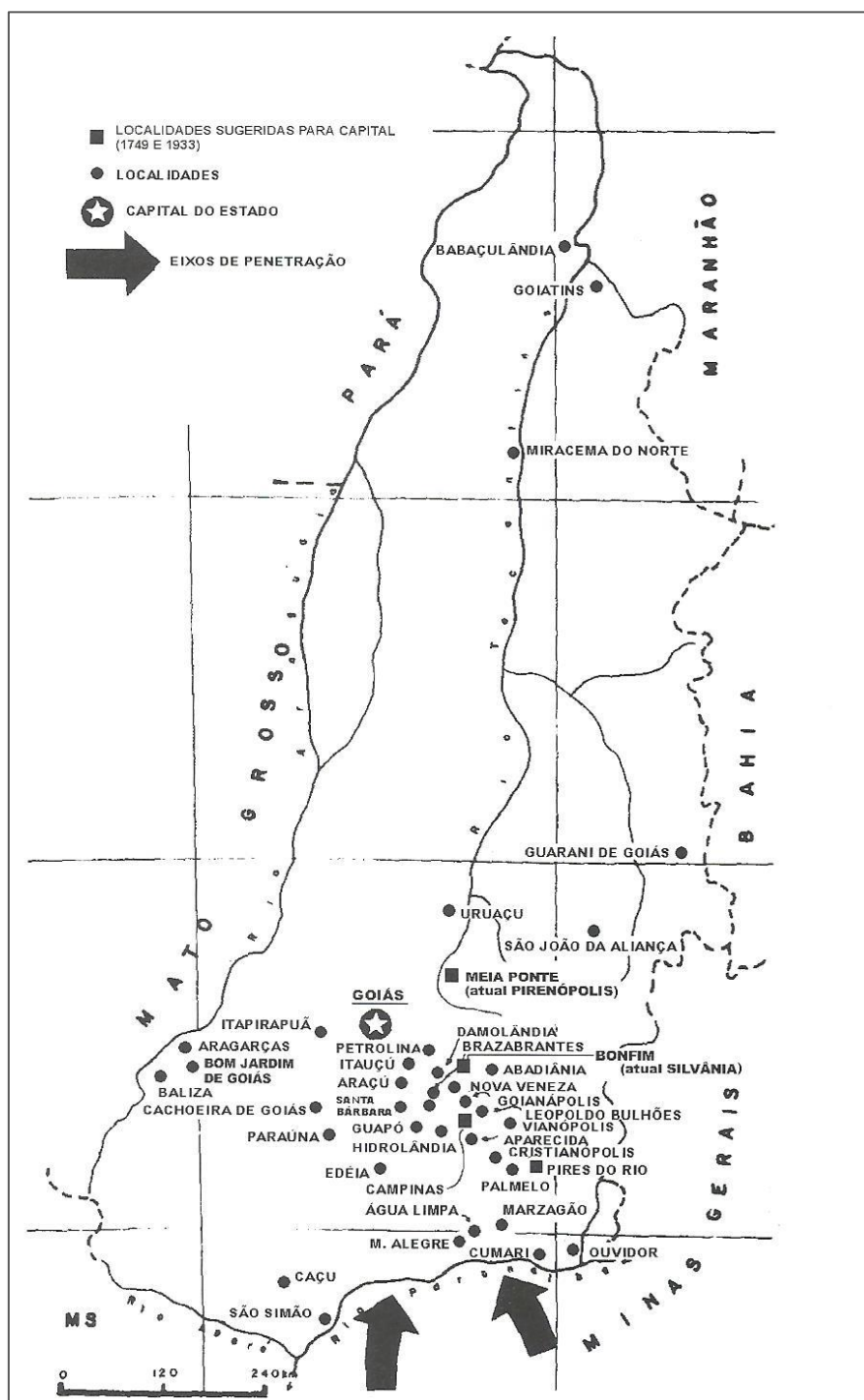
É bem verdade que havia uma concordância entre os diversos interesses na criação da nova capital: a topografia mais regular, a capacidade dos recursos hídricos e a proximidade da estrada de ferro. Neste último quesito, Bonfim levava vantagem em relação a Campinas. No mapa seguinte (figura 5) observa-se as localidades que foram consideradas como possíveis sítios para sede da nova capital de Goiás com Meia Ponte (atual Pirenópolis), Bonfim (atual Silvânia), Pires do Rio e Campinas, que hoje é um bairro de Goiânia.

Assim como ocorreu em Chicago, os diferentes fatores ambientais entraram nos discursos dos *boosters* como elementos que justificavam as variáveis favoráveis ao desenvolvimento urbano. Considerando o caso apresentado por Cronon, os discursos sobre a nova capital de Goiás – um século após os fatores que favoreceram o desenvolvimento da metrópole na região dos grandes lagos e das planícies do *Midwest* americano – buscaram se acerrar de variáveis semelhantes. Assim como considerado por Cronon, metrópole e natureza, fizeram parte de um mesmo fenômeno de ocupação demográfica e expansão da fronteira agrícola (CRONON, 1991).

O estudo da natureza “per se” é uma das três dimensões fundamentais enfocadas pela história ambiental, as quais incluem ainda, os aspectos relativos aos modos de vida das sociedades e sua interação com a natureza e do pensamento do ser

humano (WORSTER, 1991). Neste sentido, a caracterização de um ambiente físico pode contribuir para a compreensão de aspectos que eventualmente podem ter impulsionado ou retardado determinados fenômenos sociogeográficos (DELLA GIUSTINA; FRANCO, 2014).

Figura 5: mapa de Goiás com destaque para as localidades sugeridas para sediar a capital.



Fonte: Manso (2001)

No caso de Goiânia, elementos do meio físico como a topografia plana e a disponibilidade hídrica foram fatores determinantes para a escolha da nova capital goiana. Entretanto houve outro fator chave para escolha do local exato – a grande floresta tropical do Mato Grosso de Goiás, no qual a cidade se posicionava bem à sua borda. Alguns estudos consideram que o MGG compreendia uma região florestada caracterizada como de floresta tropical, estacional, com áreas decíduais e semidecíduais. De acordo com Veloso e coautores, essa grande área de floresta pertencia ao grupo de florestas submontanas, que tem as seguintes características fisionômicas: floresta estacional com variação de latitude entre 30 e 600 metros de altitude (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991). Segundo esses pesquisadores essa região florestada estava situada entre a floresta estacional semidecidual do Sul do Pará (Amazônia) e a savana do Brasil Central (Cerrado), mais especificamente no vale do rio das Almas e seus afluentes. Nessa região eles observaram a ocorrência de uma fisionomia ecológica “com mais de 50% de seus ecótipos sem folhas na época desfavorável. Esta formação, denominada ‘Mato Grosso de Goiás’, apresenta fisionomia ecológica de mesofanerófitos, nela predominando uma mistura de ecótipos savânicos [...] de alto porte com outros caducifólios florestais (íbidem).

Essa de mistura de ecótipos savânicos e de floresta de alto porte e a classificação dessa fisionomia como de mesofanerófitos indica a predominância de árvores cujas alturas variam entre 20 e 30 metros. Em Goiás, essas características são exclusivas e predominantes na região do MGG. Outro estudo relaciona as formações caducifólias com “solos férteis ou eutróficos, derivados de rochas metamórficas e intrusivas básicas e/ou ultrabásicas granulitizadas, mas que, geralmente, são pouco profundos” (SANO et al., 2007). Ainda assim, parte do MGG, relacionada com solos mais profundos, tem uma fisionomia bem menos caducifólia, designada como floresta estacional semidecidual. Os solos argilosos e os nitossolos, sobretudo na parte norte da região do MGG, se configuravam como uma condição favorável para o desenvolvimento da colonização agrícola e do fornecimento de *commodities* que justificariam, pelo discurso da época, uma expansão demográfica para a ocupação dos ricos solos florestais. Isso seria, na visão dos *boosters*, um fator fundamental para o desenvolvimento econômico e demográfico da nova capital goiana.

Outra informação significativa sobre o processo de expansão da fronteira agrícola e demográfica para a região do MGG são os valiosos registros das



classificações biogeográficas contemporâneas e as observações da geografia histórica. Essas fontes apresentam um quadro privilegiado para a compreensão das florestas do Mato Grosso de Goiás na perspectiva da história ambiental. Um registro clássico e, sem dúvidas, o mais detalhado trabalho sobre a região encontra-se nos trabalhos de campo realizados pelo geógrafo Esperidião Faissol, componente da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia (FAISSOL, 1952). Faissol participou das visitas de campo coordenadas pelo geógrafo alemão Leo Waibel em Goiás, realizando extensa pesquisa entre os anos de 1946 e 1948. Segundo os seus registros, o Mato Grosso de Goiás compreendia uma extensa região florestal situada na parte centro-sul do estado, cuja área de mata original era avaliada, na época, em torno de 20.000 quilômetros quadrados. A denominação dessa floresta (Mato Grosso) na região do planalto goiano tinha como referência a classificação das paisagens da época, que geralmente separava áreas de campo de áreas de mata. Assim, a origem no nome “Mato Grosso” estava relacionada a um tipo de vegetação florestal e mais, particularmente, ao contraste dessa área em relação ao resto da paisagem de cerrado típico que caracteriza o Estado de Goiás (*ibidem*).

A estimativa oferecida por Faissol, que considerava a área florestal original em torno de 20.000 quilômetros quadrados, pode parecer diminuta se comparada ao território de Goiás e aos extensos campos cerrados predominantes. Foi esse contraste entre campos cerrados extensos e o MGG relativamente pequeno que chamou a atenção dos primeiros observadores. A antiga província e o antigo estado de Goiás tinham cerca de 617.800 quilômetros quadrados (soma das áreas atuais de Goiás e Tocantins). Com 20.000 quilômetros quadrados, o MGG cobria apenas 3,23% dessa área. Mesmo com o desmembramento de Tocantins, em 1989, a área do MGG (a essa altura devastada) corresponderia a apenas 5,88% da área atual de Goiás. Apesar de aparentemente pouco significativa, essa área original do MGG corresponde a cerca de 50% do atual território do estado do Rio de Janeiro (DUTRA E SILVA, 2017).

A classificação florística e biogeográfica do Mato Grosso de Goiás é também duvidosa, pela sua quase completa destruição e pela escassez de materiais biológicos coletados. Uma hipótese, baseada em registros de mapas históricos e novas tecnologias de geoprocessamento, é que o Mato Grosso de Goiás não seria um enclave isolado de floresta no Bioma Cerrado, mas uma extensão extrema do Bioma Mata Atlântica e a estimativa de Faissol da área seria alterada para cima. Assim, a localização de Goiânia,

a nova capital de Goiás, às bordas do Mato Grosso de Goiás, tinha como finalidade favorecer a ocupação demográfica das áreas de solo fértil da floresta, fornecendo alimentos e bens agrícolas para a inserção da nova cidade no mercado nacional de *commodities*.

O atual território do município de Goiânia encontra-se sobre dois contextos geológicos distintos. O primeiro relacionado à unidade denominada Complexo Anápolis-Itaçu na porção setentrional do município. Trata-se de um pacote de rochas ígneas e metamórficas formadas no período geológico Neoproterozóico. Essas rochas, considerando suas características geoquímicas, provém importantes nutrientes disponíveis nos solos para as plantas, tais como cálcio, magnésio, potássio, dentre outros (GIUSTINA et al., 2011). A fertilidade natural dos solos da região norte da atual Goiânia foi um dos fatores naturais que influenciaram a gênese do Mato Grosso de Goiás. Sabendo disso, pesquisadores que estudaram os solos da região como Speridião Faissol e Leo Weibel, especialistas em desenvolvimento agropecuário em terras florestadas, utilizavam a existência de florestas para a identificação de solos com fertilidade natural mais altas do que aquelas onde a vegetação savânica predominava. Portanto a proximidade da cidade com o Mato Grosso de Goiás daria segurança alimentar à nova capital, considerando que essa região florestal representava o eldorado agrícola da época.

Por outro lado, a porção meridional do município está relacionada às rochas da unidade geológica denominada de Grupo Araxá e é composto por xistos, clorita xistos, muscovita xistos, biotita xistos, grafita xisto, talco xistos, hornblenda gnaisses e mármores. O Grupo Araxá representa um mar profundo que existiu no Neoproterozóico. Sobre essas rochas, há o predomínio dos Cerrados e os solos apresentam baixa aptidão agrícola, notadamente em função da baixa fertilidade natural (PIMENTEL et al., 2011).

Se de um lado, a região do Mato Grosso de Goiás apresentava sua vocação eminentemente agrícola, a região dos cerrados oferecia condições mais adequadas para a ocupação urbana, tais como o relevo plano e solos profundos. Além disso, o desmatamento de áreas de cerrado é menos oneroso do que em áreas florestais, visto a menor densidade arbórea e o menor porte das árvores daqueles em relação a estes. Neste sentido a escolha de uma área de transição representava vantagens estratégicas sobre áreas com um único contexto ambiental.

## 1.2 Goiânia: a cidade planejada

Após os esforços de Pedro Ludovico para garantir sua escolha por Campinas, era necessário dar início aos trabalhos. O nome do engenheiro Armando de Godoy surge como escolhido para ser o autor do projeto da capital. O próprio Godoy (sobre o qual tornaremos a falar mais a frente) visita Campinas e produz um relatório enaltecendo a escolha do local (SABINO JUNIOR, 1960). Porém, sem condições de atender ao chamado, declina do convite, alegando não ter tempo para realizar a tarefa (DAHER, 2009).

Em seu lugar, foi escolhido Attilio Corrêa Lima (1901-1943), arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro entre os anos de 1920 a 1925. A seu favor, estava o fato de ser o único em atividade no Brasil neste momento com formação em urbanismo. Estudou no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris*, realizando o seu curso de 1927 a 1930. Recebeu o convite no ano de 1932, quando o sítio ainda não havia sido definido e, também, parece não ter tido influência sobre a escolha. A ele é dada a missão de projetar uma cidade para cinquenta mil habitantes, além dos principais edifícios públicos principais e das casas de funcionários. A solução adotada por Corrêa Lima se baseava em dois pontos importantes: a ordenação do trânsito e o zoneamento funcional eficaz. Este traçado, onde as principais avenidas que convergem no centro cívico (figura 6), compara-se aos planos de Versalhes e Washington (DINIZ, 2007, 2017).

Após a escolha de Campinas, Corrêa Lima faz o reconhecimento do local. Com base no relatório da subcomissão chefiada pelo engenheiro João Argenta, começa a definir questões fundamentais como o local ideal para o palácio de governo, o ponto da barragem de captação de água potável e a definição mais adequada da topografia para o desenvolvimento do centro urbano. No ano de 1935, produz relatório técnico, justificando suas decisões de projeto e suas indicações para o desenvolvimento da cidade (SABINO JUNIOR, 1960).

Entre as suas preocupações, estão três mananciais: os córregos Botafogo, Buriti e Capim-puba. Sobre o primeiro, define que será utilizado para abastecimento, onde parte de suas águas seriam bombeadas até um reservatório ao sul do centro cívico e, de lá, partiriam por gravidade até as unidades urbanas. Na nascente do segundo, onde se encontrava um buritizal, seria criado um parque, drenando-se as águas da área alagada para o *talweg* do córrego, criando cascatas e pequenos lagos ornamentais. Às margens

do último e do primeiro deveriam ter faixas de, no mínimo, cinquenta metros de área preservada, o que chamou de *parkways* e, na região do seu encontro deveria surgir o principal parque da cidade (ibidem).

Figura 6: Esboço do Projeto de Goiânia, 1933, elaborado por Attilio Corrêa Lima



Fonte: Manso (2001)

Nesse documento, o urbanista deixava claro a importância da qualidade das

águas para abastecimento e das matas para a pureza do ar. De acordo com o limite urbano que havia definido, a área das matas e parques que foram projetados e a dimensão da malha viária e dos lotes, estabelecia que Goiânia contaria com grande oferta de área verde por habitante, tendo, por exemplo o dobro da cidade de Detroit e quatro vezes mais que a cidade de Paris. Indicava que era necessário conter o crescimento para além do córrego Botafogo, por ser este o escolhido para abastecer a cidade, e as áreas de proteção dos mananciais deveriam ser demarcadas pelo poder público. No entanto, deixou em aberto tais ações, dizendo que elas deveriam ser realizadas no futuro (CORRÊA LIMA, 1937a).

O urbanista, que havia se mudado com a família para Goiás para coordenar as construções, não permaneceu até a entrega definitiva das obras. Em abril de 1935, rompe contrato com o estado, antes do término da conclusão dos edifícios e com boa parte das obras atrasadas devido a greves e dificuldade na obtenção de materiais (BERNARDES, 2009). Sua permanência também foi afetada com a presença dos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, engenheiros recém-formados no Rio de Janeiro e que eram sobrinhos da esposa do governador Pedro Ludovico. A dupla, que fora contratada para vistoriar as obras, obteve mais privilégios contratuais que Corrêa Lima, recebendo, entre outros benefícios, lotes como pagamento por seus serviços. As aspirações e as pressões dos engenheiros ocasionaram a quebra de contrato entre o estado e o urbanista, ficando a construção de Goiânia e a procuração sobre a venda dos lotes a encargo da empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda (DINIZ, 2007).

### **1.3 A transformação do plano urbanístico**

A partir da nova conjuntura na construção da nova cidade e na venda imobiliária dos lotes urbanos da nova capital, os irmãos Bueno receberam toda a glória pelas obras e pelo avanço urbano de Goiânia nas décadas seguintes. Sua ligação política e familiar com o interventor de Goiás e sua influência na capital federal possibilitavam-lhes acesso aos meios da administração pública e das atividades econômicas. Paralelo ao trabalho de construção, promoveram a divulgação da nova capital, tendo como interesse principal a comercialização dos lotes. O nome de Atílio Corrêa Lima fora omitido, a ponto de, no ano de 1942, ser aberta sindicância por parte do estado com intuito de restaurar a imagem do urbanista como o detentor autoral do projeto urbano de Goiânia (ibidem).

A tarefa dos construtores, porém, não era fácil. Pedro Ludovico encarregou os

irmãos Coimbra Bueno de correr atrás de recursos financeiros para suprir as necessidades que, nos primeiros anos de construção, eram urgentes (ALVARES, 1942). Até mesmo pela prática da doação de terras em muitas áreas não houve aporte inicial do estado pelos recursos e bens imobiliários. Entretanto, tal fato que, a primeiro momento sugere um ato de benevolência por parte dos doadores, pode ser revertido em benéficos pela proximidade à capital. Segundo informações, foram recebidas terras por permuta e doação com o governo estadual. Tem-se, como exemplo, o caso de Andreino de Moraes, um fazendeiro que detinha a propriedade rural em que a nova capital foi construída. Após figurar como um dos principais doadores de terras para a construção da nova capital, o senhor Andreino de Moraes tornou-se fornecedor de tijolos, cerâmicas, madeiras e outros materiais de construção, além de empreender a primeira empresa de ônibus em Goiânia (ROCHA, 2009).

A atuação dos irmãos Bueno, no entanto, e sua influência permitiram que as obras continuassem. A dificuldade com aquisição de materiais e de mão de obra qualificada foi contornada. Em substituição a Atílio Corrêa Lima surge o nome de Armando Augusto de Godoy (1876-1944) que era engenheiro, mas que atuava no urbanismo, tendo trabalhado com o urbanista francês Alfred Agache na elaboração do plano diretor do Rio de Janeiro na administração do prefeito Prado Junior. Godoy, que havia visitado os Estados Unidos, interessado nas novas visões de planejamento urbano, desenhou um novo traçado para os setores sul e norte da cidade, baseado nas suas novas concepções do espaço urbano (ver figura 7) (MANSO, 2001).

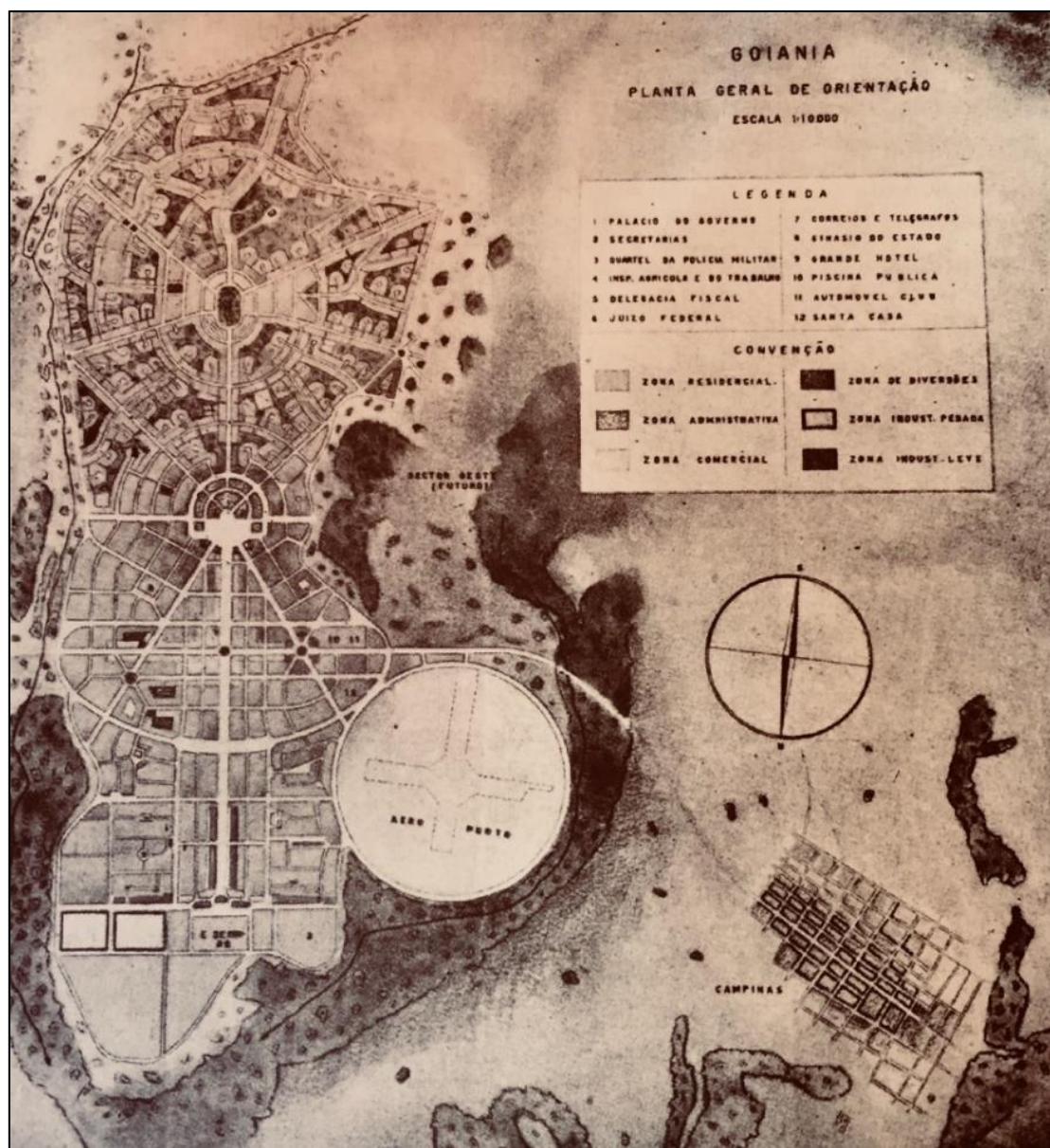
O principal legado de Godoy foi o traçado do setor sul, substituindo as ruas em forma de xadrez por linhas sinuosas e generosas áreas verdes, inspirando-se nas cidades-jardins propostas pelo inglês Ebenezer Howard. Elas tinham como conceito principal o resgate da qualidade de vida urbana depreciado pelo crescimento da indústria (principalmente na Europa) e na utilização comunitária do solo urbano. No caso do segundo urbanista de Goiânia, este modelo de urbanismo serviu somente como exemplo estético (DAHER, 2009), uma vez que defendia que a “cidade moderna” seria o local propício para a indústria, como havia afirmado no ano de 1933:

Antes, porém, de entrar na análise dos vários elementos de que dependem a vida e a expansão de um centro urbano, devo dizer-vos o que penso com relação à oportunidade da mudança da capital de Goiaz, problema que sobremodo vos preocupa e é



debatido por todos os que se interessam pelo futuro do vosso Estado, cujas riquezas extraordinárias ainda não puderam ser exploradas por vários motivos, entre os quais figura o de não ter ainda aí surgido uma cidade moderna (GODOY, 1942, p. 14).

Figura 7: Planta de Goiânia elaborada por Armando de Godoy para a empresa Coimbra Bueno & cia. Ltda.



Fonte: Manso (2001)

Neste antagonismo entre o urbano e o rural, a capital de Goiás tomou forma. No passar dos anos, pode-se ver que o planejamento e os anseios do projeto original são abandonados ou modificados por interesses diversos. Até a década de 1950, o plano original foi respeitado. Porém, alguns fatores contribuíram para um desenvolvimento

que ignorou o planejamento embrionário. Na região leste, além do córrego Botafogo, as moradias provisórias dos trabalhadores na construção da capital foram regularizadas entre 1947 e 1954, abandonando a preocupação de Corrêa Lima sobre a orientação de crescimento e a preservação do parque linear. As pressões sobre o poder público por parte dos proprietários de terra acarretaram na maior facilidade de se lotear, retirando a exclusividade do poder público. A partir daí os particulares poderiam realizar seus próprios parcelamentos de terra, ficando sob a responsabilidade do município o fornecimento de infraestrutura urbana (RIBEIRO, 2004).

Figura 8: Carro de boi na Praça Cívica.



Fonte: Fotografia de Alois Feichtenberger, 1936. Goiânia – Go. Acervo MIS|GO. Cortesia: Museu da Imagem e do Som, Goiás.

O contraste e a contradição entre o moderno e o rural no processo de construção de Goiânia são uma marca expressiva dos dois ambientes como uma única natureza e não duas distintas (CRONON, 1991). As observações de Cronon sobre Chicago, são considerações relevantes para este estudo, na medida em que os seus apontamentos e metodologias adotados nos permitem uma correlação entre a posição de Goiânia como a cidade símbolo da expansão para o Oeste no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Os apontamentos sobre o projeto de metrópole para Chicago dão indícios para uma história ambiental da formação urbana de Goiânia, nos elementos naturais e inaturais, como também na relação entre campo e cidade ou na conexão entre esses elementos, ao mesmo tempo (figura 8). Outra referência importante da formação urbana de Goiânia, como a porta de entrada da expansão da fronteira modernizadora são os



elementos simbólicos que concebem a constituição da cidade por meio dos símbolos de mitos do Oeste brasileiro (ibidem).

Neste cenário, as imagens dos canteiros de obra, da pouca infraestrutura e do pequeno número de edificações produziam uma paisagem perturbadora “do cerrado recortado pelas lâminas frias dos tratores” (DUTRA E SILVA, 2017). A política de interiorização do governo Vargas, as instalações das usinas hidrelétricas do Rochedo (1955) e Cachoeira Dourada (1959), a chegada da ferrovia em 1951, a pavimentação da rodovia BR-153 (importante ligação com São Paulo) e, posteriormente, a construção de Brasília alavancaram o crescimento de Goiânia (RIBEIRO, 2004). Mas outros fatores são também importantes, como a expansão ferroviária que havia chegado em Anápolis em 1935 e o processo de colonização agrária do Mato Grosso de Goiás na década de 1940 (DUTRA E SILVA, 2017).

## **CAPÍTULO 2. OS BOOSTERS DO SERTÃO: A NATUREZA E A MODERNIDADE URBANA DE GOIÂNIA NOS DISCURSOS DA CIDADE SÍMBOLO DO OESTE BRASILEIRO (1932-1942)**

O processo histórico da “conquista” territorial do Oeste brasileiro foi um fenômeno importante, sobretudo a partir da primeira metade do século XX, quando o governo brasileiro instituiu uma política de expansão demográfica e econômica da fronteira em direção ao *hinterland* brasileiro (Dutra e Silva, 2017).. Esse fenômeno ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”, implementada a partir de 1938<sup>10</sup> e baseou-se na utilização de referenciais ideológicos e simbólicos, na tentativa de constituir uma visão mitificada do território com a terra da provisão (DUTRA E SILVA, 2017; ESTERCI, 1972; EVANS; DUTRA E SILVA, 2017; LENHARO, 1986), fazendo uso do conceito de “Oeste” como um espaço de possibilidades, autonomia e com acesso à propriedade, muito próximo da visão “turneriana”<sup>11</sup> da fronteira.

As questões agrícolas e agrárias foram elementos importantes no interior das políticas de expansão da fronteira divulgados pela Marcha. No entanto, a construção da imagem da “terra da promessa” englobava outros elementos, como por exemplo, a concepção urbana das cidades do Oeste como uma valiosa expressão da Marcha. Nesse sentido é que a cidade de Goiânia, criada na década de 1930 como a nova capital do estado de Goiás, se apresenta como um dos símbolos da fronteira em expansão e, mesmo que iniciada anteriormente ao discurso da Marcha histórica, passou a ser associada a ela (DUTRA E SILVA, 2017; JERONIMO., 2015; PINTO; ARAÚJO, 2014).

A modernidade *Art Decó* foi um dos traços da arquitetura da nova capital do

---

<sup>10</sup> Fonte: Getúlio Vargas, “Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937”, 31 de dezembro de 1937, Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação Geral de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca, Arquivo da Presidência da República.

<sup>11</sup> A visão turneriana fundamentada no historiador americano Frederick Jackson Turner (2010), que, segundo Cronon (1991), eram “zonas” de “natureza” e “terra livre” que os imigrantes europeus encontraram nos Estados Unidos e que se tornaram a fonte americana de energia, individualismo e democracia.

Oeste, que além de estabelecer uma estética urbana tinha a intensão simbólica de demarcar a oposição à velha estrutura barroca e oligárquica, muito caracterizada pela antiga capital do estado, a Cidade de Goiás. A velha capital (Cidade de Goiás) aparece nos discursos como o símbolo do atraso e da insalubridade e, de forma oposta, a caracterização de Goiânia, como capital moderna, fruto da racionalização do espaço e salubre. Em especial, a relação do ambiente urbano com o conjunto de recursos naturais esteve relacionada ao sentido da salubridade, desenvolvimento econômico e qualidade de vida.

É a partir dessas concepções iniciais que este capítulo procurou analisar o processo histórico da concepção e construção da nova capital de Goiás, considerando, sobretudo os fatores históricos que passaram a identificá-la como cidade símbolo da interiorização do país e porta de entrada para o Oeste<sup>12</sup>.

O trabalho procurou se fundamentar nos pressupostos teórico-metodológicos da história ambiental, muito alicerçado nas orientações de William Cronon (1991) sobre os processos urbanos e rurais relacionados à cidade de Chicago, vista como a porta de entrada para o Grande Oeste norte-americano. Nessa análise, são muito importantes as descrições de Cronon (1991) sobre o papel dos *boosters* (agentes de propaganda), que tiveram importante destaque na construção simbólica de Chicago. Essa abordagem motivou a estabelecer um paralelo entre os elementos históricos e ambientais envolvidos na divulgação da transferência da capital de Goiás e nos métodos de divulgação que envolviam o novo espaço urbano como a capital da Marcha para Oeste e também a cidade símbolo da conquista do Brasil Central.

Os recursos metodológicos se fundamentam na análise documental dos discursos e narrativas, que procuram identificar, na visão de seus idealizadores e sonhadores, o papel da natureza como elemento atrativo para o desenvolvimento. Utilizou-se, como fontes, um conjunto documental baseado em relatórios técnicos de profissionais ligados à criação de Goiânia, jornais, livros, artigos publicados em

---

<sup>12</sup> Oeste, nesse sentido é um termo carregado de significados para as políticas de interiorização ocorridas entre as décadas de 1940 e 1950. O sentido vai muito além das representações dos pontos cardeais, mas fazem parte dos discursos de mitificação da marcha colonizadora do Brasil Central e de outras regiões interioranas do Brasil, geralmente descritas, também, como Oeste. Ver: Dutra e Silva, 2017.

cadernos científicos e que tratam da concepção da nova capital entre as décadas de 1930 e 1940, além de registros fotográficos, entrevistas e depoimentos de pioneiros, que compõem coleções especiais de diferentes arquivos e museus em Goiás e no Distrito Federal. A intenção desta pesquisa é identificar, nas fontes pesquisadas, as narrativas relacionadas aos divulgadores de Goiânia como a cidade símbolo do Oeste brasileiro e como as questões ambientais aparecem nos discursos dos “*boosters* do sertão” entre as décadas de 1930 a 1940.

## 2.1 A caracterização dos *boosters* com os recursos naturais

Cronon (1991), em seu estudo sobre o papel urbano de Chicago e a relação do centro urbano com os recursos naturais de *Great Plains*, descreve os *boosters* como os grandes divulgadores do desenvolvimento econômico da cidade. O modelo interpretativo utilizado por Cronon, com base em um processo de urbanização que ocorreu um século antes da construção de Goiânia, foi inspirador, na medida em que alguns elementos relacionados à história da “conquista” da fronteira apresentam similitudes, guardadas as suas devidas proporções. Chicago experimentou um vertiginoso impulso econômico e um maciço investimento de empreendedores norte-americanos, que se apropriaram de diferentes recursos naturais como elementos propulsores do avanço do capital. Não apenas os investidores e empreendedores de diferentes setores produtivos de Chicago, mas também outros personagens que, dotados de capital simbólico, utilizavam determinados recursos naturais na descrição das potencialidades da cidade. Assim, a existência, mas ao mesmo tempo, o impacto da divulgação dessas potencialidades favoreceu o afluxo demográfico e a expansão de investimento.

As potencialidades naturais no caso de Chicago (marcadas nos discursos da grande fertilidade do solo na região das grandes planícies, da navegabilidade dos rios e dos grandes lagos, a abundância de madeira das regiões ao norte e noroeste da cidade, dentre outros) foram descritas por Cronon (1991) como os processos da “primeira natureza”. E esta foi um fator importante para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a exploração desses recursos naturais e na transformação dessas potencialidades em riqueza e capital (segunda natureza).

A “primeira natureza” auxiliou para que os investimentos de capital

permitissem o vertiginoso crescimento urbano, numa distinta relação histórica entre campo e cidade na expansão demográfica para o Oeste. Assim é que Chicago foi apresentada por Cronon (1991) como o portal de entrada para o grande Oeste e, ao mesmo tempo, o ponto convergente dos processos de contato econômico entre o polo capitalista do Leste e a grande fronteira. No centro da questão, está sempre uma região de destaque, a qual se deseja promover e uma série de recursos naturais que possibilitariam o surgimento de uma cidade capaz de atrair pessoas e oportunidades.

Em seu estudo, Cronon (1991) considera que um dos mais importantes papéis exercidos pelos *boosters* norte-americanos no século XIX na região de Chicago foi o de identificar os recursos naturais como elementos fundamentais para o desenvolvimento e expansão do capital, seguindo a lógica da expansão da fronteira, numa interação entre os fenômenos rurais e urbanos. Esses arautos apontavam as potencialidades naturais da região (florestas, terras férteis, recursos hídricos, dentre outros) como riquezas naturais fundamentais para o desenvolvimento das estruturas econômicas necessárias para o consequente desenvolvimento urbano por meio das infraestruturas desenvolvidas (armazéns, ferrovias, canais de navegação, serrarias, comércio, indústria, dentre outros).

A disponibilidade de áreas florestadas ao norte de Chicago favorecia o abastecimento das cidades do Grande Oeste com madeira necessária para as construções e também lenha para a combustão. As pradarias, com escassez de madeira, poderiam absorver essa produção, oferecendo, por sua vez pastagens e campos para o fornecimento de grãos, carne e outros produtos agrícolas para o abastecimento urbano. Ao mesmo tempo, também fornecia matéria-prima necessária para a indústria e o comércio entre as regiões leste e oeste dos Estados Unidos. E Chicago, portanto, se apresentava como esse grande entreposto urbano que, com sua importante rede hidroviária, ferroviária e rodoviária, concentrando investimentos, produção de riquezas e a integração Leste-Oeste.

Discurso semelhante ocorre no Brasil, no século seguinte, na expansão da fronteira para o Brasil Central. A proposta em analisar a construção de Goiânia tendo como referência o papel dos recursos naturais em relação à nova capital e também ao seu papel dentre da marcha demográfica para a ocupação do Brasil Central se justifica por duas razões: (i) os chamados *boosters* da nova capital irão se apropriar da natureza

nos discursos de divulgação das potencialidades urbanas e econômicas de Goiânia; (ii) que a partir da política de colonização implementada a partir de 1938 pelo governo federal, a nova capital assumirá o papel de cidade símbolo e porta de entrada para o grande Oeste.

Neste contexto, a possibilidade da construção da nova capital suscitava nos cidadãos goianos ânimos entusiasmados e esperanças de desenvolvimento mesmo antes de seu projeto e construção. Já no início da década de 1930, logo após o período conhecido como “Era Pedro Ludovico em Goiás (1930-1945)”, algumas personalidades já defendiam a mudança da capital e os possíveis locais para recebimento de sua sede. Em uma publicação feita no dia 27 de fevereiro de 1931, no jornal “Voz do Povo”, sediado na então capital cidade de Goiás, o engenheiro Carlos Haas<sup>13</sup> (que já foi apontado no Capítulo 1), apresentava os seus argumentos ao vislumbrar a mudança da capital para a região de terras férteis e de grande recurso florestal conhecida como o Mato Grosso de Goiás (Figura 9). Essa grande área de floresta tropical era descrita pelo engenheiro como o local privilegiado para a instalação do projeto urbano de Goiânia. No centro do seu discurso, a natureza figurava como elemento determinante na defesa dos ideais mudancistas, ao mesmo tempo em que afirmava que um processo inicial de ocupação pioneira já ocorria nessas matas. Haas afirmava que “à borda da zona da mata, no entanto, já se nota um incremento salutar da lavoura em geral e na formação de extensas pastagens”<sup>14</sup>. Essa descrição, feita no início da década de 1930, evidenciava um processo histórico que acontecia já na região de floresta tropical, acompanhando a dinâmica da expansão da fronteira agrícola (DUTRA E SILVA, 2017)

Desde a expansão da rede ferroviária em Goiás<sup>15</sup>, que teve início na primeira década de século XX, uma onda de pioneiros, que buscavam matas de primeira classe

---

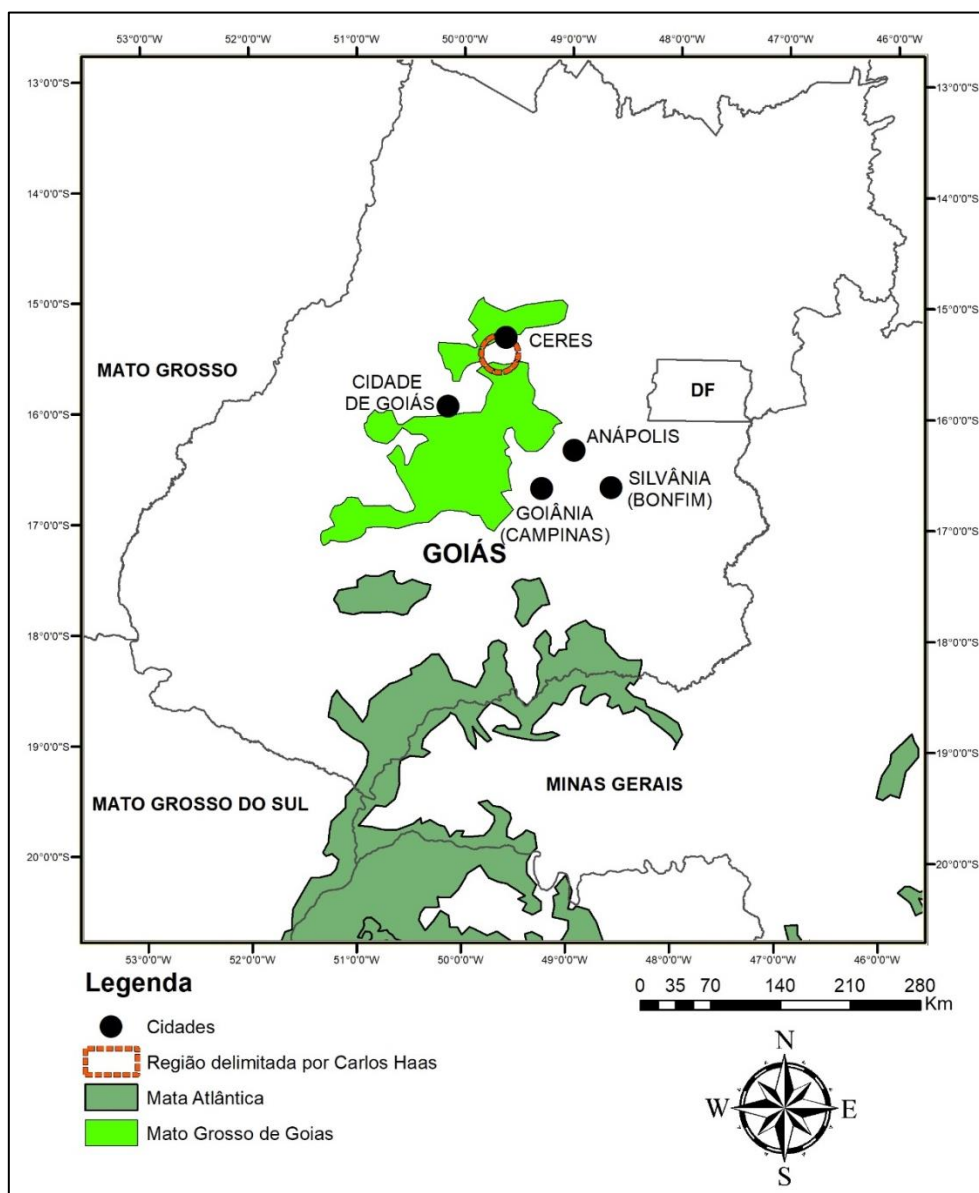
<sup>13</sup> Voz do Povo. *Memorial: Ligeiras considerações acerca da mudança da capital de Goyaz*. Engº Carlos Haas. São Francisco das Chagas, 27 de fevereiro de 1931. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: [bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/](http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/) acessado em 19 de dezembro de 2017.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> A expansão ferroviária em Goiás tem início na primeira metade do século XX e suscitou importante debate entre a elite dominante em Goiás, sobre os efeitos da integração ou autonomia baseada no isolamento. Sobre esse assunto ver: (BORGES, 1990)

para a atividade agrícola, encontraram nessa região a disponibilidade de terra fértil e livre, doadas pelo governo goiano para a colonização agrária (ibidem.). Assim, os vinte mil quilômetros quadrados de floresta tropical que compunham o Mato Grosso de Goiás apareciam nos discursos de Haas como uma das razões pelas quais ele advogava a mudança da capital

Figura 9: O Mato Grosso de Goiás com destaque em círculo sobre a região indicada por Haas para receber a nova capital de Goiás em 1931.



Fonte: Mapa desenvolvido pelo autor com base no mapa de vegetação do Brasil, MMA 2017, com o auxílio de João Maurício F. Sousa.

para as matas de São Patrício, na porção norte dessa grande floresta. O curioso é a relação que esse divulgador da mudança da capital faz entre as potencialidades dos recursos naturais e à exuberância natural da região com as possibilidades de ocupação urbana e agrícola, destacadas no seguinte trecho de seu argumento: “onde hoje imperam a onça e o tapir virão a ser umas das zonas mais populosas e mais ricas do Brasil”<sup>16</sup>. Ou seja, o texto de Haas apresenta questões contraditórias, entre a descrição de uma fauna típica da floresta tropical e a expansão da fronteiras demográfica. Assim, ele argumenta como se defendesse que o território outrora dominado pela *wilderness* (NASH, 1982) seria conquistado pela civilização e urbanização. A natureza, nos discursos de Haas, louvava a abundância desses recursos naturais e os processos de expansão pioneira que já acontecia na região.

A cidade de Goiás, antiga capital do estado, esculpida às margens do rio Vermelho por influência da mineração de ouro nos séculos XVIII e XIX, fora outrora símbolo da aventura bandeirante e da sua ousadia em desbravar montes, rios e matas do Planalto Central. No entanto, essa localidade aparecia nos discursos mudancistas como núcleo urbano atrasado, insalubre e desprovido das potencialidades em tornar-se uma capital moderna (CHAUL, 2009; MANSO, 2001). Os discursos mudancistas faziam ressurgir esse espírito bandeirante, presente, sobretudo, nas narrativas de conquista da natureza. A presença, ainda “perturbadora”, de regiões selvagens e inexploradas reforçava, nos discursos, o legado do bandeirismo histórico, descrito como adormecido, mas que renascia em aproveitamento de tantas riquezas “desperdiçadas” (ELLIS JUNIOR, 1936; OLIVEIRA, 1929; RICARDO, 1959; TAUNAY, 1951).

A documentação pesquisada não trouxe maiores informações sobre o engenheiro Carlos Haas, sua biografia e o seu papel em relação à mudança da capital, mas é nítido o seu posicionamento sobre a escolha da área para sede da nova capital. Seu memorial se baseou em condicionantes como clima, baixa declividade, boa insolação e ventilação, além de propor uma população provável de 50.000 habitantes. É provável que tais descrições tenham servido de base para o contrato firmado entre o governo de Goiás e o urbanista Attilio Corrêa Lima, uma vez que alguns destes

---

<sup>16</sup> Voz do Povo. *Memorial: Ligeiras considerações acerca da mudança da capital de Goyaz*, p.4.



elementos são destacados no contrato do estado com o urbanista<sup>17</sup> (CORRÊA LIMA, 1937b).

A defesa de Haas para a região florestal, exaltando a fertilidade das terras do Mato Grosso de Goiás, se alinhava à visão empreendedora do sonho urbano no Oeste. A principal atividade econômica descrita no início dos anos de 1930 em Goiás era a pecuária. A distribuição da produção agrícola aos mercados consumidores mais importantes do país ocorria de forma bastante limitada (McCREERY, 2006; MANSO, 2001). O engenheiro Haas também acreditava que, com a criação da nova cidade nas proximidades das “terras mais férteis, talvez, do Brasil inteiro”, o estado de Goiás “viria a ser, em muito breve, um dos maiores produtores não somente de gado empastado, mas também de café”<sup>18</sup>.

Apesar de todo o seu esforço em publicar a seu ponto de vista sobre o possível local para sede urbana de Goiânia, o engenheiro não figurou entre os escolhidos para compor a subcomissão de escolha do local para a nova capital. Mendonça (2009) apresenta uma hipótese da sua exclusão, baseada no fato de que Haas insistia em defender construção da nova capital na região do Mato Grosso de Goiás, o que desagradava os interesses do interventor Pedro Ludovico Teixeira, o qual defendia a região de Campinas, à borda leste da grande floresta, como evidenciado nos documentos, conforme veremos adiante.

Mesmo não sendo escolhida como a região para a construção da nova capital, o Mato Grosso de Goiás assumiria na década de 1940 um papel importante na relação entre a nova capital e as áreas de expansão agrícola e demográfica. Podemos perceber a sua importância nos discursos do governador Jeronymo Coimbra Bueno (1910-1996), outro importante personagem na divulgação dos recursos naturais do Brasil Central a partir de Goiânia e sua conexão com as áreas florestadas do Mato Grosso de Goiás. No entanto, durante o período em que Coimbra Bueno atuou como governador de Goiás

---

<sup>17</sup> O contrato com o urbanista Attilio Corrêa Lima determina a população de 50.000 habitantes e no documento da subcomissão aparecem exigências como a topografia “favorável”, proximidade a rios e vias de transporte (SABINO JUNIOR, 1960)

<sup>18</sup> Voz do Povo. *Memorial - Ligeiras considerações acerca da mudança da capital de Goyaz*, p. 4.

(1947-1950) ele defendia a conexão e abertura de estradas entre a capital e a área florestal, chamada em seus discursos como “Zona da Mata de Goyaz”. Neles, por várias vezes, a região florestada foi destacada pelo incremento demográfico da expansão colonizadora das terras férteis da região. Em seu discurso de 15 de abril de 1948, relativo ao relatório das atividades realizadas em 1947, ele registra que o avanço do plano rodoviário para essa região de “inestimável valor” estava em andamento, “para ser aí fomentada, em larga escala, a produção, principalmente do café, arroz, milho, feijão, cana de açúcar, trigo e algodão” (COIMBRA BUENO, 1990). E, ainda, reforçava a fertilidade do solo do Mato Grosso de Goiás, “a mais fértil, e uma das melhores do Brasil” (ibidem).

Embora o conceito de *booster* em William Cronon (1991) estivesse também muito associado ao conceito clássico do empreendedor, sobretudo aos empresários do setor imobiliário e agroindustriais em Chicago, em Goiás a agressividade especulativa não foi explicitada de forma tão óbvia. No caso goiano, as primeiras manifestações em relação ao papel dos *boosters* estiveram associadas às disputas relacionadas à escolha do local mais apropriado para a construção da nova capital, como evidenciado no documento do engenheiro Carlos Haas<sup>19</sup>. Esses primeiros registros têm o seu valor histórico, sobretudo na descrição das condicionantes ambientais envolvidas na defesa do local escolhido. No entanto, no processo da definição da área escolhida e durante a construção da nova capital, outros discursos procuraram reforçar o papel da natureza no projeto político e urbano de Goiânia. Destacam-se como atores dessa nova divulgação o médico, interventor e administrador de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira; o engenheiro Armando Augusto de Godoy; o engenheiro, empreendedor e político Jeronymo Coimbra Bueno; e o próprio presidente da república, Getúlio Vargas.

Essas personagens são emblemáticas em vários sentidos, mas principalmente pela relação que estabelecem entre si, durante o processo de concepção urbanística e modelo urbano, a escolha do local para sediar a nova capital e os projetos de desenvolvimento ligados à relação entre o urbano e o rural no Brasil Central. Os discursos e as atuações públicas dessas personagens aproximam visões de modernidade,

---

<sup>19</sup> Ibidem.

modernismo e modernização (BERMAN, 1986), ao importar um modelo arquitetônico e urbanístico para essa cidade do *hinterland* brasileiro<sup>20</sup> e, ao mesmo tempo, apropriam os discursos da Marcha para Oeste, relacionando a expansão demográfica às oportunidades pessoais de comercialização de terras ou na introdução de projetos vinculados ao setor produtivo agropecuário. No entanto, em ambos os casos, a cidade figurava como o centro catalizador das transformações da “primeira natureza”, cujos recursos naturais eram abundantes na fronteira. Assim como Chicago, em Goiás, o papel dos *boosters* transpunha as demarcações do projeto civilizador da fronteira (TURNER, 2010), mas fundamentava-se na expansão urbana e rural e na interconexão entre esses dois mundos.

## 2.2 Os campos cerrados e o projeto da nova capital goiana

A natureza com elemento principal de promoção da metrópole teve papel importante na escolha do local onde se situaria a nova capital. E foi determinante para comissão nomeada por Pedro Ludovico que se reuniu pela primeira vez na cidade do Bonfim (atual Silvânia) no dia 03 de janeiro de 1933. Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás, então capital do estado do estado, em 23 de outubro de 1891. Seguindo os passos do seu pai, João Teixeira Álvares, cursou medicina no Rio de Janeiro, retornando em 1916 a Goiás. Em 1930, fez parte do grupo goiano que participou do movimento revolucionário de 1930 e, com a vitória dos apoiadores de Getúlio Vargas, ele foi nomeado como interventor de Goiás. Permaneceu no governo até 1945, sendo substituído na interventoria cinco dias após a queda de Getúlio Vargas. Foi eleito senador em 1945 para um mandato de oito anos, permanecendo até 1950, quando foi eleito governador por Goiás. Em 1954, se reelegeu como senador e, por meio de outras reeleições, permaneceu no senado até 1969.

O principal legado na trajetória política de Pedro Ludovico foi a sua atuação na mudança da capital, na escolha do local para sediar a cidade de Goiânia. Dentre os requisitos apresentados para a escolha do sítio, a comissão destacou a proximidade com a estrada de ferro, a abundância de água e a topografia “favorável” (pontos destacados

---

<sup>20</sup> *Hinterland*, que é uma palavra muito utilizada por Cronon em sua discussão sobre Chicago, era uma das palavras-chave dos discursos relacionados à expansão da fronteira agrícola e demográfica para o Brasil Central. Esse foi um termo usado tanto nos discursos do presidente Getúlio Vargas como também por outros articulistas do Estado Novo (1937-1945). Ver Lenharo, 1986; Dutra e Silva, 2017.

pelo Memorial de Carlos Haas em 1931). Uma subcomissão, formada por João Argenta, Jerônimo Fleury Curado e Laudelino Gomes de Almeida foi designada para estudar em campo os locais previamente escolhidos e apontar critérios técnicos à comissão para escolha definitiva. Envoltos em “manobras políticas” e “jogos de cena”, foi escolhida a região próxima da localidade de Campinas ao invés de Bonfim (MENDONÇA, 2009).

A região escolhida atendia as preferências de Pedro Ludovico, que preferiu a região de Bonfim, que era mais do gosto do arcebispo Dom Emanuel. Mesmo com tal controvérsia, tendo na figura do governador uma decisão impositiva (mesmo que atestada pelo relatório da subcomissão), os discursos relacionados à escolha na região de Campinas utilizavam como justificativa as potencialidades relativas aos recursos naturais. Ainda que tal relatório tenha sido usado para justificar uma preferência política, não se pode ignorar que o sítio possuía elementos “fundamentais” ao desenvolvimento “natural” da “metrópole”, mesmo que servissem como mera justificativa. De acordo com Mendonça (2009), Campinas já havia sido escolhida mesmo antes da nomeação da comissão. Um primeiro laudo lançava a escolha sobre Bonfim. Sob as pressões de Pedro Ludovico, a subcomissão confirma a região de Campinas, conforme a Ata da comissão da escolha da capital, de 20 de dezembro de 1932 (SABINO JUNIOR, 1960), a qual se achava próximo à região do Mato Grosso de Goiás, que já recebia um fluxo migratório na década de 1930. O relatório exaltava a topografia, decrita como a mais apropriada e bela “para construção de uma cidade urbanisticamente moderna, num vasto perímetro de terras ótimas para cultura, todas cobertas com matas de superior qualidade e que enormemente facilitarão a construção da nova cidade”<sup>21</sup>.

Após os esforços de Pedro Ludovico para garantir sua escolha por Campinas, era necessário dar início aos trabalhos. O nome do engenheiro Armando Augusto de Godoy surge como escolhido para ser o autor do projeto da capital. Em 1932, o engenheiro visita o local de campos cerrados, próximo à localidade de Campinas e às

---

<sup>21</sup> Relatório apresentado em 4 de março de 1933, que, segundo Mendonça (2009), substituiu relatório inicial favorável à cidade do Bonfim, o qual foi ignorado devido ao desejo determinante de Pedro Ludovico Teixeira de situar a nova capital em local isento tanto das influências das oligarquias quanto das influências da Igreja Católica (IBGE 1942, 12).

bordas da grande floresta tropical, escrevendo ao interventor em 1933 as suas impressões sobre a escolha do local (GODOY, 1942). No entanto, ele declina do convite feito por Pedro Ludovico, alegando que naquele momento ele não teria agenda disponível para a realização do projeto para a nova capital (DAHER, 2009; SABINO JUNIOR, 1960). A escolha da subcomissão foi confirmada por Godoy em carta-relatório endereçado ao interventor em 24 de abril de 1933 (ibidem). Além dessas evidências, Mendonça (2009) acrescenta outra fonte, que foi uma entrevista dada por Laudelino Gomes de Almeida, ligado a Ludovico por parentesco e pela política, ao jornal paulista “Diario Popular” em 1932, na qual afirma ser “Campininhas” o local mais adequado para a transferência da capital e que Godoy seria o autor do projeto da nova capital.

Com a recusa de Godoy, a realização da tarefa de planejar a construção de Goiânia ficou a cargo do arquiteto Attilio Corrêa Lima (1901-1943), formado pela Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro entre os anos de 1920 a 1925. Dentre os pontos favoráveis para a escolha do arquiteto para desenho urbano da nova capital de Goiás, destacava-se o fato dele ser o único urbanista em atividade no Brasil naquele momento. Corrêa Lima havia estudado entre 1927 a 1930 no *Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris*. Em 1932 ele recebeu o convite para a realização do projeto urbano de Goiânia, momento em que não havia uma decisão definitiva sobre o local que iria abrigar a nova capital. Não fica explícito nos documentos, mas tudo indica que Corrêa Lima não teve influência sobre a escolha da região de Campinas, mas prevaleceu a preferência do governador sobre a área de campo cerrado.

Essas referências ambientais são importantes, não apenas por questões relacionadas às distinções das paisagens (LEON et al., 2017), mas também por questões econômicas ligadas às condições urbanas e os recursos naturais. Se por um lado a região do Mato Grosso de Goiás apresentava sua vocação eminentemente agrícola, a região dos cerrados oferecia condições mais adequadas para a ocupação urbana, tais como o relevo plano e solos profundos. Além disso, a utilização de áreas de campo, com menor densidade arbórea e o menor porte das árvores de cerrado, tornaria menos oneroso do que o desmatamento das áreas florestais (Figura 10). Neste sentido a escolha de uma área de campo (campinas) representava vantagens estratégicas, tanto pelo custo menor, mas também por estar próximo às áreas de floresta tropical que já estavam sendo

ocupadas pela expansão agrícola.

Figura 10: Attilio Corrêa Lima (centro) demarcando o ponto central de Goiânia em áreas de campo cerrado.



Fotografia: Autor desconhecido. Goiânia – GO, 1932. Fonte: Cortesia do Museu da Imagem e do Som, Acervo MIS/GO.

O registro fotográfico<sup>22</sup> da década de 1930 evidencia as paisagens campestres da área que iria receber a nova capital, com solo dominado por gramíneas e pequenos arbustos característicos de áreas de campo cerrado, bem como o trabalho do arquiteto Corrêa Lima no reconhecimento do território. Os trabalhos de topografia se iniciaram logo após a definição da área de Campinas, conforme relatório elaborado pela subcomissão chefiada pelo engenheiro João Argenta (SABINO JUNIOR, 1960). O projeto urbanístico de Corrêa Lima considerava a topografia plana das áreas campestres do cerrado, além de outras questões ligadas aos recursos hídricos e florestais da região, que acabaram por influenciar no seu projeto. Áreas verdes de proteção dos mananciais apareciam em seu projeto original. No ano de 1935, ele estabelece as diretrizes para o

---

<sup>22</sup> A data de 1937 foi informada pelo MIS/GO. No entanto, o artigo escrito por Diniz apresenta documento do acervo particular da família Corrêa Lima, onde se faz registro manuscrito do ano de 1932. Ver Diniz, 2017.

primeiro Plano Diretor de Goiânia, justificando suas decisões de projeto e suas indicações para o desenvolvimento da cidade (ibidem).

Também em 1937, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009), em sua viagem pela região de Goiás, descreve com certo pessimismo o projeto urbano da nova capital. Em seu registro, Levi-Strauss questionava o isolamento da região escolhida, que não contava com os trilhos da ferrovia (que havia chegado em Anápolis, o principal centro agrícola em 1935) e nem uma rodovia digna, mas apenas uma estrada rudimentar para carroças. No que se refere às paisagens campestres, ele afirmava ser um espaço privilegiado para a criatividade dos urbanistas, afirmando que, como “não havia por lá nenhum acidente natural para importunar os arquitetos, estes puderam trabalhar no local como se estivessem trabalhando na planta. Desenharam na terra o traçado da cidade...” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 117). Ele continua sua descrição informando que os jornais da época divulgavam anúncios publicitários prometendo ao comprador de lotes serviços e comodidades, como se a cidade já houvesse sido efetivamente construída e em plena atividade. O que o autor presenciou, no entanto, foram imagens de um sítio quase desocupado, com poucas edificações. Diferentemente do que se propagava na imprensa, o vazio contrapunha com os postes de eletricidade fincados no chão, enquanto na “terra esfolada e queimada pelo sopro do monstro, esperava-se para ver os homens crescerem”(ibidem, p. 118).

O engenheiro Armando de Godoy, em sua carta-relatório endereçada ao interventor Pedro Ludovico Teixeira em 24 de abril de 1933, concordava com o relatório da subcomissão em relação à escolha do sítio para a construção de Goiânia. No entanto, o texto não tem a carga pessimista que antropólogo francês descreveu da construção anos mais tarde, mas aponta alguns indícios sobre o papel das estradas e vias de comunicação para o desenvolvimento urbano. O seu texto exalta a iniciativa de construir uma nova capital, reforçando que essa iniciativa seria fundamental para que desenvolvimento futuro de Goiás, “cujas riquezas extraordinárias ainda não puderam ser exploradas por vários motivos, entre os quais figura o de não ter ainda aí surgido uma cidade moderna (GODOY, 1942).

Nessa carta-relatório, o engenheiro apresentava as suas justificativas sobre o papel das cidades no desenvolvimento das potencialidades econômicas a serem obtidas.

O texto ainda criticava as “cidades do passado”, as quais, segundo o Godoy, eram erguidas para satisfazer a ostentação das oligarquias agrárias. Em sua oposição, a modernização era necessária e as bases agrárias deveriam dialogar com o novo projeto urbano que emergia nas sociedades ocidentais “graças à evolução social e à circunstância de ter a humanidade entrado francamente na fase industrial”(GODOY, 1942).

Godoy procurou referenciar os seus argumentos tomando como exemplo o modelo urbano das cidades norte-americanas. Nesse sentido, o engenheiro utilizou Chicago como exemplo de sucesso na relação entre a produção agropecuária, a capacidade de abastecimento e comercialização, que seriam características eficazes para o projeto da nova capital de Goiás. Godoy chama atenção para o exemplo “eloquente” de Chicago, que “graças às inúmeras vias de comunicação que dela partem, teve a sua população, [...] há perto de oitenta anos, elevada acima de três milhões em menos de um século” (ibidem).

As críticas de Lévi-Strauss em 1937, nesse sentido são pertinentes, pois já haviam-se passado quatro anos desde a carta de Godoy e a cidade continuava ainda em uma fase muito inicial e precária. O que também não pode ser descartado nesta carta é a preocupação de Godoy com os meios de transporte e interconexões do centro urbano. Além de citar o caso de sucesso de Chicago ele também faz referências a Belo Horizonte. Segundo o engenheiro, era fundamental que o governo goiano se espelhasse no modelo da nova capital mineira, cujos processos de desenvolvimento econômico e urbano somente ocorreram a partir do momento em que um conjunto de estradas foram construídas, ligando a capital às regiões mais produtivas do sudeste brasileiro. Essa ligação viária foi importante em vários sentidos, mas principalmente na valorização imobiliária de Belo Horizonte. Em suas palavras, a “valorização dos lotes foi rápida, sem paralelo em outras cidades mineiras, tendo produzido várias fortunas a venda dos terrenos” (ibidem).

No caso das reais possibilidades de valorização imobiliária para Goiânia, Godoy advertia que deveria ser fundamental o controle do governo na comercialização dos lotes urbanos. Esta medida, segundo seu argumento, visava o controle sobre a exploração de particulares e reverteria os recursos à construção de edifícios públicos tão



necessários à administração de governo. Em sua opinião, o interventor deveria não apenas comercializar, mas, também, promover as construções de forma ordenada e harmônica.

Ao citar Chicago, Godoy nos leva de volta à análise de William Cronon sobre o papel dos *boosters*, que ao invés de transmitir pessimismo devem transmitir sua mensagem com muita convicção, deixando a impressão aos investidores do sucesso do empreendimento. Cronon atesta que os *boosters*, quase sempre, apresentam uma lista de supostas “vantagens naturais” que transmitem a impressão de que a futura cidade teria todas as possibilidades naturais a seu favor. Em suas palavras, os *boosters* “acreditavam que o clima, solo, vegetação, rotas de transporte e outras configurações da paisagem, todos apontavam para regiões-chave que a natureza designara para a grandeza urbana”(CRONON, 1991, p. 35)<sup>23</sup>.

### 2.3 Os Planos Urbanísticos da nova capital

Conforme apresentado anteriormente, a região plana e de campos cerrados foi escolhida para a nova capital, ficando os trabalhos a cargo do arquiteto, Atílio Corrêa Lima. Por meio do decreto nº 3.547 de 06 de julho de 1933, Pedro Ludovico oficializa a contratação do arquiteto, o qual era representante da empresa P. Antunes Ribeiro e Cia (SABINO JUNIOR, 1960). As primeiras impressões de Goiás para o arquiteto com formação na Europa não foram das mais positivas. Em um artigo publicado em 1937, intitulado “Goiânia: A Nova Capital de Goiás”, Corrêa Lima apresentava o seu desafio em construir uma cidade moderna em uma região descrita por ele como a representação do Brasil agrário, distante, isolado e atrasado (CORRÊA LIMA, 1937c). Nesse artigo ele relata, com pouca alteridade, a presença de comunidades indígenas, cujas práticas rudimentares de vida eram próprias da “idade da pedra polida”.

O grande desafio para o arquiteto, nesse contexto, era a constituição de uma cidade, cujo teor de modernidade permitisse a modernização de toda essa região. Os argumentos de Corrêa Lima sobre o papel social das cidades evidenciam a reprodução do modelo civilizador. Diferente no sentido da fronteira em Turner (2010), em que a *wilderness* coloniza o pioneiro, o modelo trazido por Corrêa Lima é o da importação

---

<sup>23</sup> Livre tradução.

estética da modernidade, muito evidente no estilo *Art Déco* dos seus edifícios projetados para Goiânia. E, também, reforça essa vontade de reprodução, tendo o modelo urbano como “padrão, onde outros satélites se espelham” (CORRÊA LIMA, 1937c, p. 63) por isso mesmo é que os antigos designavam esses lugares como metrópoles.

O urbanista havia se mudado com a família para Goiás em 1933, produzindo o primeiro esboço do projeto urbanístico de Goiânia. Além do projeto urbano, o arquiteto havia sido indicado para a coordenação dos trabalhos na construção da nova capital. No entanto, ele não permaneceu em Goiânia até a entrega definitiva das obras. Em abril de 1935, rompe-se o seu contrato com o estado antes do término da conclusão dos edifícios e com boa parte das obras atrasadas devido a greves e dificuldade na obtenção de materiais (BERNARDES, 2009; CAMPOS, 1980; SABINO JUNIOR, 1960, ÁLVARES, 1942).

Outro fator que favoreceu a saída de Corrêa Lima do projeto urbano de Goiânia foi a presença dos irmãos Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno. A dupla, que havia sido contratada para vistoriar as obras, obteve mais privilégios contratuais que Corrêa Lima, recebendo, entre outros benefícios, lotes como pagamento por seus serviços (DINIZ, 2007). Geraldo Teixeira Álvares, irmão de Pedro Ludovico Teixeira, afirma que o então governador insistiu para que os engenheiros assumissem a construção da capital. Segundo o autor, o idealizador da cidade temia por não ver a realização de seus esforços devido às constantes greves e à falta de materiais de construção. Por força da insistência, o contrato entre o governo goiano e Attilio Corrêa Lima foi quebrado, ficando a construção de Goiânia e a procuração sobre a venda dos lotes a encargo da empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda, administrada pelos irmãos Coimbra Bueno (ALVARES, 1942).

Em substituição a Corrêa Lima, retornou-se ao nome de Armando Augusto de Godoy, cotado inicialmente, conforme apresentado. Ele formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro em 1903. O engenheiro teve uma importante atuação como urbanista, tendo trabalhado com o francês Alfred Agache na elaboração do plano diretor do Rio de Janeiro na administração do prefeito Prado Junior, entre 1927 e 1930. Teve artigos publicados em importantes revistas de engenharia e urbanismo entre os anos de 1930 a 1940, e sua

carreira foi marcada pelo intercâmbio entre urbanistas brasileiros e estrangeiros. Em Goiânia, assumiu o cargo de urbanista, e sua principal atuação era a de prestar consultoria para o escritório Coimbra Bueno & Cia. Ltda.

Godoy manteve, até certo ponto, o traçado original do projeto elaborado por Corrêa Lima. Porém, interessado recentes visões de planejamento urbano e influenciado por visita aos Estados Unidos, lançou um novo desenho para os setores sul e norte da cidade, baseado nas suas novas concepções do espaço urbano (MANSO,2001). O plano de Goiânia projetado pelo arquiteto Corrêa Lima (1933-1935), muito influenciado pelo urbanismo francês, procurou preservar as paisagens naturais, como a região de buritizais (Figura 11), onde posteriormente foi criado o parque urbano denominado de “Bosques dos Buritis”. Também desenhou praças e vias ajardinadas no modelo francês.

O engenheiro Godoy, no segundo plano urbanístico de Goiânia (1938), manteve esses traços e paisagens naturais na parte central da cidade, adotando, especialmente no projeto do Setor Sul, a referência do modelo anglo-saxão de cidades-jardim. Este modelo, em Godoy, representava o símbolo do desenvolvimento econômico e urbano norte-americano. Desta forma, o desejo de trazer para o *hinterland* brasileiro uma metrópole aos moldes da Nova Inglaterra não pode ser desprezado quando consideramos o plano urbano e a evolução deste ao longo das décadas de 1930 e 1940.

O principal legado de Godoy foi o traçado do Setor Sul, substituindo as quadras em forma de xadrez por linhas sinuosas e generosas áreas verdes (Figura 12), inspirando-se nas cidades-jardim propostas pelo inglês Ebenezer Howard (1850-1928) (HOWARD, 1996; VERNET; COSTE, 2017). Elas tinham como conceito principal o resgate da qualidade de vida urbana depreciada pelo crescimento da indústria (principalmente na Europa) e na utilização comunitária do solo urbano. No caso do segundo urbanista de Goiânia, este modelo de urbanismo serviu somente como exemplo estético, uma vez que defendia (assim como Corrêa Lima) que a “cidade moderna” seria o local propício para a indústria (contrariando os ideais de Howard que creditava a decadências das cidades à industrialização), como havia afirmado na sua carta-relatório de 1933. Também apresentava uma contradição de estilos ao propor o modelo inglês, que tirava partido da topografia mais acidentada, ao lado do modelo francês de Corrêa

Lima, mais adaptado às superfícies mais planas (DAHER, 2009).

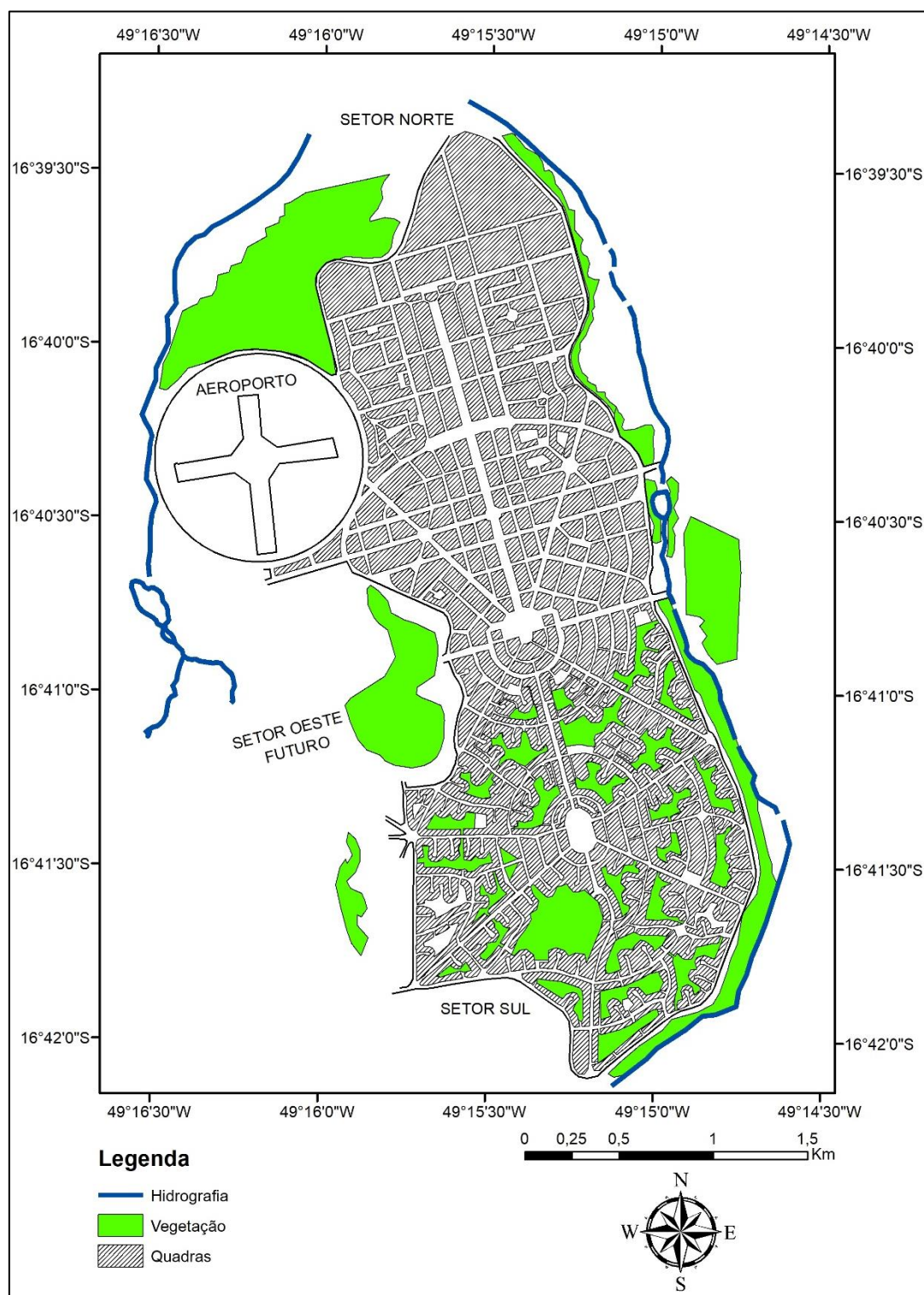
Figura 11: Vista dos buritizais que irão compor o parque urbano dos Bosque dos Buritis, 1937. Ao fundo o Palácio das Esmerdas



Fonte: Fotografia de Alois Feichtenberger, 1937. Goiânia – GO. Acervo MIS/GO

Segundo registrado por Alvares (1942), até a primeira metade da década de 1930, a região de Campinas ainda não havia experimentado a intensificação das obras e que em 1934 a nova capital não passava de “uma vasta campina, inteiramente virgem de quaisquer recursos materiais ou pessoais”. A partir da segunda metade da década de 1930, o sonho dos *boosters* goianos começa a tomar forma efetivamente. As obras transformavam a rotina do sítio pioneiro. A entrada de Godoy e sua participação junto aos irmãos Coimbra Bueno traziam um novo ânimo para o projeto urbano, mas ao mesmo tempo os desafios eram conseguir recursos necessários para dar continuidade ao projeto. A chegada de operários também era reponsável para mudança nas paisagens do cerrado. Alojamentos provisórios foram construídos para os trabalhadores, de forma ainda muito rudimentar, construídos em madeira e palha (ALVARES, 1942; IBGE, 1942).

Figura 12: Planta de Goiânia elaborada pela empresa Coimbra Bueno & cia. Ltda, 1938  
sob a consultoria de Armando Augusto de Godoy.



Fonte: IBGE, 1942 (adaptado pelo autor)

Havia em desfavor dos engenheiros as dificuldades de transporte. As rodovias,



descritas por Godoy e Corrêa Lima como fundamentais ao desenvolvimento da região, careciam de muitas melhorias. Na realidade, as estradas eram muito rudimentares, fator histórico do isolamento comercial de Goiás pelas características geográficas do Planalto Central brasileiro (McCREERY, 2006). A ferrovia já estava em funcionamento desde a primeira década do século XX, porém se limitava à parte sudeste do estado. Também, os veículos utilizados para o transporte de mercadoria que chegava na estação ferroviária de Leopoldo de Bulhões não passavam de velhos caminhões em péssimas condições (ALVARES, 1942).

O combustível também era despendioso, o que exigiu o uso rudimentar de carros-de-boi nas obras da nova capital. Os bois eram utilizados não apenas no transporte de cargas mas também em outros serviços como a pavimentação de ruas da nova capital. Um registro fotográfico de 1936 (Figura 13), feito pelo fotógrafo Alois Feichtenberger, responsável por importantes registros da construção da nova capital, mostra um grupo de caminhões parados ao fundo e uma junta de bois (ao invés de uso de tratores) que trabalhavam no cascalhamento das ruas adjacentes à praça cívica.

Figura 13: Carros de Boi na Praça Cívica.



Fotografia: Alois Feichtenberger. Goiânia – GO, 1936. Fonte: Cortesia do Museu da Imagem e do Som, Acervo MIS/GO.

O preço dos combustíveis pode ter sido a razão para o uso rudimentar da junta de bois, mas a imagem é impactante no sentido de expor o projeto de modernização

sendo contrastado por práticas tão tradicionais de manejo. Essa fotografia registra, ainda, a construção dos prédios públicos na Praça Cívica, tendo ao fundo um dos principais símbolos do *Art Déco* goiano, que é o Palácio das Esmeraldas, com seus vitrais coloridos, ainda em fase de construção. Ou seja, a modernidade urbana, que era tão propagada pelos divulgadores do projeto urbano em Goiás, trazia representações tão rudimentares em sua concretização. Nesse sentido é que essa imagem encontra nos registros de Lévi-Strauss uma grande representação.

As questões relacionadas às dificuldades de comunicação se assemelham aos estudos de Cronon (1991) sobre o início do processo de ocupação de Chicago. Ou seja, mesmo com toda a divulgação dos *boosters* da grande cidade que era o portão de entrada para o Grande Oeste norte-americano, na prática, o que os pioneiros experimentaram, sobretudo no que diz respeito à lida diária com o sistema de transporte, foi complexo e precisou de muitas melhorias para o desenvolvimento da cidade. Desde as ruas, empoeiradas no tempo da estiagem e inundadas pelas águas das planícies, barrentas e muitas vezes intransitáveis, até o sistema fluvial e ferroviário que estavam em desenvolvimento. Por exemplo, os canais fluviais eram frequentemente obstruídos por bancos de areias e era preciso fazer dragagens periódicas para liberar as vias aquáticas. O rigoroso inverno impedia o livre transporte, principalmente por causa das vias terrestres que ficavam intransitáveis devido à lama. Por isso é que Cronon (1991) afirmava que, conjuntamente às vantagens e oportunidades de crescimento, a natureza lançou obstáculos, os quais, aqueles que sonhavam com o sucesso empreendedor da cidade tiveram de superar.

Essas dificuldades naturais, ao mesmo tempo, representavam a possibilidade de domínio sobre a primeira natureza, gerando, além de mudanças na paisagem urbana de Chicago. A construção de um porto em determinado local mais adequado, um canal em outro, novas rotas rodoviárias e ferroviárias, os desafios em relação ao desejo urbano passaram a ter um componente ainda mais humano. Segundo Cronon, essa dinâmica impunha o domínio humano sobre o mundo natural, criando a “segunda natureza”, que, em suas palavras, havia sido “projetada por pessoas e ‘melhorada’ para atender objetivos humanos, gradualmente emergiu da paisagem natural original, que a natureza

– ‘primeira natureza’ – havia criado como barreiras inconvenientes”(CRONON, 1991, p. 56)<sup>24</sup>.

No caso de Goiânia, além de recursos naturais que, geograficamente, dificultavam a comunicação da nova capital, os construtores tiveram que enfrentar a escassez de recursos materiais e, sobretudo, financeiros. A princípio, o próprio presidente Getúlio Vargas interveio para que o estado de Goiás tomasse empréstimo junto ao Banco do Brasil. Posteriormente, Pedro Ludovico encarregou os irmãos Coimbra Bueno de buscar recursos financeiros para suprir as necessidades que, nos primeiros anos de construção, eram urgentes. A pressão sobre os engenheiros construtores da nova capital aumentava à medida que o interventor necessitava consolidar a mundança administrativa. Com isso, a partir de dezembro de 1935, as secretarias começam a ser transferidas, trazendo consigo o funcionalismo público, aumentando o número de habitantes<sup>25</sup>.

Os registros memorialistas evidenciam que parte dos resultados que tornaram possível a conclusão das obras deveu-se, em grande parte, ao esforço e ao espírito visionário dos irmãos engenheiros Coimbra Bueno e da vontade política de Pedro Ludovico (ALVARES, 1942; COIMBRA BUENO, 1990; TEIXEIRA, 2013). Esses esforços ditaram o ritmo das obras na construção da cidade. A empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda teve um papel importante nesse processo de consolidação do projeto urbano de Goiânia.

Em 1939, foi publicado o Decreto 90-A, no qual foram estabelecidas as diretrizes do município de Goiânia como área urbana e suburbana, particulares e públicas e também a delimitação das áreas verdes do plano urbanístico de Goiânia<sup>26</sup>. Os irmãos Coimbra Bueno, ainda no final dos anos de 1940, seguindo as normatizações do Decreto 90-A, planejaram o crescimento da cidade, definindo planos de setorização para as áreas

---

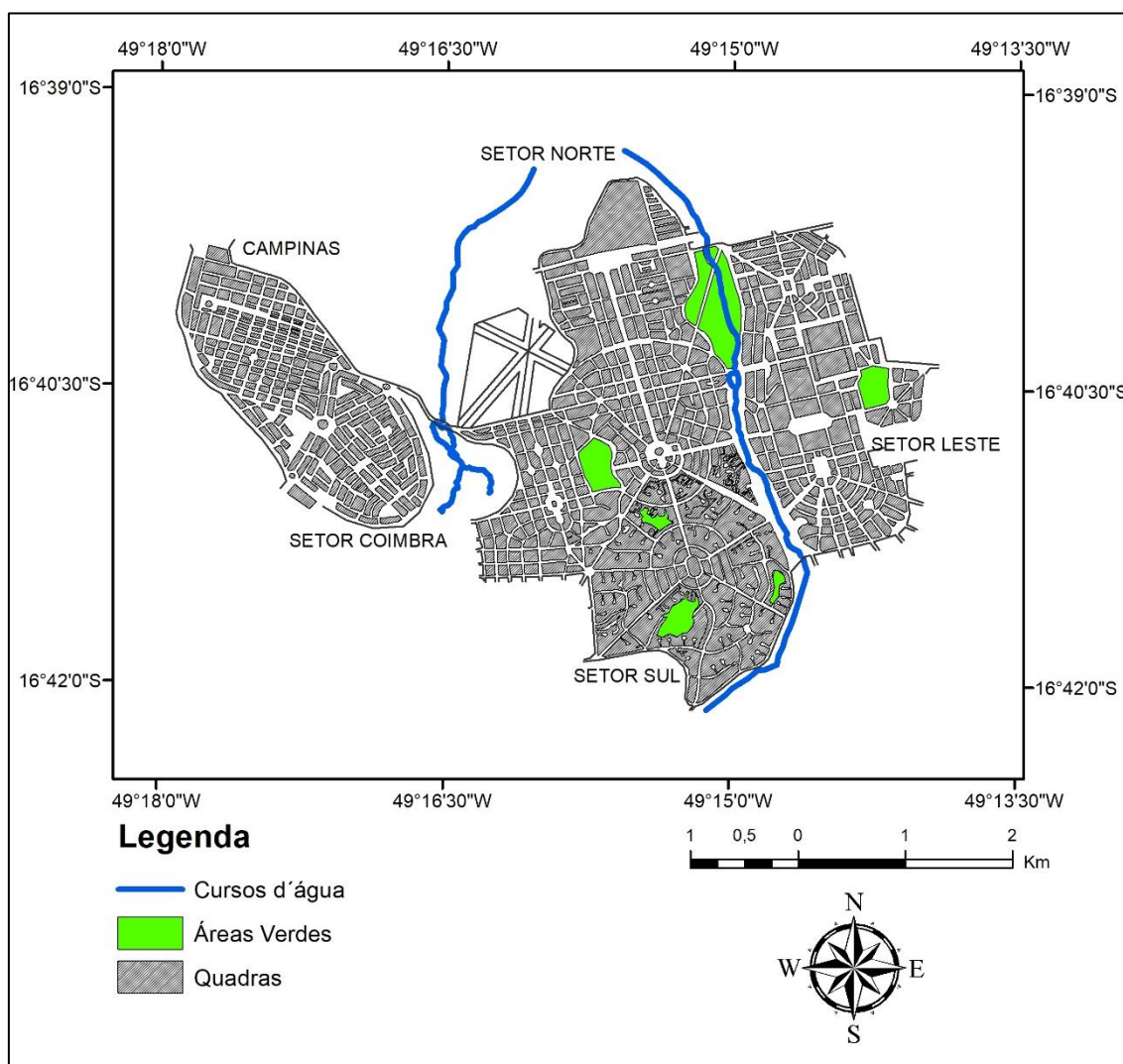
<sup>24</sup> Livre tradução

<sup>25</sup> Álvares (1942) sobre os dados do Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1940, a população de Goiânia já chegava à 48.166 habitantes. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920,1940, 1950, 1960, 1970, 1980,1991, 2000 e 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>, acessado em 28/07/2018 às 18:25 horas.

<sup>26</sup> Decreto 90-A de 30 de Julho de 1938



Figura 14: Planta de Goiânia produzida pela empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda - 1947.



Fonte: Biblioteca da SEPLAN - Goiânia – GO (adaptado pelo autor).

de lazer, estudos, parques e demais áreas de crescimento (Figura 14). Quando comparados os planos urbanísticos elaborados pela Coimbra Bueno & Cia. Ltda em 1938 e 1947 (Figuras 12 e 14), percebe-se que, enquanto o primeiro tinha uma preocupação extrema em manter a qualidade do solo urbano com a grande presença de áreas verdes entre os lotes, no segundo a preocupação maior estava em demarcar territorialmente a cidade por meio de lotes com reais valores imobiliários e rentáveis do ponto de vista econômico. Isso pode ser percebido na interligação do polo-pioneiro Campinas (que havia se tornado um bairro de Goiânia) com a malha urbana central da nova metrópole. Os bosques e os parques, tão importantes na visão dos dois urbanistas originais, com o

passar do tempo e com a expansão urbana de Goiânia, acabaram sendo comprimidos pelos loteamentos e pela especulação imobiliária (BRUAND, 1997). Desta forma, os dois conceitos originais, que valorizavam a cidade “ajardinada”, foram substituídos por uma visão de base econômica e rentável, ignorando, em partes, a presença da natureza e das paisagens do Cerrado na expansão urbana de Goiânia.

Desde o final da década de 1930, existiam registros de propaganda imobiliária e da venda de lotes na nova capital de Goiás como um empreendimento rentável. Embora Lévi-Strauss (1996) tenha relatado uma realidade de “campo de guerra” ao visitar Goiânia em 1937, outro cenário bem diferente estava sendo propagado em alguns jornais da capital federal. Em publicação do dia 02 de fevereiro de 1936, o periódico sediado no Rio de Janeiro “O Jornal” declarava que “temos a impressão de que o povo de alguns estados, onde as populações vão se tornando densas, procura agora [Goiás], vendo nesta unidade da Federação, dados os seus elementos de solo e clima, um futuro de perspectivas extraordinárias”<sup>27</sup>. O artigo intitulado “A navegação aérea no Brasil e a criação do Ministerio do Ar” também relatava que o interventor de Goiás estava criando as melhores oportunidades para que, tanto brasileiros quanto estrangeiros, pudessem se estabelecer e “enriquecer” na localidade. A matéria continua com uma entrevista ao engenheiro Jeronymo Coimbra Bueno, a quem era creditado também o título de aviador, na qual ele atestava que Goiânia seria, por sua localização central no país, o ponto de interligação aérea entre a cidade de São Paulo e demais cidades das regiões norte e centro-oeste. O engenheiro afirmava ainda que tal posição geográfica facilitaria a logística da distribuição aeropostal e que tanto o aeroporto da nova capital quanto os campos de pouso estavam sendo construídos. Esses novos campos de pouso teriam capacidade de abrigar aeronaves militares e civis, permitindo os transportes de cargas e de turistas, estendendo-se às regiões do rio Araguaia, cuja natureza era descrita como exuberante e “primitiva”<sup>28</sup>.

Em entrevista publicada no “Jornal do Brasil” em 07 de janeiro de 1937<sup>29</sup>,

---

<sup>27</sup> “A navegação aérea no Brasil e a criação do Ministerio do Ar”. O Jornal – 02 de fevereiro de 1936, 8. Rio de Janeiro.

<sup>28</sup> “A navegação aérea no Brasil e a criação do Ministerio do Ar”, *ibidem*.

<sup>29</sup> “Passa sobre Goiaz um ‘sopro de progresso’”. Jornal do Brasil – 07 de janeiro de 1937, 10. Rio de

Abelardo Coimbra Bueno reportava sobre o andamento acelerado das obras em Goiânia e que a cidade era considerada por todos aqueles que a visitavam um “oásis no *hinterland* brasileiro”. O outro irmão Coimbra Bueno fazia referências a elementos construtivos alusivos à modernidade, como a instalação dos primeiros elevador e monta-cargas do estado, do revestimento do Palácio do governo (Palácio das Esmeraldas) em pó de pedra verde em simbolismo às riquezas vegetais e minerais e à rapidez da execução dos edifícios que, segundo ele, chegariam a 150 unidades até o final daquele ano (1937). O engenheiro afirmava que a empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda estava recrutando operários no Rio de Janeiro e em São Paulo, pois estes teriam mais capacidade técnica do que os trabalhadores da região. Ainda, referia-se a Armando de Godoy como o orientador do novo plano urbanístico, incluindo o engenheiro Werner Lounenberg na colaboração do traçado do setor sul e de Salvador Batalha, “arquiteto de conhecido renome em nossos meios técnicos, e que projetou todos os prédios que estamos atualmente construindo...”<sup>30</sup>.

Outra matéria publicada no Jornal do Brasil em 29 de janeiro de 1937<sup>31</sup>, intitulada “Do norte ao sul do país: a construção da nova capital goiana”, trazia uma narrativa de exaltação à construção da nova capital em Goiás, reportando que esta havia sido concebida por profissionais dos mais renomados no país. Citava os nomes de Corrêa Lima, Godoy e Jeronymo Coimbra Bueno. Este entusiasmo apareceu também para louvar a escolha do local, mais centralizado em relação ao país e o seu traçado urbano que, segundo a reportagem, se comparava às metrópoles da América do Norte, como referência de modernidade e desenvolvimento.

As publicações citadas abusavam do uso dos conceitos de modernidade, cujo plano urbanístico e os desenhos arquitetônicos de Goiânia eram exaltados. As publicações também confirmavam os registros deixados por Lévi-Strauss em sua passagem por Goiânia, de que havia muita propaganda favorável ao empreendimento e que na verdade, a cidade ainda era muito mais um canteiro de obras e que os discursos

---

Janeiro.

<sup>30</sup> Ibidem.

<sup>31</sup> “Do norte ao sul do país: a construção da nova capital goiana”. Jornal do Brasil – 29 de janeiro de 1937. Rio de Janeiro.

nem sempre representavam a realidade. Essa constatação evidencia o papel dos *boosters* na divulgação da nova capital e a forma como esses discursos repercutiam na antiga capital federal (Rio de Janeiro). Considerando que essas divulgações eram feitas por vias escritas ou por radiofrequência, a única maneira de se conferir o fato seria por visita ao local. Neste caso, a distância dava aos *boosters* vantagem oportuna. E os registros de Lévi-Strauss, por sua vez, atestam uma visão pessimista e depreciativa dos discursos da modernização da marcha civilizatória.

No dia 07 de agosto de 1940, o presidente Getúlio Vargas, em visita à nova capital, pronunciou um discurso durante o banquete oferecido pelo interventor Pedro Ludovico, exaltando os recursos naturais do Brasil Central e o papel de Goiânia nos projetos federais de deslocamento para o Oeste. Em seu discurso, afirmava que o planalto central do Brasil era o grande miradouro do país, como que representando a região com um lugar alto onde se avista os horizontes da nação e de onde os rios corriam para todas as direções do país, “para levar, ao Norte como ao Sul, a força das suas águas e a fertilidade do seu *húmus*”<sup>32</sup>. O presidente relacionava a nova capital e os projetos de modernização em Goiás às políticas nacionais da Marcha para Oeste, exaltando os recursos naturais da região e o papel destes para o desenvolvimento econômico nacional:

“A potencialidade do vosso solo e suas riquezas têm foros lendários: vastas pastagens onde os rebanhos podem multiplicar-se; matérias primas minerais abundantes e das mais necessárias ao progresso; possibilidades incontáveis de cultura e de prósperos empreendimentos”<sup>33</sup>.

O discurso de Getúlio, na verdade, buscava reforçar a diligência do governo federal no grande projeto de ocupação do *hinterland* brasileiro, no qual Goiânia assumia, naquele momento, o principal símbolo. Assim, sua fala ecoava o discurso clássico da Marcha, que havia sido pronunciado no Palácio da Guanabara no Rio de Janeiro em 31 de

---

<sup>32</sup> Getúlio Vargas. Atualidade e futuro de Goiás. Discurso pronunciado no Palácio do Governo, em Goiânia, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor do estado, a 7 de agosto de 1940. Presidência da República, Casa Civil, Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação-Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca, p. 23.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

dezembro de 1937<sup>34</sup>, em que o presidente conclamava a nação para o grande movimento em direção ao Oeste:

“No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América [...] E lá teremos de ir buscar: — dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial”<sup>35</sup>.

Em 5 de julho de 1942, a capital foi oficialmente inaugurada, por meio das solenidades oficiais em Goiânia, nas quais o interventor Pedro Ludovico entregou, simbolicamente, as chaves da cidade ao então prefeito Venerando de Freitas (IBGE, 1942). Na ocasião, foi realizado o 8º Congresso Brasileiro de Educação e a Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O papel discursivo dos *boosters* em Goiás evidencia um fenômeno histórico importante no contexto no Novo Mundo, relacionado à marcha da civilização da fronteira, que no século XX incluía o *hinterland* goiano nesse rico debate sobre sociedade e natureza.

Segundo Donald Worster (2017), a expansão imperialista para o Oeste tem sido exaustivamente celebrada na América Norte, considerando a história como também os mitos da fronteira. No que se refere aos mitos, o autor nos chama atenção que estes têm a intenção de celebrar a marcha da civilização como que trazendo racionalidade e progresso ao mundo natural. Tendo com pano de fundo a expansão da fronteira agrícola em Goiás, Worster afirma que o

---

<sup>34</sup> Getúlio Vargas. No limiar do ano de 1938. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937. Presidência da República, Casa Civil, Secretaria de Administração Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação-Geral de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 124

“interior do Brasil pode parecer muito longe dos centros globais de poder e influência, mas como Montana e Califórnia, Alberta e Colúmbia Britânica, esse sertão tornou-se um ultrajante ataque às antigas harmonias que relacionavam pessoas e natureza. Acima de tudo, a ideologia do progresso, que impulsiona com tanta força o capitalismo moderno, a industrialização, a política e a cultura, arremessou lugares até então remotos para o futuro. A ideia de progresso sugere um movimento em direção a uma condição ou a um estado mais elevado. O progresso era um ideal medido em termos materiais – a produção de alimentos, a construção de casas, a prospecção de minérios, o acúmulo de dinheiro gerado a partir da terra – mas também se tornou um imperativo moral.” (WORSTER, 1991, p. 18)

Nesse sentido, além das questões materiais, urbanas e rurais apresentadas por Donald Worster na sua observação do sertão goiano, podemos incluir o papel dos *boosters* na celebração da marcha civilizatória sobre a *wilderness* em Goiás. E Goiânia, nesse contexto, assume a principal representação da cidade do Oeste, cuja missão era a conquista territorial do hinterland brasileiro.

### **CAPÍTULO 3. IMPULSIONANDO A NATUREZA: AS ÁREAS VERDES DE GOIÂNIA E O DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO (1992-2016)**

Pedro Ludovico era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1916. Sua formação em medicina deu-lhe uma visão sistemática sobre a política ao entender que todos os problemas setoriais deveriam ser examinados, verificados e submetidos aos devidos “tratamentos”. Esse modo de governar trazia uma nova visão de poder, gerando uma rígida sistematização das ações políticas. Neste contexto, uma nova capital, uma metrópole criada em região predominantemente rural, pensada e ordenada, transformaria o atraso em desenvolvimento e inauguraria um novo modo de se fazer política. Também, poderia garantir a perpetuação de um novo grupo político, do qual o interventor seria seu principal expoente, superando a “atrasada” oligarquia agropastoril (CAMPOS, 2002).

Em um primeiro momento, as relações da cidade com a natureza estavam diretamente ligadas aos potenciais e às limitações que as regiões eram capazes de fornecer. No caso da cidade de Goiás, a ausência de água encanada nos edifícios, a dificuldade de instalar redes de esgoto por conta do terreno rochoso, o terreno acidentado e cercado por morros impediam seu desenvolvimento (ibidem). Já, no caso da região escolhida para construção da nova cidade, a proximidade da estrada de ferro, a topografia regular e de baixa declividade e os fartos rios e matas existentes (ALVARES, 1942; SABINO JUNIOR, 1960) facilitaram o desenvolvimento de uma metrópole ordenada, pronta para atender a demanda de uma capital “moderna”.

O urbanismo, nesse período, era um ramo da arquitetura recém-criado, fruto da sociedade industrial, que havia produzido grandes centros urbanos na Europa. Este crescimento das cidades europeias, que se espalhou também pela América, gerou diversos problemas tanto para os indivíduos quanto para as sociedades. O grande número de moradias inapropriadas e aglomerações insalubres tornaram-se questões importantes para pensadores, como Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858), Thomas Carlye (1795-1881) e Ebenezer Howard (1850-1928), os quais propuseram medidas para solucionar os problemas criados pelo crescimento urbano e desenvolveram modelos de cidades. Dentre os diversos modelos, propôs-se destacar o chamado “progressista”, que se baseava na ordenação rígida das funções urbanas, como

moradia, trabalho, lazer e cultura. Este modelo também defendia que a cidade deveria ser alternada por espaços vazios e áreas verdes, próprias para a “jardinagem e a educação sistemática do corpo” (CHOAY, 2015, p. 8). Daí, surge a ideia da cidade higiênica, onde haveria a diminuição da mortalidade e os recursos como águas e espaços ajardinados deveriam ser distribuídos para todos os cidadãos.

Influenciado pela escola francesa do emergente urbanismo do século XX (representante do modelo progressista), Attilio Corrêa Lima aplicou seus conhecimentos para criar uma cidade aos moldes europeus. Um dos seus primeiros atos foi a preocupação com o ponto onde se localizaria o centro cívico e a malha urbana original, escolhendo, para isso, uma região de relevo de leve inclinação, na proximidade de cursos d’água, idealizando tanto o abastecimento dos cidadãos, quanto a coleta de esgotos. As áreas verdes, também, desempenharam papel importante nessa obra, pois elas melhorariam, segundo o próprio, a qualidade de vida dos habitantes de Goiânia (CORRÊA LIMA, 1937a).

Na nova capital de Goiás, o discurso da natureza como elemento impulsionador (CRONON, 1991) do desenvolvimento urbano se torna um instrumento da divulgação deste empreendimento. Se, antes de sua criação, os recursos naturais são utilizados como uma garantia de que a nova metrópole seria abastecida com suprimentos para sua construção e manutenção (ALVARES, 1942; SABINO JUNIOR, 1960), atualmente, percebe-se a utilização da arborização urbana como indicativo de qualidade de vida e bem-estar<sup>36</sup>. Embora esta seja uma preocupação original do projeto de Corrêa Lima, boa

---

<sup>36</sup> Em vídeo publicitário, são apontados alguns parques de Goiânia, fazendo-se relação direta entre a criação destes e a valorização de imóveis. Sob o título de “Um parque muda tudo”, apresenta-se um grande parque que será criado na região sul da cidade, propagando que a aquisição de imóveis próximos ao futuro empreendimento pode ser recompensada futuramente muitas vezes além do valor investido. Vê-se um novo tipo de booster, neste caso representado por empresas do mercado imobiliário que apostam num modelo de representação da natureza que poderia evocar ares bucólicos em plena metrópole. O nome de Frederick Law Olmsted é lembrado como sendo o pai dos parques urbanos, fazendo-se menção ao Central Park de Nova Iorque com exemplo de investimentos bem-sucedidos, mais uma vez destacando a importância mercadológica destes elementos urbanos de natureza modificada. Informações disponíveis em:

[https://www.youtube.com/watch?v=iFnP4vc6\\_eQ](https://www.youtube.com/watch?v=iFnP4vc6_eQ), acessado em 02 de dezembro de 2018 às 18:49..



parte das áreas de destaque, no que se trata de parques e espaços verdes, surgiram de trabalhos paisagísticos realizados em locais degradados pelo crescimento urbano. E, ao mesmo tempo, tais parques servem como elementos para a valorização econômica de imóveis em certas regiões.

Assim, pretende-se analisar o desenvolvimento imobiliário e o aumento dos valores de imóveis nas proximidades de dois parques em Goiânia. Para tanto, utilizou-se de pesquisas em livros, artigos e documentos sobre a criação da capital, bem como da criação dos parques em questão e de valores tabelados de imóveis por regiões. Também, foram utilizadas imagens georreferenciadas, identificando a mudança das edificações após a implantação e urbanização das áreas verdes. Desta forma, fez-se análise do papel da natureza como promotora de desenvolvimento econômico, contrastando com elementos naturais que permaneceram degradados (especialmente, os recursos hídricos) mesmo após desses equipamentos urbanos.

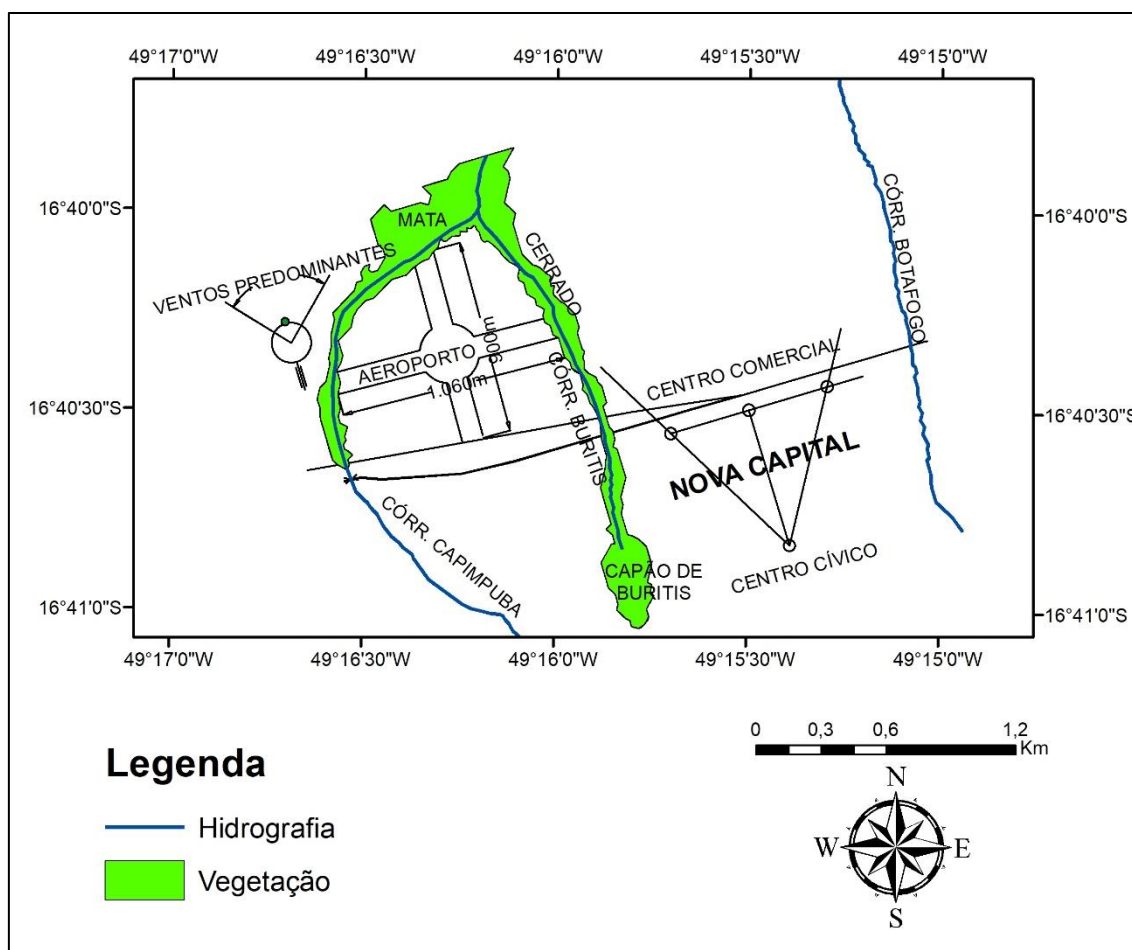
### **3.1 A natureza da nova capital de Goiás**

Attilio Corrêa Lima, além de ser responsável pelo traçado urbano, recebeu também do interventor a responsabilidade de projetar os edifícios públicos principais e as casas de funcionários. A área já estava demarcada pela subcomissão de escolha do terreno, a qual foi lançada sobre a cidade de Campinas (hoje bairro da cidade), por força política do governador, mas tendo a natureza como justificativa do sucesso da empreitada: proximidade à estrada de ferro, topografia pouco acentuada e generoso cursos d'água (MENDONÇA, 2009, 2012; SABINO JUNIOR, 1960).

O fato de Corrêa Lima não ser protagonista na escolha do sítio não o impediu de utilizar suas qualidades técnicas e as justificar. Anos mais tarde, em publicações feitas em 1937 na revista *Arquitetura e Urbanismo*, o urbanista expõe as situações críticas da cidade de Goiás. Descreve que as condições de salubridade são apontadas por Couto Magalhães no século XIX e, posteriormente, reforçadas por Pedro Ludovico em relatório escrito a Getúlio Vargas entre 1930 e 1932. É relatado que até o momento, o abastecimento de água na antiga capital se fazia por dois chafarizes no centro da cidade que praticamente secavam nos períodos de estiagem, onde o transporte era feito por portadores de deficiência mental acolhidos pelas famílias locais a troco de comida e moradia. Ainda afirma que o esgoto era depositado em covas feitas em solo rochoso, de

difícil perfuração para instalação de tubulações. A antiga cidade tinha também ao seu desfavor, segundo o urbanista, seu relevo acentuado, dificultando, inclusive, a boa circulação de automóveis nos períodos chuvosos (CORRÊA LIMA, 1937c).

Figura 15: Esboço da locação do centro urbano e do aeroporto feito por Attilio Corrêa Lima.



Fonte: Diniz (2017), adaptado pelo autor.

Como norteadores de projeto urbanístico da cidade de Goiânia, Corrêa Lima estabeleceu três pontos principais: a integração da rodovia que ligava o ponto mais próximo da estrada de ferro a Campinas, o terreno com menor inclinação e a distância do reservatório de abastecimento, destinado à região que era conhecida como “Paineira” (ibidem). Esta configuração posicionava a malha da capital no espaço compreendido entre os córregos Botafogo e Capim-puba. Se a forma de triângulo (ver figura 15), herdada do urbanismo francês que o influenciara, visava convergir as principais vias ao Centro Cívico (BRUAND, 1997; DAHER, 2009; DINIZ, 2017; MANSO, 2001), em

sentido oposto, elas, divergindo entre si, vão até o encontro dos regatos. Se imaginarmos um crescimento demográfico tendo como ponto de partida o vértice desse triângulo para sua base, é fácil pensar que o seu caminho mais “natural” e “espontâneo” seria a continuidade das vias em direção às matas ciliares e aos cursos d’água. E, também, a forma em “cruz” das duas pistas de pouso compreendidas entre os córregos Buriti e Capim-puba causam um certo desconforto, seja pela desproporção em relação à malha urbana (embora as pistas estejam representadas em escala correta), seja por estarem em um limite delicado entre o que seria construído e o que deveria ser mantido intacto.

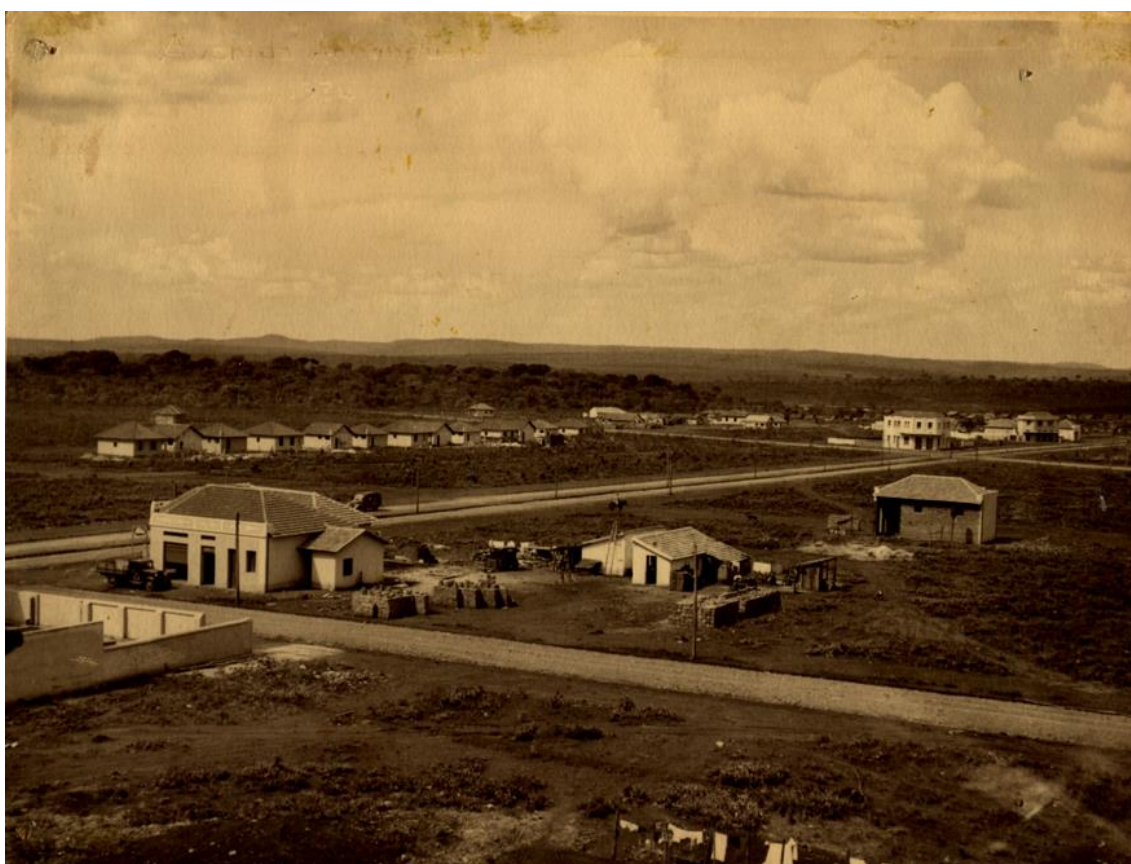
Mas o esboço que foi o norteador do projeto final demonstra não só o reconhecimento da natureza existente pelo urbanista, mas também a sua intenção com relação aos recursos naturais. As indicações “capão de buritis”, “cerrado” e “mata” destacam tais elementos como pontos importantes, não só como referências de local, mas como fatores determinantes de projeto. Tais pontos, como vemos no desenho (ver figura 11), deveriam ser integrados ao traçado urbano, como é possível reconhecer no trecho adiante:

O buritizal, situado entre as ruas “72” e alameda dos Buritis, será transformado em pequeno parque. É necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo *talweg*, em canal descoberto, tirando partido deste para os efeitos de cascata e um grande lago recreativo. [...] O córrego Botafogo, a partir do açude onde serão represadas as águas para o abastecimento da cidade, será tratado como *park-way* numa faixa nunca inferior a 50 metros para cada lado, a contar do leito do rio, e terminará no bosque Botafogo. [...] o principal parque da cidade, pela sua área de 54 Ha e pela sua vegetação luxuriante onde medram espécies frondosas das nossas madeiras de lei (CORRÊA LIMA, 1937a, p. 145)

Corrêa Lima, mais do que explorar as águas para o abastecimento, desejava que os seus *park-ways* se integrassem à cidade em seus dois lados, leste e oeste. Ou seja, tanto o Capim-puba quanto o Botafogo teriam generosas faixas de vegetação em ambas as margens dos cursos e, ao seu encontro, surgiria o bosque Botafogo, onde havia uma mata (ver figura 16), a qual deveria, segundo o urbanista, ser mantida para a

posteridade. O projeto indica que tais margens deveriam ser demarcadas e cercadas, impedindo qualquer uso, mesmo o agrícola. Definiu ainda que ao longo dos córregos fossem criadas cascatas e outros elementos de integração com a natureza e que fosse construída uma barragem abaixo da confluência do córrego Botafogo com o córrego Areião (a sudeste do Centro Cívico) para servir de manancial de abastecimento público de água. Calculou que a capacidade destes mananciais atenderia a uma população de quatro milhões de habitantes (ibidem).

Figura 16: Trecho da avenida Anhanguera com parte do bosque Botafogo ao fundo em 1937.

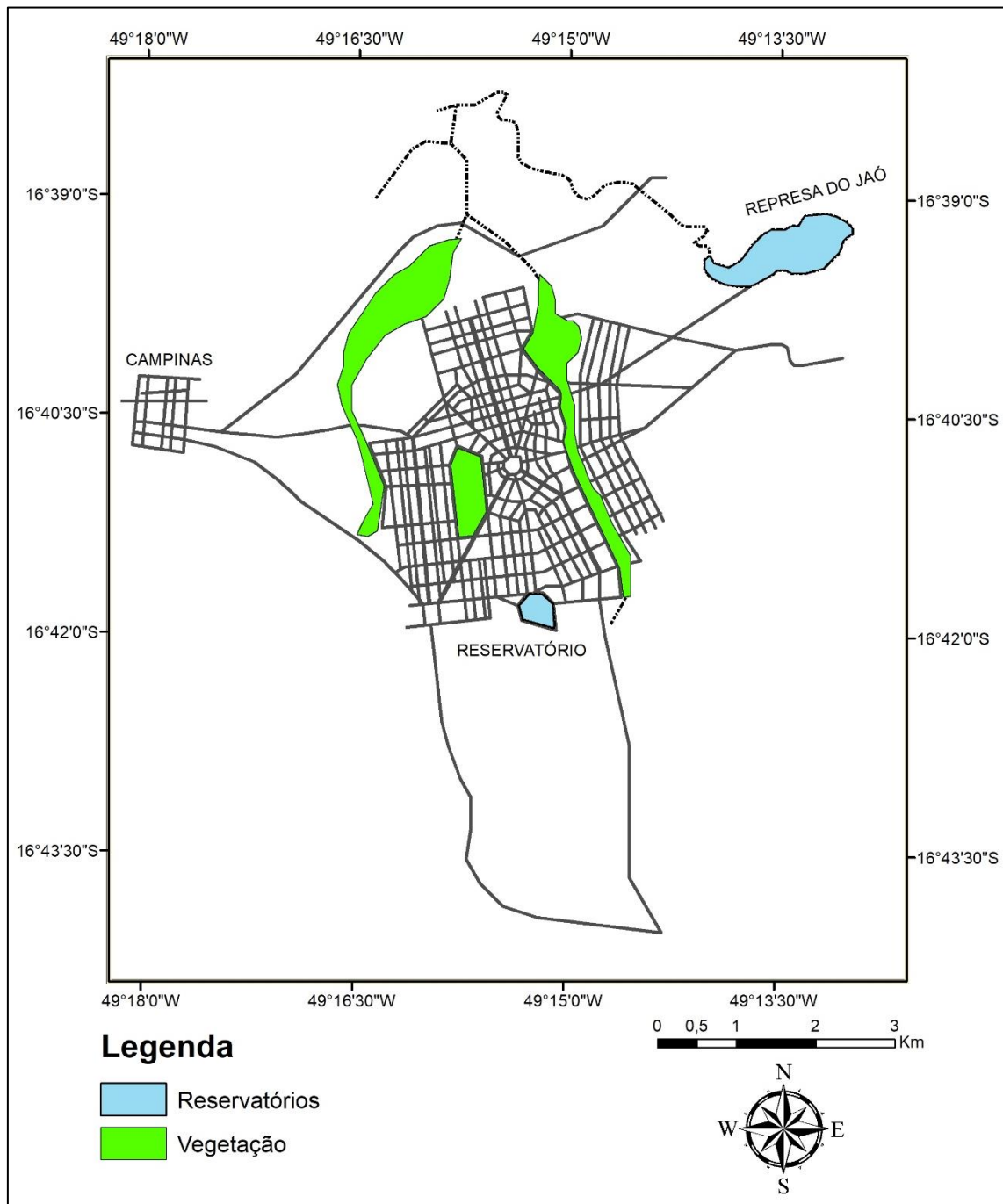


Fonte: autor desconhecido. Acervo MIS/GO.

O urbanista reforçou a ideia de que os parques e áreas verdes eram elementos essenciais para a qualidade do ar das grandes cidades. Como forma de valorizar seu projeto, citou que as áreas vazias equivaliam a 34,6% de toda a extensão projetada. Sustentou que a manutenção das matas como elementos de composição de praças e jardins era aconselhável. Fez uma projeção, dimensionando 308 habitantes por hectare

de parque, o que representava, por exemplo, o dobro de área verde *per capita* do que a cidade de

Figura 17: Traçado urbano de Goiânia feito por Attilio Corrêa Lima.



Fonte: Corrêa Lima (1937), adaptado pelos autores.

Detroit, nos Estados Unidos e por volta de quatro vezes mais que a cidade de Paris. Preocupou-se com o surgimento de novos loteamentos e com o crescimento da cidade,

em especial, para além do córrego Botafogo. Mesmo ciente desta importância, ele delega ao poder público a demarcação das matas e parques, indicando que isto se daria somente no futuro (ibidem).

Em sua origem, o projeto de Goiânia tirava partido das áreas verdes e dos recursos hídricos, seja pela composição da paisagem, seja por sua função utilitária, como a qualidade do ar, o abastecimento e a produção de eletricidade. O novo modelo de cidade inaugurado no Brasil trazia, também, vias amplas e ajardinadas, ajustadas ao automóvel e agradáveis aos pedestres. A região, acostumada às construções justapostas que acompanhavam a sinuosidade das ruas nas cidades de tradição colonial portuguesa (como a cidade de Goiás), via surgir espaços generosos, interrompidos por bosques e matas ciliares. Aparentemente, esta tenha sido a verdadeira vocação da paisagem da capital goiana, sendo sua principal característica até os dias atuais.

Porém, alguns precedentes criados por Corrêa Lima talvez tenham sido aproveitados de forma exploratória pelo interesse imobiliário, desconfigurando algumas de suas intenções iniciais. Por exemplo, o não detalhamento de seus *parkways* permitiu que construções ocupassem as faixas mínimas de 50 metros ao longo dos córregos. O “Capão de Buritis” de fato foi delimitado e destinado à criação do parque que persiste até hoje, porém, o córrego dos Buritis (ver figura 15) foi ignorado, sendo canalizado sob as vias e construções, não sendo representado no mapa da figura 17.

### **3.2 Áreas verdes e o desenvolvimento da cidade**

Nota-se que a primeira década de construção de Goiânia é marcada pelo contraste da urgência do desenvolvimento e da morosidade do ritmo das construções. Era necessário ligar a cidade às partes mais desenvolvidas do país. Além do desejo de ver a metrópole se expandir, havia, por outro lado, a preocupação com o crescimento desordenado. Os arredores, ainda pouco ocupados, seriam um campo fértil para a exploração imobiliária. Como exemplo, havia

Belo Horizonte, tão estudada de início, está como todo o seu plano inteiramente deturpado, devido a não ter no plano previsto a defesa da cidade contra os interesses privados. Projetado o núcleo da cidade, com todo o cuidado, não foi impedido, na capital mineira, que os particulares, que haviam adquirido [chácaras] nos arredores da cidade foram retalhados, sem um plano conjunto, causando quase a perda completa do valor do plano inicial (...) Por outro lado, tornar-se-á quase impossível a execução do atual plano de [urbanização], se o Estado vender terras em torno da cidade. Caso isto se dê, cada proprietário irá fazer loteamento em sua gleba, guiados pelos interesses de lucro, sem obedecerem à menor preocupação de um plano (ALVARES, 1942, p. 36)

A questão dos recursos públicos e dos investimentos urbanos era um problema para a administração da nova cidade. Até mesmo as terras onde foram lançadas as ruas foram doadas, ou seja, não houve aporte inicial do estado. Entretanto, tal fato que, em primeiro momento sugere um ato de benevolência, acabou sendo revertido em benéfices pela oportunidade da instalação da capital. Rocha (2009) cita que foram recebidas terras por permuta e doação pelo governo estadual. Ele destaca o caso de Andreilino de Moraes, que, após doar grandes quantidades de terras ao Estado, tornou-se fornecedor de tijolos, cerâmicas, madeiras e outros materiais de construção, além de empreender o primeiro serviço de transporte de passageiros na capital. rocha

Estas duas realidades, planejamento e oportunismo, duelavam entre si pelo destino da metrópole almejada. Corrêa Lima, cuja formação lhe dotara de recursos técnicos que poderiam ser aplicados para o bom planejamento urbano, acabou sendo substituído pelos irmãos e engenheiros Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno, os quais tiveram mais privilégios que o urbanista (DINIZ, 2007; SABINO JUNIOR, 1960). O governador Pedro Ludovico deu a eles autonomia sobre toda a administração da construção de Goiânia, além de responsabilizá-los pela aquisição de recursos, uma vez que o estado não dispunha destes (ALVARES, 1942). A comercialização de lotes também acabou recaindo sobre os empreiteiros, criando uma nova perspectiva onde as relações econômicas e a necessidade de construção e crescimento rápido tomaram o lugar de um planejamento no ritmo apropriado. Assim, proprietários de terras e empreendedores, ao toque de suas necessidades econômicas, criaram loteamentos



desconexos e de traçados variados, sem que houvesse qualquer ordem ou uniformidade (BRUAND, 1997).

A respeito dos espaços arborizados, logo no início do povoamento de Goiânia, algumas ações acabaram sendo determinantes para a configuração de áreas verdes dispostas no projeto original. No caso do Bosque dos Buritis, a área definida como parque urbano por Attilio Corrêa Lima e importante para a sua concepção de cidade higiênica, partes de seu sítio foram doadas para criação de duas escolas, o Externato São José e o Ateneu Dom Bosco. Já no final da década de 1950, foram construídos dentro das imediações do parque o Abrigo de Velhos, transformado nos anos 1980 em museu e escola de artes, e o edifício da Assembleia Legislativa de Goiás, o qual foi concluído no ano de 1962. Ambas as construções permanecem até hoje (CAU-GO, 2013).

Figura 18: Vista aérea do Lago das Rosas na década de 1940



Fonte: ColonVist.Acervo MIS/GO

De forma semelhante, a região da nascente do córrego Capim-puba, curso hídrico considerado como importante elemento no projeto original, viu-se transformada com a expansão urbana. No ano de 1937, a mata existente na região foi transformada em Horto Florestal, por influência dos profissionais que administravam o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Foi criado, junto à pista que ligava o centro da cidade à Campinas (atualmente avenida Anhanguera), um balneário, chamado de Lago das



Rosas, no ano de 1941. Por força da intensão de ligar o polo pioneiro ao centro urbano da nova capital, o entorno deste parque foi sendo transformado, primeiramente com a instalação do zoológico no ano de 1956 e, posteriormente, com a intensificação de construções verticais para habitação nos anos 1970 e 1980 (ibidem).

As edificações que surgiram nos anos 1970 e 1980 em torno dos dois primeiros parques de Goiânia mais do que caracterizadas pelo seu porte e altura (condomínios residenciais verticais) tinham, também, qualidades de distinção econômica. Ou seja, a justificativa de vender “vista da natureza” em pleno meio urbano ao proprietário de um desses apartamentos impulsionava a comercialização de imóveis de maior valor. As orlas das matas e lagos foram, logo, ocupadas por esse tipo de edifícios, elevando-se o valor dos terrenos nas imediações (ibidem). Se, no princípio da criação da capital, a natureza era considerada uma fonte de produção de insumos para sua construção e manutenção, a possibilidade de tirar proveito da paisagem fez com que o mercado imobiliário atrelasse ao produto de venda (apartamentos de luxo) um privilegiado ponto (parque municipal) de contemplação, fruição e, até mesmo, de elevação social. Neste sentido, as moradias próximas a estes elementos de natureza, mesmo que modificada, tornaram-se objetos de desejo de cidadãos, ao mesmo tempo que representavam boas oportunidades a investidores.

Se voltarmos à origem dos parques urbanos e das reservas ambientais, poderemos notar uma grande preocupação com a preservação da flora, fauna e de recursos hídricos que, especialmente nos países industrializados, sofreram com o crescimento das cidades, a utilização excessiva dos recursos e a poluição causada, especialmente, pelos esgotos domésticos e do desmatamento. Além de cuidar de tais elementos para que estes fossem preservados para a posteridade, o papel destas fontes naturais, tanto em meio urbano quanto no *hinterland*, assumiriam um objetivo “moralizante” da sociedade. Stoll (2015) relata que a influência do protestantismo (especialmente do calvinismo) em algumas universidades da Nova Inglaterra nos Estados Unidos foi determinante para criação de parques nacionais e das principais leis ambientais do século XIX. Munido de sentimento semelhante, Olmsted (2015) creditava aos parques urbanos por ele criados a capacidade de despertar no cidadão um espírito de quietude e contemplação tal que produziria atitudes de reverência e respeito perante a natureza. Desta forma, a natureza em meio urbano teria o poder de doutrinar e

condicionar o espaço público, muitas vezes deteriorado pelo crescimento populacional e pela industrialização.

As matas, rios e córregos que, no projeto de Corrêa Lima, foram tomados como condicionantes do partido adotado pelo urbanista representavam importantes elementos da primeira natureza (CRONON, 1991). Tanto o “capão de buritis” quanto o roseiral (este último não considerado pelo autor do projeto em seu esboço da figura 18) deram origem ao nome dos parques. Porém, a paisagem destes acabou sendo representada muito mais por lagos artificiais, equipamentos urbanos e construções características de classes mais abastadas. Uma segunda natureza (ibidem), construída e ajustada aos interesses e à “estética da metrópole”, foi moldada por edifícios, avenidas, alamedas, passeios e lagos artificiais, sendo agora novo referencial. Não só a amputação de suas áreas, como no caso das escolas e da sede do parlamento goiano edificados em áreas ambientais, mas também a oportunidade de negócios lucrativos alterou, em determinado período, a função destes. Também, grande parte de nascentes e faixas bilaterais de córregos e rios foram ocupadas por construções, reduzindo as áreas naturais tão importantes para os *parkways* de Corrêa Lima.

Com o passar do tempo, esses locais desocupados tornaram-se pontos de interesse do poder público para criação de espaços paisagísticos ou de recreação urbana. A partir dos anos 1990, vários parques foram construídos em Goiânia, atraindo o interesse de investidores e empreendedores na criação de produtos imobiliários valorizados pela proximidade estes novos pontos de referência. A natureza, mais uma vez, pode ser um instrumento da promoção do mercado de imóveis.

### **3.3 Parques urbanos e o mercado imobiliário**

É importante mencionar que a cidade de Goiânia se destaca pela beleza de seus parques e de suas áreas arborizadas. É certo que a paisagem natural (modificada pelos equipamentos de uso público, como pistas de caminhada e lagos) dialoga com os edifícios ao redor, colocando o verde em contato com o construído e vice-versa. Também, pode-se supor (e até mesmo afirmar) que tais parques tenham surgido por conta do crescimento da cidade e do mercado imobiliário que valorizou regiões antes ignoradas. Mas, a ocupação indevida dos Bosque do Buritis e do Lago das Rosas, além da não implantação dos *parkways* sugeridos por Corrêa Lima, que culminou na

diminuição do Parque Botafogo, indicam uma ação muito mais direcionada pelo mercado imobiliário do que pelo planejamento urbano.

A Lei Complementar 171 de 29 de maio de 2007 que estabelece o Plano Diretor da cidade em vigência até o momento apresenta no volume anexo intitulado “Figura 5” noventa e nove unidades de conservação (GOIÂNIA, 2007). Dentre essas, destacam-se parques, áreas de proteção ambiental e projeto de parque linear. O plano evidencia a preocupação patrimonial, onde as áreas verdes são diferenciadas das privativas, e algumas ações como as regiões onde estão implantadas as ações de restrições específicas. O relatório do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, porém, (CAU-GO, 2013) destaca que as ações tomadas não foram suficientes para a recuperação de áreas degradadas.

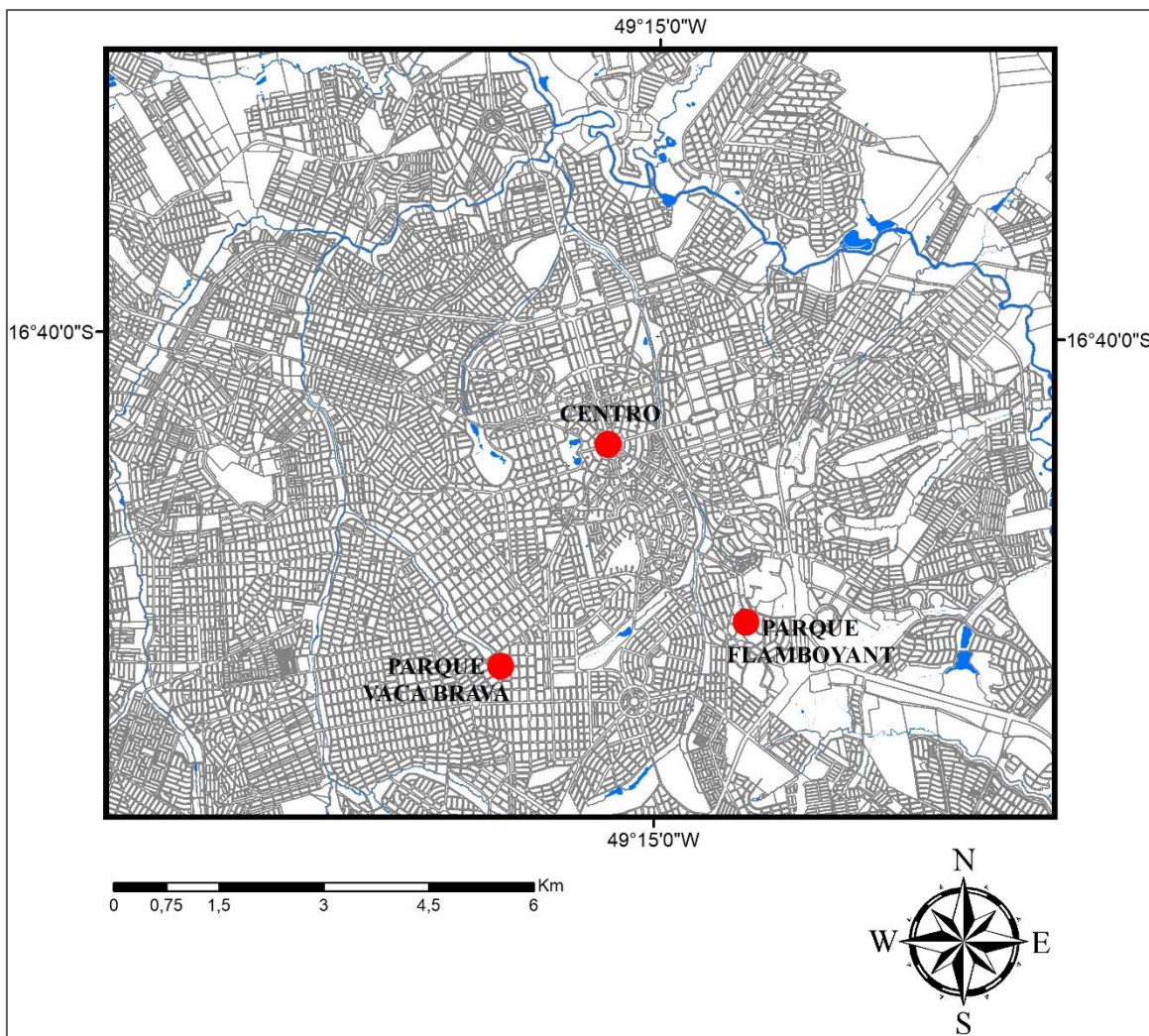
Não é intenção deste trabalho desqualificar o papel das áreas verdes em Goiânia, mas trazer à discussão que esses espaços ainda careçam de sistemas de proteção mais efetivos. Também procura destacar que o poder público deve ter ações regulatórias mais eficazes, no intuito de controlar a apropriação de edifícios próximos aos parques. Para tanto, foram destacados dois deles: os parques Vaca Brava e Flamboyant. A justificativa da escolha destes se dá, especialmente, pela localização de ambos em regiões cujos imóveis têm valores elevados em comparação com outros bairros. Além disso, nota-se que, a partir da década de 1990, houve um investimento do poder público na implantação de parques municipais, criando elementos e equipamentos urbanos para a prática de atividades físicas e para a contemplação. Através da análise de planos de manejo produzidos pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) e de imagens aéreas, procurou-se estabelecer uma relação entre a criação dos parques e a forma de ocupação de seus arredores.

Segundo o Plano de Manejo do Parque Sullivan Silvestre – Vaca Brava, a área do parque ficou estabelecida em volta da nascente e do curso do córrego Vaca Brava no decreto de criação do bairro Setor Bueno<sup>37</sup> no ano de 1951. Cita que, ao longo dos anos

---

<sup>37</sup> Na cidade de Goiânia, a maioria dos bairros leva o nome de “setor”. Desta forma, é muito comum ao cidadão goianiense tomar usualmente o segundo termo no lugar do primeiro. Acredita-se que isto se deve por conta da nomenclatura adotada por Attilio Corrêa Lima. Geralmente, nas cidades que nasceram

Figura 19: Mapa de Goiânia com a localização dos parques Vaca Brava e Flamboyant.



Fonte: MUBDG / Prefeitura de Goiânia – adaptado pelo autor.

que se seguiram, grande parte de sua área foi transformada em particular, afirmando, inclusive, que o projeto original desapareceu dos arquivos da prefeitura. Ainda atesta

---

espontaneamente, os nomes dos bairros surgem da identificação da região com um elemento natural de destaque (como um lago, um morro ou uma mata) ou com alguma construção importante. No caso goiano, ao criar a nova capital, o urbanista definiu as regiões como setores central, norte, sul, leste e oeste, sendo seguido pelos profissionais que atuaram pela empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda que o substituiu. Desta forma, alguns bairros, por exemplo, receberam nomes como Setor Leste Universitário e Setor Norte Ferroviário, aglutinando funções à região cartográfica. Os bairros que homenageiam os construtores da cidade seguem, de forma semelhante, essa nomenclatura: Setor Coimbra e Setor Bueno. (N.A.)

que houve fraude comprovada por perito criminal. Em semelhança às demais grandes cidades do Brasil, esta área pública foi alvo de interesses privados, tendo sido utilizada para o projeto tanto de doze edifícios verticais quanto para criação de um condomínio fechado. O plano também relata que foram encontradas ligações clandestinas de esgoto nas redes pluviais que descarregam no curso do córrego (AMMA, 2006).

A área do Parque Flamboyant foi definida no ano de 1950 e ratificada no ano de 1981, quando o projeto do bairro Jardim Goiás foi modificado, ficando a área sob a propriedade do Automóvel Clube. De forma semelhante ao parque Vaca Brava, teve parte de sua área invadida, havendo também contaminação de suas águas por esgoto. No ano de 2004, houve doação do terreno à prefeitura de Goiânia que desenvolveu o projeto do parque. Nesta região, nasce o córrego Sumidouro que deságua no córrego Botafogo (AMMA, 2007).

As duas áreas de nascente se localizam na região sul da cidade (ver figura 19), próximas a bairros valorizados economicamente. Nas imediações, há diversos tipos de serviços como restaurantes, *shopping centers* e hipermercados e também vários edifícios de habitação coletiva.

Como materiais de análise, foram tomadas aerofotos das regiões dos parques em dois períodos diferentes: 1992 e 2016. Esses arquivos foram disponibilizados pela prefeitura, sendo que as imagens mais antigas foram digitalizadas na biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAM) e as mais atuais foram obtidas pelo site da prefeitura<sup>38</sup>. As duas datas, como referido anteriormente, foram escolhidas por conta da criação de diversos parques municipais que surgiram a partir da década de 1990. Acredita-se que o parque Vaca Brava criou um novo paradigma, onde áreas ao redor de áreas verdes acrescidas de equipamentos urbanos (especialmente de espelhos d'água, passeios e equipamentos de ginástica) tornaram lotes vazios e, aparentemente, com baixo valor econômico elementos valorizados, atraindo construções de edifícios habitacionais verticais.

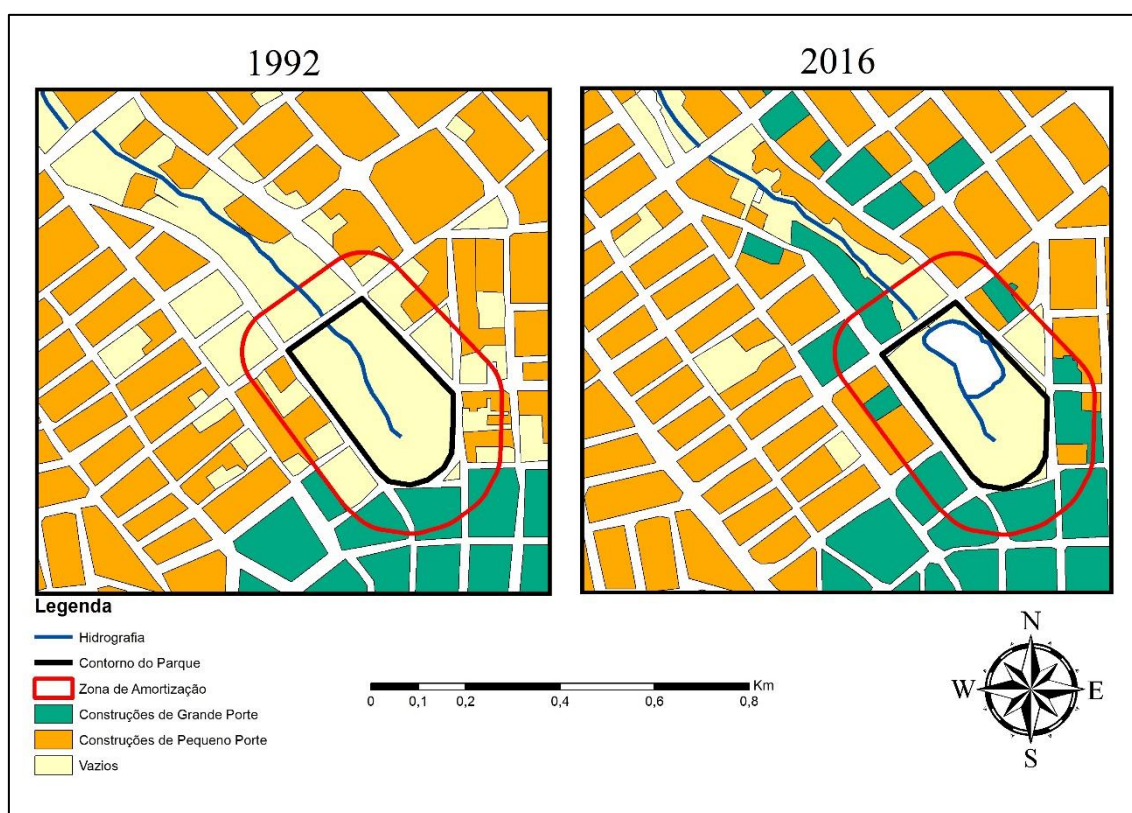
Foram definidas três classificações de áreas: vazios, construções de grande porte e construções de pequeno porte. Com relação aos vazios, foram considerados

---

<sup>38</sup> Fonte: <http://portalmapa.goiania.go.gov.br/mapafacil/> acessado no dia 23/01/2019 às 18:00.

lotes, quadras ou partes de quadras que não foram ocupadas por edificações, sem fazer a distinção de terrenos privados, públicos ou áreas verdes. As construções de grande porte identificadas são edifícios verticais (residenciais ou comerciais) e grandes equipamentos (incluindo seus estacionamentos). O restante das construções foi definido como de pequeno porte. As áreas dos polígonos não foram tomadas em conta, pois o objetivo desta análise é somente identificar a evolução das construções e, não, quantificar suas áreas.

Figura 20: Comparação das áreas nas proximidades do parque Vaca Brava nos anos de 1992 e 2016.



Fonte: produzido pelo autor.

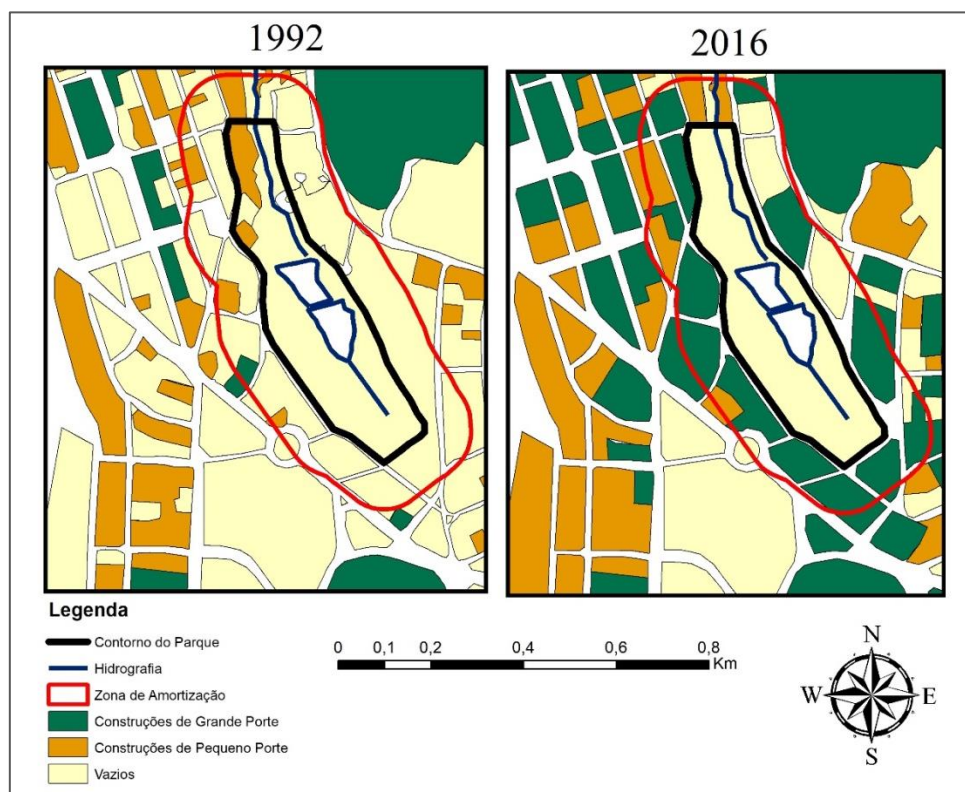
No caso do parque Vaca Brava (criado em 1996), nota-se que já existia uma significativa massa de edifícios verticais ao sul da nascente do córrego (ver figura 20). Porém o restante dos terrenos próximos ao curso d'água estavam vazios em 1992 (anterior à criação do parque). As mudanças verificadas na imagem de 2016 revelam que boa parte dos vazios foram ocupados por construções de pequeno porte. Porém, percebe-se o incremento de alguns edifícios de grande porte, incluindo um *shopping*



*center*, construído também em 1996 a poucos metros do pequeno regato, ocupando parte de sua margem esquerda. Construções menores, ao modelo do centro comercial, ocuparam parte da margem direita. Na região, além de habitações coletivas e unifamiliares, é bastante frequente a presença de empreendimento comerciais e de prestação de serviço.

Com relação ao parque Flamboyant, a imagem de 1992 (figura 21) apresenta bem mais terrenos desocupados que o caso anterior, embora na região já existissem um grande *shopping center* e alguns condomínios verticais. Boa parte de área ao redor da nascente do córrego Sumidouro ainda estava desocupada, ou pouco ocupada antes de 2005 (data de criação do parque). A maioria das construções era de pequeno porte. Mas, a ocupação de construções de grande porte é muito mais significativa, concentrado-se em torno dos limites da área pública. Neste caso, há uma configuração muito maior de habitações coletivas de luxo, onde o apelo comercial destaca o “privilégio” de se ter uma visão das áreas verdes e da natureza a partir do interior dos apartamentos.

Figura 21: Comparação das áreas nas proximidades do parque Flamboyant dos anos de 1992 e 2016.



Fonte: produzida pelo autor.

Em ambos os casos, não se pode creditar o “sucesso” imobiliário somente à criação dos parques. Com certeza, as regiões já tinham serviços e infraestrutura urbana que poderiam ser atrativos a novos compradores e investidores. Mas, este modelo, onde a construção vertical nas proximidades de áreas de natureza urbanizadas, que já era realidade no Bosque dos Buritis e no Lago das Rosas e que ficou “adormecido” por décadas, volta a ser utilizado.

Não se ignora, também, a dinâmica de uma grande cidade que, ao crescer, apresenta novas oportunidades de habitação e de convívio. Nem, tampouco, pretende-se ser contrário às construções de habitações coletivas e edifícios comerciais de grande porte, ou anular a importância que esses parques têm para a paisagem urbana, para a melhora da qualidade do ar (embora não ter sido analisado neste trabalho nenhum dado deste assunto) e a prática de atividades físicas pelos cidadãos vizinhos ou de qualquer parte da cidade. Mas, tanto no passado como no presente, vê-se que os pontos de natureza primitiva (mesmo que tenham sido modificados pelas fazendas anteriores à construção da capital) são sempre objetos de interesses particulares, independente do poder aquisitivo ou de propriedade pública ou privada, como é o caso das margens de córregos serem ocupadas tanto por construções baratas quanto por edifícios de maior valor.

Ao considerar-se que os bairros, tanto o Setor Bueno e quanto o Jardim Goiás, foram criados na década de 1950 e os parques só foram implantados já nas proximidades do século XXI, boa parte dos lotes ao redor deles ficou desocupada por quase meio século. Isto deu margem para que ocupações espontâneas acontecessem na proximidade de córregos, causando poluição e destruição de elementos naturais e a comercialização sem planejamento ordenado. Embora a cidade de Goiânia esteja bem distante de uma situação que pode ser considerada caótica (como o caso de grandes favelas em outras cidades brasileiras), alguns efeitos deste processo devem ser destacados. Os planos de manejo produzidos pela Agência Municipal do Meio Ambiente destacam o lançamento de esgoto em redes pluviais, a destruição da flora nativa e o assoreamento dos cursos hídricos (AMMA, 2006, 2007).

De forma paralela à ocupação espontânea, a liberação de construções de grande porte, especialmente as verticais, trazem um grande problema ao lençol freático. Tais



construções, aprovadas e licenciadas pelo poder público, ao se implantarem em regiões de nascentes e fundos de vale, escavam o terreno para a instalação de fundações e garagens, drenando a água aí presente e, muitas vezes, reduzindo drasticamente o volume dos mananciais. Este fato pode ser visto nas figuras 20 e 21 ao perceber-se que as faixas de cem metros definidas com “Zona de Amortização”, que tem por objetivo garantir a permeabilidade do solo e evitar a construção de edifícios verticais que impedem a passagem de ventos (CAU-GO,2013), estão ocupadas por edifícios de grande porte, especialmente no caso do Parque Flamboyant. Uma ação civil pública produzida pela 7ª Promotoria de Justiça de Goiânia – Meio Ambiente, Patrimônio e Urbanismo<sup>39</sup> responsabilizou, no ano de 2016, a Prefeitura de Goiânia e sua agência do meio ambiente, além de quatorze empresas do ramo imobiliário. Nela, a promotora proponente relata que a água presente no lençol freático das construções estava sendo drenada e jogada diretamente nas ruas. Ainda declara que o poder público concedeu licenças ambientais sem a devida análise dos casos e critica a forma da aprovação de edifícios de altura aproximada de cem metros e com dois subsolos em área que deveria respeitar distância do parque.

Esta ação pública que responsabiliza empresários e poder público revela problemas na aprovação de projetos e na fiscalização de obras. Ao serem ocupadas as regiões próximas às nascentes, vê-se que, embora os parques sejam bons exemplos de beleza urbana, a simples definição dessas áreas públicas não é bastante para a garantia da qualidade dos recursos naturais. Também aponta que ações mais efetivas por parte dos agentes municipais deveriam ter sido tomadas para evitar o uso irregular do solo urbano.

---

<sup>39</sup> Documento acessado do site do Ministério Público de Goiás. Disponível em: [http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2016/09/13/10\\_34\\_56\\_144\\_A%C3%A7%C3%A3o\\_Parque\\_Flamboyant\\_rebaixamento\\_len%C3%A7ol\\_fre%C3%A1tico.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2016/09/13/10_34_56_144_A%C3%A7%C3%A3o_Parque_Flamboyant_rebaixamento_len%C3%A7ol_fre%C3%A1tico.pdf) acessado no dia 28/08/2018 às 18:30hs.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Goiânia, capital do estado de Goiás, teve na sua origem um plano de poder idealizado por um governador nomeado por um presidente que também não havia sido eleito. À sombra da ameaça das oligarquias, os poderes nacional e regional delinearão uma cidade desejada para ser “metrópole” de uma região distante do centro econômico do país. Aliado às decisões políticas, estava o desejo de sonhadores que imaginavam ver a modernidade chegar àquelas terras. Neste contexto, as aspirações por uma cidade “adequada” ao século XX poderia se tornar realidade.

Antes da capital ser criada, a figura do desbravador, o bandeirante, era louvada como símbolo de processo civilizatório da fronteira, região “ilimitada” de rios fartos e de riquezas naturais abundantes. A terra do índio, pouco explorada, ofertava minérios àqueles que tivessem a capacidade de vencer as barreiras impostas pela natureza, pelo confronto com outros povos e pelas dificuldades da criação de cidades, também consideradas modelos de civilização. A queda da produção aurífera definhou cidades e vilas e o estado se tornou terra de rebanho. Um novo desbravador e visionário, Pedro Ludovico Teixeira, por vezes louvado como um novo bandeirante, abriu o campo para o desenvolvimento de centros urbanos, incluindo, anos mais a implantação da capital federal em solo goiano.

Em primeiro momento, a natureza era entendida tanto como barreira, mas também, como fonte de recursos. As aventuras do Anhanguera, descrito como herói por Ramos (1896), engrandeciam sua capacidade de transpor duros obstáculos e o ouro era o prêmio “dado” pela terra. As mesmas montanhas e rios que ofertaram riquezas aos exploradores se tornaram, posteriormente, empecilhos para o desenvolvimento. Novo local, nova natureza, em região de campos de topografia pouco acidentada, próxima a matas de madeiras fartas e a rios e córregos representava o terreno “ideal” para a criação da “metrópole”. Esta, antes mesmo de ser uma simples vila, já era pretendida e prometida. Nisto, os apontamentos de Cronon (1991), especialmente ao classificar a ação dos *boosters*, apresenta semelhança entre os empreendedores de Chicago e os divulgadores da capital goiana, tanto nos discursos otimistas que prometiam garantia de sucesso devido às condições locais, quanto na contradição das barreiras que surgiram na realidade, atestadas por Lévi-Strauss (1996).

A natureza, com seus recursos generosos, serviu como justificativa para a criação da nova capital. A topografia, que nas cidades coloniais era considerada uma

barreira para o crescimento, deveria possibilitar o crescimento ordenado e fácil. Os mananciais deveriam ser suficientes para atender ao consumo da população. As terras férteis garantiriam o suprimento de alimentos sem maiores deslocamentos. As matas poderiam fornecer madeira para as construções e lenha para combustível.

Por algum tempo, o sonho da cidade planejada foi possível. O emprego do conhecimento técnico e de conceitos do urbanismo emergente na Europa deram a Goiânia sua relevância histórica. Mas, mesmo com certo planejamento, vê-se que o interesse de poucos subjugou a necessidade da coletividade. Se, por um lado houve atraso na sua construção devido às dificuldades financeiras, materiais e pessoais, por outro, a força do oportunismo imprimiu um crescimento sobre áreas que deveriam ser preservadas, devolvendo à nova capital certa insalubridade herdada da antiga.

A primeira década de criação da cidade, no entanto, não demonstrou o avanço desejado e propagado. Quase dez anos após o lançamento de sua pedra fundamental (24 de outubro de 1933), a principal atividade do estado ainda era agropastoril (CAMPOS, 2015; IBGE, 1942). A louvada indústria que elevaria Goiás à produção de riquezas pelo beneficiamento de seus minérios não foi o que impulsionou a formação da metrópole, mas um pensamento baseado em um planejamento “moderno” que possibilitou o nascimento de uma cidade que, ao se retroalimentar, chama para si as atenções do desenvolvimento.

Na história de Goiânia, percebe-se certa negligência com os ideais do planejamento urbano contidos na proposta original de Attilio Corrêa Lima. Parece ter havido, desde os primeiros momentos da construção da capital, um atropelo dos conceitos do urbanismo (recém surgido no século XX) em função da urgência da instalação da sede do governo, da ausência de recursos e do oportunismo do mercado imobiliário. O fato de o urbanista ter sido substituído pelos irmãos Coimbra Bueno contribuiu para que se desenvolvessem métodos diversos, criando loteamentos que só foram devidamente ocupados algumas décadas após sua criação.

O estado de Goiás do início do século XX vivia a dualidade do isolamento em relação às principais cidades do Brasil e o desejo de desenvolvimento econômico e crescimento populacional. Muitas vezes, o aumento da população era associado à prosperidade financeira e, neste contexto, o desejo por uma metrópole poderia representar boas oportunidades de negócio e de ganhos. Também, o interesse pela mudança de matriz econômica, do rural para o industrial, era um sentimento que

demonstrava uma busca para sair do “atraso” e, finalmente, entrar em uma “era industrial”, aumentando a produção econômica e criando cidades dignas dos países desenvolvidos.

Nesse sentido, as observações de Cronon (1991) sobre o papel de Chicago um século antes da construção de Goiânia são considerações relevantes, na medida em que os seus apontamentos e metodologias adotados nos permitem uma correlação entre a urbanização do Oeste no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 e a expansão da fronteira agrícola no mesmo período. Ou seja, são processos convergentes em que o fenômeno da urbanização e colonização agrícola se constituem em importantes representações simbólicas da conquista do Oeste brasileiro. Os apontamentos sobre o projeto de metrópole apontam indícios para uma história ambiental da formação urbana de Goiânia, sobretudo na relação entre sociedade e natureza, como também na relação entre campo e cidade ou na conexão entre esses elementos ao mesmo tempo.

Outra referência importante da formação urbana de Goiânia é a sua identificação como cidade símbolo da expansão da fronteira modernizadora do Oeste brasileiro (DUTRA E SILVA, 2017). Duas décadas depois da construção de Goiânia, Brasília, a nova capital federal, assumirá essa posição e a capital de Goiás ficará em segundo plano, uma vez que os olhares se voltam para a grande representação simbólica de Brasília e o trabalho dos seus arquitetos e urbanistas.

No entanto, a capital do estado de Goiás, símbolo da expansão para o interior do Brasil, assumia, nas décadas de 1930 e 1940, um papel importante no propaganda de modernização, incluindo discursos relacionados ao papel que os recursos naturais representariam, tanto para o projeto urbano quanto para a expansão demográfica para as áreas adjacentes que recebiam significativa migração rural. O desenvolvimento imaginado e louvado realmente aconteceu. Os fatores naturais como a capacidade dos rios, a proximidade das matas e as estradas de rodagem se apresentaram muito mais como pretextos para a transferência de capital do que como “facilitadores” de desenvolvimento. O que se deu na prática foi mais uma dificuldade de transpor as limitações impostas pela natureza. A “cidade moderna”, antes de sê-la, experimentou as agruras rurais emolduradas em paisagens de edifícios aos moldes europeus.

As relações entre a “primeira” e “segunda natureza” (CRONON, 1991) se revelam não só em referência ao ambiente rural. No caso da pequena cidade de Campinas, talvez ignorada pelas oligarquias agropecuárias, viu-se tomada por ares de

cidade grande, como atestado por Corrêa Lima (1937), vendo sua população aumentar em poucos anos em proporções jamais imaginadas. Esta euforia de primeiro momento demonstrou que seria possível ver surgir uma cidade “moderna” em terreno destinado a pastagens. Também, a transformação da paisagem ocorreu em locais antes tidos somente como pontos de referência, como o capão dos buritis e a plantação de roseiras. A construção de ruas e edifícios promoveu mudanças desses elementos simbólicos, permanecendo, quase que somente, apenas seus nomes, homenageando os parques criados.

Com respeito às áreas verdes, percebe-se uma tensão entre interesses particulares e o planejamento ideal. Seus terrenos, desde o início da ocupação e do crescimento da cidade, sempre foram alvo do desejo de empresas, de instituições e de cidadãos comuns que ocuparam parte de seus patrimônios, seja por força de leis contestáveis, seja pela ocupação espontânea. Embora boa parte desses elementos naturais tenha sido mantida, contribuindo com a valorização da paisagem de determinados locais, a destruição de recursos tão importantes para os cidadãos não foi combatida, muito menos impedida de forma eficaz. Pode-se louvar a situação da capital de Goiás se tomada em comparação com outras grandes cidades no Brasil, as quais teriam, talvez, uma degradação da natureza bem maior. Porém, não se pode ignorar que problemas ambientais permanecem e que a efetiva recuperação desses recursos não aconteceu até a atualidade.

Talvez, o crescimento acelerado que Goiânia teve a partir da década de 1950 tenha mascarado problemas que só vieram anos depois. A ocupação de áreas de mata ciliar, ignorando a proposta de *parkways* de Corrêa Lima, a redução das áreas de matas e o uso indevido do solo e subsolo podem ter ficado em segundo plano, à medida que a cidade crescia e, com isto, criava boas oportunidades financeiras.

Os parques são, de fato, importantes para a cidade. O bom convívio dos cidadãos com eles garante a sua manutenção e justifica sua existência. Neste caso, há certo sentido no seu poder “moralizante” (OLMSTED, 2015), permitindo que a cidade tenha edifícios com certo “decoro estético” em sua proximidade, evitando construções “desajustadas” e “improvisadas”. Porém, é sempre importante questionar a relação que os interesses particulares têm com esses e se eles representam, na verdade, a proteção ambiental ou um pretexto para um maior ganho econômico.

Uma das qualidades que se pode perceber em Goiânia é sua origem no projeto

e no planejamento urbanos. É verdade que houve mudanças e abandonos das ideias originais. Houve, também, a utilização de conceitos conflitantes, de certa forma, onde tentou-se ajustar os modelos “progressista” e “culturalista” (CHOAY, 2015; DAHER, 2009). Mas, não se pode dizer que a cidade se desenvolveu sem nenhum planejamento. De fato, os irmãos Coimbra Bueno assumiram o papel de planejadores da capital, tendo, ao seu favor, projetistas e consultores com experiência em urbanismo. O que se pode perceber é que, se antes os conceitos urbanísticos doutrinavam a formação de uma nova metrópole, o modelo dos construtores se baseou muito mais no parcelamento do solo para fins comerciais. O alerta feito por Godoy (1942) com relação a administração dos terrenos ser realizada exclusivamente pelo poder público foi ignorado, passando à iniciativa privada o direito do parcelamento e venda dos lotes. Não se pode avaliar que se fosse o contrário, a comercialização sendo feita somente pela prefeitura ou governo, teríamos visto um crescimento mais ordenado e bem administrado. Mas, é certo que diversos interesses (com o aval dos administradores municipais) reduziram áreas de natureza e permitiram alienação e ocupação indevida de locais necessários para a manutenção de recursos naturais.

É importante reconhecer as semelhanças entre o passado e o presente. O mesmo interesse econômico dos anos 1940 e 1950 que moldou a natureza e criou problemas como a poluição dos rios, acaba doutrinando o crescimento de Goiânia na atualidade. Se antes não se imaginava que os cursos hídricos (tão louvados pela sub-comissão de 1932 e por Corrêa Lima) poderiam estar hoje contaminados, num futuro, talvez, eles deixem de existir pelo uso indiscriminado do lençol freático e a impermeabilização de áreas de recarga. Estabelece-se uma contradição, onde os parques que atraem a construção de habitações privilegiadas pela vista de bosques e espelhos d’água podem perder sua vivacidade, deixando de ser interessantes àqueles que adquiriram imóveis a preços altos.

A uma pesquisa futura, propõe-se o estudo do crescimento da cidade em comparação com os projetos e a implantação da infraestrutura urbana. Se um dos pretextos para a retirada da cidade de Goiás a condição de capital era a construção de uma cidade sanitária, entender como Goiânia tornou boa parte de suas imediações insalubres pode ser um indicativo de como se deu seu desenvolvimento. Pressupõe-se que o foco principal dos administradores públicos (e da iniciativa privada) estava mais focada nos projetos de parcelamento e na venda de lotes. Embora o saneamento seja

tomado como um condicionante de projeto por Corrêa Lima, tendo ele levado em consideração a captação de água para o abastecimento e a declividade para a condução dos esgotos domésticos, o que aconteceu de fato foi a contaminação dos mananciais.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **Arquivos**

Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), Brasília (DF).

Arquivo Público Mineiro, sítio eletrônico: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira, Rio de Janeiro (RJ).

Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação Geral de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca, Arquivo da Presidência da República.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Biblioteca Digital, Rio de Janeiro (RJ).

Ministério Público de Goiás (Portal)

Museu da Imagem e do Som (MIS/GO), Goiânia (GO).

Prefeitura Municipal de Goiânia, Biblioteca da Secretaria do Planejamento Municipal (SEPLAM), Goiânia (GO).

### **Documento Primário Impresso**

Jornal do Brasil. “Aviso á praça: terrenos em Goiania”. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1939

Jornal do Commercio. “A Nova Capital de Goyaz”. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1933.

Jornal do Commercio. “Goyaz: o interventor federal em viagem – a construção da nova capital”. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1934.

Jornal do Commercio. “Goyaz: o projecto danova constituição – as obras da nova capital”. Rio de Janeiro, 18-19 de fevereiro de 1935.

Jornal do Brasil. “Passa sobre Goiaz um ‘sopro de progresso’”. Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1937.

Jornal do Brasil. “Do norte ao sul do país: a construção da nova capital goiana”. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1937.

Prefeitura Municipal de Goiânia. Decreto de Lei 90-A de 30 de Julho de 1938.

O Jornal. “Installados solenemente o município e comarca de Goyania”. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1935.

O Jornal. “A navegação aerea do Brasil e a criação do Ministerio do Ar”. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1936.

O Jornal. “Goyania- padronização de material de construção”. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1937.



Voz do Povo. “Memorial – ligeiras considerações acerca da mudança da capital do estado de Goiaz”. Goiás, 27 de fevereiro de 1931.

### **Fontes Secundárias**

ALVARES, G. T. **A luta na epopeia de Goiânia**. São Paulo: Gráf. Jornal do Brasil, 1942.

AMMA. **Plano de manejo Parque Municipal Sullivan Silvestre – Vaca Brava**. Goiânia: Agência Municipal do Meio Ambiente, 2006.

AMMA. **Plano de Manejo Parque Flamboyant**. Goiânia: Agência Municipal do Meio Ambiente, 2007.

ATAÍDES, J. M. DE. A chegada dos colonizadores e os Kayapó do Sul. In: **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural**. Goiânia: UCG / Vieira/ Kelps, 2006. p. 51–88.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.

BERNARDES, G. D. O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: o mundo do trabalho e extratrabalho. **Revista UFG**, v. XI, n. 6, p. 37–51, 2009.

BORGES, B. G. **O despertar dos dormentes: estudo sobre a estrada de ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais**. Goiânia: Cegraf, 1990.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CAMPOS, F. I. Operários na construção de Goiânia. **Jornal Opção**, p. 11, 24 out. 1980.

\_\_\_\_\_ Mudança da Capital: uma estratégia de poder. In: **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 169–184.

\_\_\_\_\_ **Questões Agrárias: bases sociais da política goiana**. Anápolis: Kelps, 2015.

CAU-GO. **Relatório dos Parques Urbanos de Goiânia**. Goiânia: Conselho de Arquitetura e Urbanismo - Goiás, 2013.

CHAUL, N. F. Goiânia : a capital do Sertão. **Revista UFG**, v. XI, n. 6, p. 100–110, 2009.

CHOAY, F. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 7ª ed. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

COIMBRA BUENO, J. **Depoimento - programa história oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

CORRÊA LIMA, A. Goiânia: a nova capital de Goiás. **Arquitetura e Urbanismo**, p. 140–146, 1937a.

\_\_\_\_\_. Goiânia: a nova capital de Goiás. **Arquitetura e Urbanismo**, p. 32–34, 1937b.

\_\_\_\_\_. Goiânia: a nova capital de Goiás. **Arquitetura e Urbanismo**, p. 60–63, 1937c.

CRONON, W. **Nature's Metropolis: Chicago and the Great West**. New York: W. W. Norton & Co., 1991.

DAHER, T. O Projeto Original de Goiânia. **Revista UFG**, v. 11, n. 6, p. 77–91, 2009.

DE PAULA, L. M. **Goyania , a Épica Romântica da Conquista De Goiás**. [dissertação de mestrado] UFG, 2007.

DELLA GIUSTINA, C. C.; FRANCO, J. L. DE A. O Uso Insustentável dos Recursos Naturais no Estado de Goiás: efeitos da agricultura na conservação do bioma Cerrado. **Fronteiras**, v. 3, p. 55–65, 2014.

DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima ( 1932-1935 ): Ideal estético e realidade política**. [s.l.] UNB, 2007.

\_\_\_\_\_. Goiânia: modernismo periférico. **Revista Estética e Semiótica**, v. 7, n. 1, p. 101–114, 2017.

DUTRA E SILVA, S. **No Oeste a Terra e Céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

ELLIS JUNIOR, A. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano**.

São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ESTERCI, N. **O mito da democracia no país das bandeiras**. [dissertação de mestrado] UFRJ, Rio de Janeiro, 1972.

EVANS, E.; DUTRA E SILVA, S. Crossing the Green Line: Frontier, environment and the role of bandeirantes in the conquering of Brazilian territory. **Fronteiras**, v. 6, n. 120–142, 2017.

FAISSOL, S. **O “Mato Grosso de Goiás”**. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1952.

FRANCO, J. L. DE A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

GIUSTINA, M. E. S. DELLA et al. Dating coeval mafic magmatism and ultrahigh temperature metamorphism in the Anapolis Lithos. **Oslo Print**, v. 124, p. 82–102, 2011.

GODOY, A. A. DE. Relatório sobre a conveniência da mudança da capital. In: **Goiânia: coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1942. p. 13–30.

GOIÂNIA. **Lei Complementar 171 de 29 de maio de 2007 - Plano diretor de goiânia**, 2007.

HOWARD, E. **Cidades-jardim de amanhã**. São Paulo: Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996.

IBGE, I. B. DE G. E E. **Goiânia: coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE, 1942.

JERONIMO., M. J. A. F. Goiânia: “Flor Miraculosa do Estado Novo”. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 4, n. 3, p. 175–185, 2015.

LENHARO, A. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LEON, C. M. L. et al. Territórios e Paisagens na América Latina. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 6, n. 1, p. 12–21, 2017.

- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Tópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MANSO, C. F. A. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea - um certo olhar**. Goiânia: Edição do Autor, 2001.
- McCREERY, D. **Frontier Goiás, 1822-1889**. Stanford: Stanfor University, 2006.
- MENDONÇA, J. G. C. A queda de bonfim e a escolha prévia de campinas. **Mosaico**, p. 175–189, 2009.
- \_\_\_\_\_ **O Outro Lado da Mudança da Capital de Goiás**. [tese de doutorado] Goiânia: UFG, 2012.
- NASH, R. F. **Wilderness and the american mind**. New Haven / London: Yale University Press, 1982.
- OLIVEIRA, J. DE A. M. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1929.
- OLIVEN, RG. **Urbanização e mudança social no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.
- OLMSTED, F. L. **Olmsted: writings on landscape, culture, and society**. New York: The Library of America, 2015.
- PIMENTEL, M. M. et al. The Tectonic Evolution of the Neoproterozoic Brasília Belt, Central Brazil, Based on Shrimp and La-Icpms U-Pb Sedimentary Provenance Data: a review. **Journal of South American Earth Sciences**, v. 31, p. 345–357, 2011.
- PINTO, A. C.; ARAÚJO, A. M. Idealização e Construção de uma Nova Capital no Cerrado: Um olhar sobre os princípios ambientais. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 3, n. 1, p. 78–88, 2014.
- RAMOS, M. L. DE C. **Goyania (poema épico)**. 2ª ed. Goiás: 1896.
- RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e os sistemas de áreas verdes**. [dissertação de mestrado] UCG, 2004.
- RICARDO, C. **Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

ROCHA, H. **Goiânia 75 anos**. Goiânia: UCG, 2009.

SABINO JUNIOR, O. **Goiânia Documentada**. São Paulo: Edigraf, 1960.

SANO, E. E. et al. Padrões de cobertura de solos do Estado de Goiás. In: **A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado**. Goiânia: Ed. da UFG, 2007.

STOLL, M. **Inherit the Holy Mountain - Religion and the Rise of American Environmentalism**. New York: Oxford, 2015.

TAUNAY, A. **História das bandeiras paulistas**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951.

TEIXEIRA, P. L. **Pedro Ludovico Teixeira, Memórias**. Goiânia: Secult / Gráfica Elite, 2013.

TURNER, F. J. **The Frontier in American history**. Mineola, New York: Dover Publications, 2010.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

VERNET, N.; COSTE, A. Garden Cities of the 21<sup>st</sup> Century: a sustainable path to suburban reform. **Urban Planning**, v. 2, n. 4, 2017.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 1–17, 1991.

WORSTER, D. Apresentação. In: **No oeste a terra e o céu**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

## APÊNDICES

Volumen 5 - Número Especial - VIII SNCMA Brasil 2017

# REVISTA INCLUSIONES

REVISTA DE HUMANIDADES  
Y CIENCIAS SOCIALES

ISSN 0719-4708

## *SOCIEDAD Y MEDIO AMBIENTE EN AMÉRICA LATINA*

### EDITORES

ADRIÁN GUSTAVO ZARRILLI

Universidad Nacional de Quilmes, Argentina

MARINA MIRAGLIA

Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

SAMIRA PERUCHI MORETTO

Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Brasil

SANDRO DUTRA E SILVA

Universidade Estadual de Goiás e uniEVANGÉLICA, Brasil

**221 B**

WEB SCIENCES

## ÍNDICE

Cuerpo Directivo, Comité Editorial y Comité Científico Internacional	Pág. 04
Indización y Presentación	Pág. 08
<b>Artículos</b>	
<b>Mg. Anderson Dutra e Silva</b> Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil / UNIEVANGELICA, Brasil	
<b>Dr. Carlos Christian Della Giustina</b> UNIEVANGELICA, Brasil	
<b>Dr. Sandro Dutra e Silva</b> Universidade Estadual de Goiás, Brasil / UNIEVANGELICA, Brasil	
<i>Goiânia e a urbanização do oeste: demografia, fronteira agrícola, áreas verdes e mananciais</i>	Pág. 14
<b>Mg. Fabiane da Silva Prestes</b> Universidade do Vale do Taquari, Brasil	
<b>Dr. Luís Fernando da Silva Laroque</b> Universidade do Vale do Taquari, Brasil	
<i>A perspectiva ambiental na escola indígena "Gatén" da comunidade Kaingang Faxó, Lajeado/RS</i>	Pág. 30
<b>Mg. Juliana Roberta Santos Moreira</b> Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil	
<b>Dra. Alessandra Izabel de Carvalho</b> Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil	
<i>Um processo envolto em duas atmosferas: a diminuição do cultivo cafeeiro no Paraná - Brasil (1960-1975)</i>	Pág. 42
<b>Deda. Kárita de Jesús Boaventura</b> Universidade Estadual de Goiás, Brasil	
<b>Dr. Sandro Dutra e Silva</b> Universidade Estadual de Goiás, Brasil / UNIEVANGELICA, Brasil	
<i>A representação do cerrado no imaginário da fronteira agrícola no Brasil no século XXI</i>	Pág. 55
<b>Mg. Liberalina Teodoro de Rezende</b> UNIEVANGELICA, Brasil	
<b>Dr. Sandro Dutra e Silva</b> Universidade Estadual de Goiás, Brasil / UNIEVANGELICA, Brasil	
<i>Turismo e desenvolvimento sustentável nos festejos do Divino Espírito Santo em Santa Cruz de Goiás, Brasil</i>	Pág. 69
<b>Dra. Luciana Gonçalves Tibiriçá</b> Universidade Federal de Goiás, Brasil	
<i>A mineração como objeto para a ocupação histórica do cerrado goiano</i>	Pág. 81
<b>Mg. Luís Guilherme Fagundes</b> Universidade Federal de Goiás, Brasil	
<b>Dra. Eunice Sueli Nodari</b> Universidade Federal de Goiás, Brasil	
<i>As inundações na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Santa Catarina - Brasil</i>	Pág. 93
<b>Dra. Nathália Keelpp Sena</b> Universidade de Brasília, Brasil	
<b>Dr. José Luiz de Andrade Franco</b> Universidade de Brasília, Brasil	
<i>União planetária em prol da natureza</i>	Pág. 121



 **Historia Crítica**[# Home](#)[/ Author](#)[/ Review](#)

## Submission Confirmation

[Print](#)

Thank you for your submission

**Submitted to**  
Historia Crítica

**Manuscript ID**  
histori-137-18

**Title**  
Os boosters do sertão: a natureza e a modernidade urbana de Goiânia nos discursos da cidade símbolo do Oeste brasileiro (1932-1942)

**Authors**  
Dutra e Silva, Anderson  
Dutra e Silva, Sandro

**Date Submitted**  
28-Nov-2018

[Author Dashboard](#)

© Clarivate Analytics | © ScholarOne, Inc., 2018. All Rights Reserved.  
ScholarOne Manuscripts and ScholarOne are registered trademarks of ScholarOne, Inc.  
ScholarOne Manuscripts Patents #7,257,767 and #7,263,655.

[@ScholarOneNews](#) | [System Requirements](#) | [Privacy Statement](#) | [Terms of Use](#)



# Journal of Exercise Physiology**online**

ISSN 1097-9751

December 2018

Volume 21 Number 6

**Foley M, Bean D, Jernigan D.** Quantification and Comparison of Metabolic and Cardiorespiratory Responses to Increasing Levels of Support during Bodyweight-Supported Treadmill Running in Trained Runners Running at Anaerobic Threshold. **JEPonline** 2018;21(6):1-11. [Word](#) [PDF](#)

**Santos MS, Dalamaria T, Pinto WJ, Farias ES, Souza OF.** Physical Inactivity in Adolescent Students in the Western Brazilian Amazon. **JEPonline** 2018;21(6):12-18. [Word](#) [PDF](#)

**Pereira JM, Almeida JA, Pardono E, Oliveira-Silva I, Dantas REA, Clael S, Botelho CA, Bezerra TM, Mota MR.** Caffeine Supplementation: Effect on Cholesterol during Strength Exercise with Vascular Occlusion. **JEPonline** 2018;21(6):19-25. [Word](#) [PDF](#)

**Sespheng A, Songsaengrit B, Aneknan P, Tong-Un T, Tunkamnerdthai O, Leelayuwat N.** Effects of Modified Arm Swing Exercise on Pulmonary and Autonomic Nervous Functions in Patients with Metabolic Syndrome. **JEPonline** 2018;26(6):26-40. [Word](#) [PDF](#)

**Elyza E. Montano, Jamie M. Keith, Christina A. Buchanan, Lance C. Dalleck.** Do Younger and Older Adults Experience Similar Adaptations to Individualized Exercise Training? **JEPonline** 2018;21(6):41-59. [Word](#) [PDF](#)

**Oliveira ALB, Sposito-Araujo CA, Senna GW, Lopes T, Godoy ES, Scudese E, Brandão PP, Scartoni FR, Oliveira CQ, Dantas EHM.** Comparison of the Matveev Periodization Model and the Verkhoshansky Periodization Model. **JEPonline** 2018;21(6):60-67. [Word](#) [PDF](#)

**Sullivan W, Fisher MM.** Effect of Postural Control Position and Blood-Sampling Arm Position on Change in Plasma Volume from Supine Rest through a Cycling Bout. **JEPonline** 2018;21(6):68-81. [Word](#) [PDF](#)

**Azizi M, Behpour N, Zari F, Nikseresht A.** Metabolic Responses and Muscular Performance during 7-Days of Arginine Supplementation in Young Resistance-Trained Women: A Profound Effect. **JEPonline** 2018;21(6):82-91. [Word](#) [PDF](#)

**Oliveira-Silva I, Oliveira, RJG, Dutra e Silva, S, Dutra e Silva A, Giustina, CC.** Physical Activity in Brazilian Environmental Parks: A Brief Review. **JEPonline** 2018;21(6):92-98. [Word](#) [PDF](#)

**Albuquerque Filho NJB, Araújo SM, Assis MG, Silva NC, Santos ESB, Felipe TR, Pinto EF, Peireira MG.** Resistance Training Improves Physical Fitness and Quality of Life in Patients on Hemodialysis. **JEPonline** 2018;21(6):99-113. [Word](#) [PDF](#)

Continued from Page 1

**Nakagata T, Yoshinaka Y, Yoshida T, Yamada Y, Yokoyama K, Kimura M.** The Perception of Exertion and Cardiorespiratory Responses of Rhythmic Exercise Performed to Music Compared with Treadmill Walking Under Three Different Tempos in Postmenopausal Women. **JEPonline** 2018;21(6):114-124. [Word](#) [PDF](#)

**Fan M, Yamashita N, Matsuoka H, Matsumoto T.** Exercise Intensity of Kung Fu Gymnastics in Amateur Practitioners: Comparison to Tai Chi Chuan. **JEPonline** 2018;21(6):125-133. [Word](#) [PDF](#)

**Fiddler R, Fiddler J, Ashton N, Lind E.** The Effects of Beetroot Juice Supplementation on Oxygen Cost of Vigorous Intensity Aerobic Exercise in Trained Endurance Athletes. **JEPonline** 2018; 21(6):134-142. [Word](#) [PDF](#)



*Copyright ©1998-2018 All Rights Reserved*